

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ESTUDOS DE LITERATURA

BENHUR BORTOLOTTO

AUTÔMATOS IDEOLÓGICOS

PORTO ALEGRE

2023

Benhur Bortolotto

AUTÔMATOS IDEOLÓGICOS

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Área de concentração: Estudos de Literatura

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jane Fraga Tutikian

Porto Alegre

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Carlos André Bulhões Mendes

VICE-REITORA

Patrícia Helena Lucas Pranke

DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS

Carmem Luci da Costa Silva

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS

Márcia Montenegro Velho

CHEFE DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Juliani Menezes dos Reis

CIP – Catalogação na Publicação

Bortolotto, Benhur

Autômatos ideológicos / Benhur Bortolotto. -- 2023.

98 f.

Orientadora: Jane Tutikian.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Filosofia e literatura. 2. Literatura angolana. 3. Pepetela. I. Tutikian, Jane, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática de Ficha catalográfica da UFRGS
com os dados fornecidos pelo autor.

Benhur Bortolotto

AUTÔMATOS IDEOLÓGICOS

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Área de concentração: Estudos de Literatura

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jane Fraga Tutikian

Resultado: Aprovado

Porto Alegre, 26 de outubro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Jane Fraga Tutikian (orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Daniel Conte
Universidade Feevale

Prof. Dr. Gunter Axt
Universidade de São Paulo

Prof.^a Dr.^a Maria da Glória Bordini
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Para o Ramiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos amigos Beatriz Araujo, Clara Tonolli, Matheus Teixeira, Mathias Sant'Anna e Roberta Manaa, que estiveram por perto, e, também, ao Bruno Mendes e ao Fred Marcovici, que mesmo de longe ajudam tanto; às professoras Lia Levy, Regina Zilberman e Silvia Altman, intelectuais brilhantes que, pela seriedade, tornaram-se meus exemplos, e também à Maria da Glória Bordini, que, além disso, tornou-se, ainda, uma amiga; à minha família, João Pedro Bortolotto, Luiza Bortolotto, Maria Luísa Merino, Nina Reckziegel e Roque Reckziegel, e, também, Maria Isabel de Freitas Xavier, pelas observações inteligentes, que me ajudavam a melhorar o texto, e, principalmente, por ter se tornado minha mãe; ao Gustavo do Canto e ao Rônei Rocha, que eu amo e há mais de duas décadas me amparam e protegem; ao Carlos Appel, que iniciou essa trajetória; à Jane Tutikian, minha orientadora e parceira; ao Ramiro Reckziegel, por tudo.

“No tempo real, na história, toda vez que um homem se vê diante de várias alternativas, opta por uma e elimina e perde as demais; o mesmo não acontece no tempo ambíguo da arte, semelhante ao da esperança e ao do esquecimento. Hamlet, nesse tempo, é são e é louco. Na treva de sua Torre da Fome, Ugolino devora e não devora os cadáveres amados, e essa ondulante imprecisão, essa incerteza, é a estranha matéria de que é feito. Assim, com duas agonias possíveis, sonhou-o Dante e assim o sonharão as gerações”, Jorge Luis Borges.

RESUMO

Mayombe e *A geração da utopia* são obras que têm, como objeto, uma reflexão. Isto é, não se trata da reflexão do leitor, que surge como efeito de um texto, mas de uma outra reflexão, anterior a essa, sobre a qual o leitor é convidado a lançar a sua própria. Os temas subjacentes são a identidade nacional; os traumas da opressão colonial, da guerra pela independência e do conflito civil que abarcou o país; as tensões entre as paixões individuais e o ideário político.

Palavras-chave: Literaturas africanas; Literatura angolana; Literaturas em língua portuguesa; Filosofia e Literatura; Angola; Pepetela.

ABSTRACT

Mayombe and *A geração da utopia* are works that have, as object, a reflection. It is not the reflection of the reader, which arises as an effect of a text, but of another reflection, prior to this, on which the reader is invited to launch his own. The underlying themes are the national identity; the traumas of colonial oppression, the war for independence and the civil conflict that engulfed the country; and the tensions between individual passions and political ideology.

Keywords: African literatures; Angolan literature; Portuguese literature; Philosophy and Literature; Angola; Pepetela.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| Introdução | 10 |
| 1 No Mayombe sempre chove depois | 13 |
| 1.1 Para onde ir?..... | 15 |
| 1.2 A literatura necessária | 18 |
| 1.3 Um Prometeu africano | 28 |
| 2 Autômatos ideológicos | 37 |
| 2.1 A guerra como metáfora..... | 37 |
| 2.2 O indivíduo | 40 |
| 2.3 A morte, a ideologia, a tribo | 45 |
| 3 Outra inscrição do tempo | 51 |
| 3.1 A princípio, o corolário | 51 |
| 3.2 A consciência | 56 |
| 3.3 O cansaço | 59 |
| 3.4 A solidão | 62 |
| 3.5 O passado | 66 |
| 3.6 O futuro | 69 |
| 3.7 Ao fim, um novo princípio..... | 74 |
| 4 Romance e reflexão | 76 |
| 4.1 O mundo cindido..... | 78 |
| 4.2 Literatura, ideologia e crítica | 82 |
| 4.3 Entre o sim e o não..... | 91 |
| Referências | 95 |

INTRODUÇÃO

Uma interpretação é produto de suas exclusões. Os critérios que estabelecem para onde devem convergir as luzes de uma análise não se desvencilham, de todo, da arbitrariedade, e sobre os arbítrios da razão, a razão, ela mesma, impõe o pudor das justificativas.

No final do século XX e no início do século XXI, a apreciação acadêmica de textos literários produzidos nas ex-colônias portuguesas foi fortemente marcada por filiações ideológicas que circunscreveram os temas de interesse da crítica. A análise, quando munida de interesses exógenos ao texto a que se dedica, tem mais serventia como atestado da virtude de quem a empreende do que como ferramenta de interpretação.

A fim de analisar a obra do escritor angolano Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, o Pepetela, a partir de uma abordagem que priorize suas escolhas formais, optei por estabelecer pontos de partida e de chegada bastante específicos, de tal forma que os quatro capítulos que compõem esta tese são independentes, embora complementares. Nos dois romances escolhidos, *Mayombe*¹, de 1979, e *A geração da utopia*², de 1992, minhas hipóteses e conclusões dizem respeito a aspectos propriamente literários e sua forma de contribuir para uma apreciação mais ampla dos problemas extraliterários que dão aos romances sua temática. Assim, não pretendo oferecer quaisquer considerações a respeito da sociedade angolana, sua história, seu povo e seus porvires. Para desvelá-los, esses temas contam com ciências mais capazes do que a crítica literária e contam, ainda, com a arte que os toma por mote.

O que está ao alcance da crítica não é, necessariamente, algo de menor relevância ou complexidade, apenas distinto. Buscar uma maior compreensão do texto, de sua forma de representar o mundo social do qual deriva no universo intelectual que produz será, afinal de contas, uma maneira de colocar, a serviço do entendimento, as ferramentas teóricas da filosofia e da literatura.

Essa delimitação, que restringe o feixe das perguntas às quais a crítica literária pode, mais adequadamente, responder, é, por si só, bastante reveladora de minhas orientações teóricas. E explica, ao menos em parte, minha escolha pela obra de Pepetela, que, como tentarei demonstrar, oferece formulações instigantes sobre o modo como arcabouços teóricos que deveriam, a princípio, decifrar a complexidade do mundo, acabam, muitas vezes, por escamoteá-la.

¹ Pepetela, 2013a.

² Pepetela, 2013b.

O primeiro capítulo deste trabalho, intitulado “No Mayombe sempre chove depois”, trata da hipótese de que a afirmação de uma identidade angolana, a reconstituição histórica do processo que deságua na luta pela independência e a crítica à exploração colonial não esgotam a temática do romance. Coadunam-se com um exame rigoroso do papel desempenhado pela concepção política que orientou a luta pela independência. Uma engenhosa clivagem entre *enunciados descritivos* e *enunciados prescritivos* permite que a narrativa revele dissensos não apenas sobre como se deve agir para mudar o mundo, mas, antes, sobre a própria apreensão de seu funcionamento.

“Autômatos ideológicos” foi o ponto de partida desta tese. Dos quatro capítulos, é o que mais se atém à proposta inicial de minha pesquisa, porque cuida da sutileza, propriamente estética, com a qual Pepetela procura revelar, a partir de um drama comum, os mais particulares e privados sentidos. Busco mostrar que em *Mayombe* há um contínuo jogo de escalas, cujas sobreposições inventivas permitem apoiar, sobre o ínfimo indivíduo, as calamidades da vida social.

“Outra inscrição do tempo”, o terceiro capítulo, é uma análise dos tratamentos que, em *A geração da utopia*, os temas de *Mayombe* adquirem. O inventário que Pepetela faz das ideias e das paixões que mobilizaram os jovens de sua geração extenua-se pelas preleções desmedidas e pelas ênfases em excesso. O vigor do romance, ainda assim, resiste, porque sua estrutura, a personalidade comedida de um narrador que ludibria e a precisão de algumas das metáforas permitem situar, no problema da identidade angolana, os traumas da opressão colonial, da guerra pela independência e do conflito civil que abarcou o país.

A partir da segunda metade do século passado, houve um interesse acadêmico crescente pelas culturas dos países emergentes; às contribuições significativas de africanistas, primeiro europeus; depois, de todos os cantos do mundo, somou-se uma profícua produção africana. O já significativo acúmulo de artigos e ensaios sobre praticamente todos os tópicos de interesse impõe dificuldades à elaboração de um trabalho de fato novo. Ciente do dever acadêmico de oferecer originalidades, procurei, ao máximo, evitar abordagens já realizadas, mas priorizei afastar esta pesquisa de algo ainda mais perigoso: o prolixo método de criar novos — e, as mais das vezes, desnecessários — conceitos, ou mesmo de recorrer a eles, contando com as superlativas possibilidades de conexão decorrentes do exercício de análise combinatória entre os possíveis objetos da análise literária, contingentes e limitados, e as infinitas categorias da elocubração reflexiva.

O advento das metodologias, na análise literária, atende a uma necessidade de formalização do conhecimento, de formação do profissional de letras e de quantificação da

capacidade produtiva desses profissionais. Em paralelo, a literatura foi, progressivamente, deixando de fazer parte da formação intelectual básica das elites letradas e passou a ser campo específico de atuação profissional. Constituiu, com isso, seus próprios jargões e tecnicidades. É impossível desviá-los, mas tentei fazer com que meus argumentos, embora não prescindam de suporte teórico, sustentem-se mais na obra literária a que se dedicam do que em esquemas metodológicos. Os primeiros três capítulos resultam de propostas comedidas. Espero que façam tanto sentido para um leitor especializado quanto para qualquer pessoa que se disponha a cotejá-los com as obras de arte de que tratam e cuja apreciação não pode estar circunscrita a especialistas.

Por fim, com “Romance e reflexão”, o último capítulo, retomo os principais argumentos que apresentei, permitindo-me oferecer considerações mais gerais sobre a obra de Pepetela. A primeira delas é a de que os dois romances a que me dediquei são obras que têm, como objeto, uma reflexão. Isto é, não se trata da reflexão do leitor, que surge como efeito de um texto, mas de uma outra reflexão, anterior a essa, sobre a qual o leitor é convidado a lançar a sua própria. A segunda é uma análise da influência do pensamento marxista na tomada de consciência sobre a situação colonial, no processo de constituição de uma identidade angolana que se constrói com o passado, pelo resgate da ancestralidade, e com o futuro, por um modelo idealizado de sociedade, como uma alternativa ao presente, confiscado pelo domínio português, cujas determinações impõem os limites do território e o desenho das instituições públicas. A terceira é que a literatura foi uma ferramenta crítica a serviço da emancipação política. Essas três considerações não são particularmente novas, mas trabalhei para fundamentá-las a partir dos três capítulos anteriores.

Uma versão sucinta do segundo capítulo, que originou a tese, foi publicada como artigo na *Revista Estudos Avançados*; as generosas observações do professor Alfredo Bosi sobre o método e o escopo foram fundamentais para a continuidade da pesquisa; afinal, este é o trabalho de pesquisa de um filósofo cujo interesse acadêmico tem sido a *lógica formal* e aquilo que os departamentos de filosofia costumam chamar de *teoria do conhecimento*, e cuja formação estimulou vícios e virtudes muitas vezes distintos daqueles recompensados entre os que se dedicaram, originalmente, ao estudo da literatura. Devo ainda à minha orientadora, professora Jane Tutikian, a tímida segurança de que, mais proveitoso do que escamotear os traços originais de minha formação acadêmica, terá sido assumi-los, contando com as eventuais originalidades em que poderiam resultar.

1 NO MAYOMBE SEMPRE CHOVE DEPOIS

“Em breve acordaria com a chuva miudinha que primeiro só molharia a copa das árvores e começaria a cair das folhas quando já tivesse parado de chover. Tal é o Mayombe, que pode retardar a vontade da natureza”

Pepetela, em *Mayombe*.

Nas violências da relação de dominante e dominado que se estabelece entre Portugal e Angola, nenhum advento pode emergir com valores convergentes. As conveniências econômicas que despontam e, à revelia dos planos da metrópole, desorganizam a economia estatal na colônia, surgem, para os colonizados, como oportunidade, e, para os colonizadores, como ameaça. Assim, a ideia de um império uno e indivisível, afiançada pelo Estado Novo e seu indulgente conceito de “portugalidade”³, não é mais do que um desmando ou, no limite, a *prescrição* arbitrária que terminará por fazer implodir o próprio regime.

Desde o fim da Segunda Guerra até a independência das colônias, duas forças distintas pressionaram a insustentável unidade de Portugal. A primeira delas é econômica: com a crise europeia, a desvalorização dos produtos de exploração portuguesa em Angola e a completa indiferença do capitalismo, para o bem e para o mal, a tudo que não seja o capital, estabeleceu-se uma nova via de entrada de dinheiro na colônia, o que redesenha sua economia e possibilita o surgimento de uma elite angolana, atuante na produção e no consumo e financeiramente capaz de educar seus filhos. A segunda diz respeito aos embates entre o capitalismo ocidental e o socialismo soviético, com seus contornos culturais e ideológicos: as duas potências do pós-guerra travam uma disputa para expandir seu alcance político e, nessa disputa, as vastidões inexploradas da África são um investimento mais profícuo do que a envelhecida e isolada metrópole.

O mundo que se reorganiza após a Segunda Guerra é, de diferentes formas, hostil à unidade inorgânica que Portugal pretende sustentar⁴. Há, no entanto, outra unidade, que, em sentido oposto, se fortalece. Arbitrária e violentamente estabelecida quando da demarcação

³ Cf. Souza, V.; Martins, M., 2013, p. 87-103.

⁴ Luís Kandjimbo (1995, p. 77) tem uma análise bastante panorâmica da situação social angolana no período: “Portanto, o fim da II Guerra Mundial coincide com uma diversidade de acontecimentos que ocorrem em Angola. Mas entre os factos dignos de relevo devem ser focados a evolução da política colonial, os progressos da economia colonial e a formação de uma elite de autóctones que ia demonstrando já um elevado nível de consciência reivindicativa e autonomista. O que daria origem àquilo a que se tem designado por resistência dos intelectuais.”

dos territórios das potências europeias na África, com as Conferências de Berlim, de 1885, Angola resultou de uma unificação forçosa de tribos rivais (mantida sob um abstrato conceito estrangeiro de nacionalidade). As contendas tribais não poderiam, em nome do signo cartográfico de um recém inventado país em comum, desaparecer. Mas o processo de superposição cultural⁵, mecanismo para selar o domínio português, projetando a grandiosa sombra de um vasto e único império, de dois oceanos e dois hemisférios, acabou por contribuir para a cristalização dessa insaturada unidade angolana e, conseqüentemente, fragilizar ainda mais a já insustentável unidade do império. A violência e a exploração portuguesa constituíram-se em elemento unificador mais eficiente do que as pregações da sanha imperialista de Portugal. As instituições regradoras da vida prática cotidiana e a língua portuguesa também contribuíram para que Angola fosse, progressivamente, adquirindo a substância necessária a um país.

Com a ascensão de uma elite local, a velha fogueira dos valores dissonantes ganha combustível novo. Ainda pesa sobre a colônia o jugo de Lisboa e sua necessidade de dominação. Pesa, também, o apego de Portugal aos símbolos de seu poder, que é, como argumentarei no capítulo seguinte deste estudo, um apego identitário. Para além disso, as oportunidades de negócio que surgem nas vastidões da colônia são concomitantes à crise dos produtos da economia extrativista e provocam as investidas para que portugueses se apropriem das novas atividades econômicas, acirrando ainda mais os ânimos. Externamente, Portugal, com sua violência intrínseca, é um antagonista comum, usurpador que violenta e coopta⁶. Internamente, a língua portuguesa fará seus arranjos⁷ e, como observa Pires Laranjeira, em *As literaturas africanas de língua portuguesa — identidade e autonomia*,

⁵ Cf. Tutikian, J., 2006a. p. 93.

⁶ Na Casa dos Estudantes de Angola, mais tarde Casa dos Estudantes do Império, articulam-se movimentos literários, protagonizados por jovens da elite angolana, que haviam partido para estudar. Jane Tutikian (2006a, p. 94) registra a influência da ampliação intelectual oferecida pela cultura letrada: “[os estudantes angolanos] entram em contato com outras culturas e descobrem que os horizontes não terminam em Angola e acordam, definitivamente, para a necessidade de dar a Angola um horizonte livre”. Em Luanda e Lisboa, os estudantes dão corpo a um movimento de valorização do acervo cultural e histórico angolano, e articulam, com a língua portuguesa, uma revolução na sociedade colonial. A formação crítica conscientiza sobre as condições de trabalho e dá ao slogan do movimento, “Vamos descobrir Angola”, um firme propósito emancipatório, que se revela já na declaração de necessidade de que redescubram a própria terra, escondida ou apagada pela opressão colonial. Alfredo Margarido (1980), em *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*, remete uma manifestação literária da identidade angolana que se oponha à “portugalidade” aos anos 1950. Pires Laranjeira (1992), em *De letra em riste*, já a reconhece na produção de um século antes, no final da década de 1840.

⁷ Cf. Ferreira, M., 1995. p. 141. O autor faz um cuidadoso levantamento sobre o percurso da língua portuguesa — que “nunca deixou de ser, por parte de muitos, objecto de opressão, uma vez que era vista e sentida como um instrumento de dominação” — até ser escolhida a língua oficial das ex-colônias após sua independência.

houve um “esforço prático e teórico de autoafirmação” que se situou dentro da “língua comum e de heranças culturais diversas”⁸.

Com o fim do império e a superação do colonizador, as velhas tensões tribais farão acirrar confrontos antigos e até então sufocados, ora pela violência da metrópole, ora pela necessidade de enfrentá-la. O tribalismo dificulta, internamente, a organização dos movimentos separatistas, que ganham financiamento externo.

Nos anos 1970, duas declarações de independência jogaram o país para uma guerra civil, na qual tomaram partido as potências de um mundo também dividido pela disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética, que atuavam para expandir seu domínio político, cultural e ideológico.

A cronologia detalhada e rigorosa importa menos do que os fatos em si — daí a negligência historiográfica, os vaivéns no tempo e os peremptórios lapsos. A disposição dos eventos nas datas é resultado de fenômenos de naturezas variadas, cujas complexidades são tema de ciências e mitologias que as teorias literárias não podem, sem os vícios da pretensão ressentida, querer abarcar. A clareza necessária é a de que, durante o século XX, Angola esteve às voltas com manifestações culturais que ressoam a realidade mais sentida do cotidiano e dos conflitos econômicos, políticos e identitários postos pela *situação colonial*. Por meio dessas manifestações podem-se rastrear os vislumbres de país que se apresentaram enquanto a liberdade era projeto ou utopia. Nesses vislumbres, notam-se, não sem algum esforço, as divergências *prescritivas* que, no período pós-independência, resultam no conflito armado e nas mazelas econômicas e sociais que sobrevivem ao fim da submissão política. Os caminhos ofertados por um mundo ideologicamente dividido dão a Angola, já de saída, um impasse.

1.1 PARA ONDE IR?

Compreender os dramas nacionais nunca se constituiu em mera observação de fatos⁹ que restassem imunes à interpretação crítica, à dissecção reflexiva orientada ou aos

⁸ Laranjeira, P., 2000. p. 237.

⁹ Vale recorrer à elucidativa formulação de Karl Popper (2013, p. XXXCIII), em seu *Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento*, ao contrapor-se à ideia da *tábula rasa*, segundo a qual “o intelecto humano é essencialmente passivo [...] e nosso saber é, no essencial, um depósito passivo” dos dados fornecidos pela experiência sensível. Em contraponto, Popper propõe que nós “somos ativos, criativos, inventivos, mesmo

condicionantes ideológicos. Os caminhos políticos têm uma racionalidade que se realiza no Estado, mas não se estende aos governos¹⁰. As escolhas e as contingências que conformaram o caminho de Angola desde que tomaram corpo os movimentos independentistas são inseparáveis das ascensões e dos confrontos culturais. A tônica do confronto oscila entre as ideias e as paixões, e manifesta-se, mais do que no rigor de arcabouços intelectuais, na força dos símbolos.

A crítica pós-colonial encontrará, com seu projeto filosófico de fundo moral¹¹, como sintetiza (ou confessa) Homi Bhabba, “naqueles que sofreram o sentenciamento da história — subjugação, dominação, diáspora, deslocamento” a prioridade nas “lições mais duradouras de vida e pensamento”¹². Reinventa-se, nessa tautologia, a dialética hegeliana¹³, não mais como motor da história, mas como um subproduto marginal, com a força redentora que vingará a manipulação da história por seus obsoletos detentores. Mas para que o poder reflexivo da obra de Pepetela não fique, exclusivamente, consignado às condições históricas, é preciso destituí-lo da condescendência intelectual que pregam e das quais se valem o grosso das apreciações pós-modernas.

A autonomia que Pepetela alcança ou, mais objetivamente, a relevância persistente de sua obra no panorama literário do século XXI, não está dada pela oposição política natural que o mero fato de ser um revolucionário separatista a se expressar literariamente constitui. Tampouco é tributária de uma nacionalidade que se ergue sobre os escombros da guerra, sobre os corpos tombados pelas violências físicas e sobre os signos da vergonha e da opressão simbólica e cultural que, a pretexto de superioridades generalizantes, extraídas dos interesses específicos de pessoas, sociedades e governos, a leniente civilidade europeia perpetrou. Para que não se confunda o apelo emocional, a força simbólica e, conseqüentemente, política, de

que nossas invenções sejam controladas pela seleção natural. [...] nossa percepção é ativa, ela é a formação ativa de hipóteses, mesmo que não sejamos conscientes delas”.

¹⁰ Cf. Zarka, Y. C., 1997. p. 213-245.

¹¹ Cf. *Fear of knowledge: Against Relativism and Constructivism*, de Paul Boghossian (2012), em que se observa uma contundente crítica às distintas posições pós-modernas que rejeitam do conhecimento objetivo. Boa parte dessas correntes filosóficas e teorias literárias dos séculos XIX e XX viram-se presas ao inusitado assombro de que foram causa as sucessivas descobertas de que nossas percepções do mundo são psicológica, cultural e socialmente determinadas. Quando se avalia a produção crítica das três últimas décadas, dos anos 1990 até 2020, a respeito das literaturas africanas de língua portuguesa produzidas durante e logo após as guerras pela independência, revela-se um forte imbricamento dessas ideias que, não sendo de todo semelhantes, e, definitivamente, pouco compatíveis entre si, ainda assim se complementam na função, mais moral do que científica, que acredito exercerem. Refiro-me aos apelos laudativos à procedência do texto, que valorizando a obra pela nacionalidade acaba por purgá-la de valor propriamente literário.

¹² Bhabba, H., 1998, p. 240.

¹³ Cf. Hegel, G. W., 2014; Hyppolite, J., 1971.

uma literatura que dá voz aos oprimidos, com sua relevância propriamente literária, é necessário desprezar a intencionalidade ingênua dos remorsos e permitir à literatura ser mais do que uma repetitiva denúncia com atribuições de ressignificação, cuja infinita reprodutibilidade será desculpada por sua legítima procedência, moralmente demarcada.

É inegável que os percalços históricos e sociais maquinados pela opressão colonial constroem seu próprio legado e gravam marcas profundas em uma cultura da qual se tornaram parte constitutiva; o que não significa que tenham se apropriado por completo dos sentidos produzidos pela arte e pelo pensamento da ex-colônia. Para que as eloquências da denúncia anticolonial não surrupiem o protagonismo de Angola em sua própria literatura, convém observar certas minúcias com que Pepetela edificou *Mayombe*, capazes de evidenciar muito além da óbvia divergência dos opostos: colônia *versus* nação independente, país de economia capitalista *versus* nacionalização dos recursos. *No romance, as duas escolhas já estão, desde sempre, dadas*. Mas o *dever ser* de Angola, embora esteja posto, não pode apaziguar o espírito crítico dos que não ignoram as adversidades de um mundo que, reduzido a dogmas ideológicos — quaisquer sejam suas orientações —, será, invariavelmente, hostil à liberdade.

Luís Kandjimbo registrou a progressiva resistência que se desenvolve contra as ideias da superioridade racial portuguesa e da incapacidade de autonomia dos angolanos. Tais ideias, que fundamentavam a elaboração do arcabouço normativo sobre os quais eram organizados as leis e os códigos de funcionamento das instituições na colônia, ganham contraponto a partir da emergência de uma elite autóctone, com acesso à educação formal. Mais do que isso, Kandjimbo registra a simultaneidade com eventos estrangeiros, que oferecem articulação, interlocução e algum nível de receptividade aos novos horizontes, prestes a serem desenhados:

[o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas e o Código de Trabalho dos Indígenas] arrancam do pressuposto da incapacidade das populações autóctones de Angola, partindo de fundamentos de uma categorização racial. Donde decorre a legitimidade daquilo a que se chamou assimilação uniformizadora.

A ressaca da segunda guerra mundial, os ventos do pan-africanismo, na sua matriz norte-americana, os ecos do nacionalismo nas antigas colônias britânicas e francesas, e a expansão dos partidos comunistas europeus e latino-americanos, são factores de renovação de estratégias da [...] geração de 48. Verifica-se a recorrência

de um certo tipo de interrogações, que vai sendo tematizado nos textos publicados na imprensa local.¹⁴

A simultaneidade interativa que Kandjimbo registra e a que atento é, já por si, o início de uma emancipação. O relacionamento de Angola com o restante do mundo não é mais monopolizado por Portugal, que ainda o administra majoritariamente, mas já não o controla nem consegue, por sua própria posição no mercado e na política internacionais, impor, invicto, seus interesses.¹⁵ A autonomia a que *Mayombe* e, mais tarde, *A geração da utopia* se reportam consiste em ir adiante e arrancar do domínio português o destino de Angola, incorporar ao futuro angolano a autoria de seus próprios êxitos e fracassos.

1.2 A LITERATURA NECESSÁRIA

Que haja uma literatura vigorosa, sendo produzida em condições tão adversas, como são as da guerra, é já um indício de seu caráter fundamental. Definir, no entanto, a quais necessidades a literatura atende, é tarefa controversa.

Manuel Ferreira, em seus estudos sobre a emergência das literaturas africanas de língua portuguesa, identificou quatro momentos distintos: no primeiro, o escritor encontra-se alienado culturalmente, valendo-se de padrões literários aos quais não empresta qualquer originalidade temática; no segundo, a percepção da realidade ganha forma e o contexto local se manifesta; no terceiro, a realidade se apresenta para além dos elementos mais concretos, as feições políticas e a situação de colonizado dão corpo e ênfase à cultura, e a geografia, por sua vez, deixa de ser mero terreno para adquirir importância simbólica que evidencia a atitude opressora dos colonizadores; por fim, o quarto momento é o da independência, em que surgem novos temas e a individualidade do escritor, que rejeita a condição de colonizado, se expressa com maior liberdade e vive, em seu cenário cultural, a luta pela vida autônoma.¹⁶

Dadas as circunstâncias, é preciso lutar, mas é preciso, também, refletir. Para quem? Para si mesmo e para o mundo, responde, insistentemente, *Sem Medo*, protagonista de

¹⁴ Kandjimbo, L., 1995, p. 60, grifo meu.

¹⁵ Portugal desempenhou um papel de intermediário entre a produção de suas colônias e o restante do mundo, convertendo-se em centro burocrático de seu cada vez mais irrelevante império. O fim do monopólio dessas mediações teve impacto cultural determinante, ao qual dou a devida ênfase no capítulo 4 deste estudo, “Romance e reflexão”.

¹⁶ Opto pela divisão de Manuel Ferreira por considerá-la a mais rigorosa e elucidativa. Há uma divisão alternativa, bastante célebre, oferecida por Patrick Chabal (1998) em seu “What is Africa? Interpretations of post-colonialism and identity”.

Mayombe. Mas o romance, embora certo caráter didático ou pedagógico, não adquire força como manual de conduta ideológica. O português é o inimigo que os combatentes do romance enfrentam, e, como observou Rita Chaves, em “Pepetela: romance e utopia na história de Angola”, exerce *não mais do que* “uma espécie de figuração”¹⁷. Da mesma forma que a representação do inimigo ganha pouco espaço na narrativa, o modelo ideológico contrário ao que serve como motor do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) — pelo qual lutam os guerrilheiros — sequer aparece. Assim, *Mayombe* tampouco possui qualquer eficácia mobilizadora.

Seu propósito é inventariar o protagonismo humano em um evento que, embora marginal, mais um entre as tantas mortandades negligenciadas nas periferias do mundo, se revela grandioso como são os eventos em que a morte e a violência se apresentam como banalidade ou fato menor. A relevância do livro, ideia consistente, é a de que os imprescindíveis modelos teóricos que organizam e estruturam nossa sociedade jamais dão conta das antinomias postas pela vida — seja no reduto privado do amor ou nas urgências públicas da guerra. Para tanto, mostrará homens condicionados, por uma profusão insondável de elementos, a interpretar, dos mesmos e repetidos episódios, tão distintas realidades. Na vasta clausura de uma mata e de uma guerra gigantescas, todo conflito é interno.

Com *Mayombe*, introduz-se o indivíduo em cada instância de afirmação ideológica, priorizando sua liberdade e sua consciência, tomando-as como anteriores às abstratas prescrições filosóficas de natureza política. Identificar a fórmula literária que dá corpo e precisão a esta ousadia demanda que se observe alguns aspectos formais.

As personagens ganham voz em uma estrutura narrativa que separa suas posições públicas (sejam palavras ou atos) de seus monólogos privados. Assim, Pepetela permite ao leitor contemplar limites e ressalvas sem as quais nossas consciências estariam fadadas ao contínuo engano e à irremediável alienação. É uma copiosa rede de sentenças, feitas pelas personagens tanto em falas quanto no revezamento de narradores, que fracionam o texto em relatos múltiplos e abrangentes e revelam um constante e emaranhado dissenso, que tem vez não apenas nas *prescrições*, ou seja, nos juízos acerca do que — ou do como — *deve ser feito*, mas, mais aguda e enfaticamente, nas *descrições*.

Os termos “descrição” e “prescrição” são empregados aqui como um recorte discursivo próprio. Trata-se da mera diferença entre, de um lado, o que está (ainda que só aparentemente e *em decorrência de uma relação entre sujeito e objeto*) dado, e, de outro,

¹⁷ Chaves, R., 1999. p. 222.

aquilo que surge como proposta (seja por uma perspectiva moral ou mesmo pragmática) do que deve ser feito. Reunir as sentenças descritivas e prescritivas sob o termo “opinião” acarretaria irreparáveis imprecisões, já que não se trata de adotar a perspectiva de um receptor que, cotejando as distintas sentenças, pode, afinal, identificá-las assim. O peso da narrativa recai sobre como os eventos *se apresentam a cada uma das distintas consciências que, sobre eles, se manifestam*.

Ainda sobre a distinção entre os conteúdos *descritivo* e *prescritivo* de cada interferência narrativa, vale enfatizar a ressalva de que os nexos causais podem ludibriar. Tomadas em separado, as *visões de mundo* de cada personagem parecem estar expostas com o fim exclusivo de cumprirem função explicativa¹⁸ daquilo que cada personagem que assume o papel de narrador acredita que *deva* ser feito. É dispensável demonstrar que interpretações iguais de um mesmo fato ou evento não são condição suficiente para conciliar possíveis sugestões prescritivas de como agir a respeito^{19, 20}. Igualmente, uma mesma prescrição pode ser adotada como resposta a fatos ou eventos que se apresentam com características bastante distintas. Assim, mais do que condicionantes rígidos das *prescrições*, os conteúdos *descritivos* do romance se sucedem como demonstração ininterrupta da imensa margem interpretativa que cada consciência tem para sua apreensão do mundo.

As alternâncias de narrador permitem, ainda, a distinção fundamental entre alegações *públicas* e *privadas*, que dão ao leitor um contato mais completo com cada personagem e decidem a confiabilidade dos relatos: ainda que as *descrições privadas* possam estar equivocadas, elas surgem isentas das intenções que uma interação pode fazer se imiscuir em nossos discursos. Dito de outro modo: no monólogo, o discurso solitário e privado não é constrangido por uma alteridade judicativa, revelando-se de modo mais livre e honesto, ainda que, eventualmente, iludido ou equivocado.

Teoria é a primeira personagem do romance a assumir a narrativa. Sobre como os homens *deveriam* agir, oferece apenas perguntas: “Sou eu que devo tornar-me em sim ou em

¹⁸ Há, no decorrer do romance, inúmeros exemplos. Para ater-me a um que ocorre no trecho que pretendo analisar mais detidamente, vale conferir as ponderações sobre o julgamento de Ingratidão do Tuga (Pepetela, 2013a, p. 62-64), e o monólogo de Milagre, que apresenta o povo da Cabinda como traidor e afirma que, *em consequência disso, não se deve punir* aqueles que o roubam.

¹⁹ O problema filosófico acerca das distinções que, em sentido menos rigoroso, emprego aqui, constitui uma tradição antiga, com bibliografia extensa. Vale conferir o *Tratado da natureza humana*, em que David Hume (2007) observa a impossibilidade de derivar do “ser” o “dever ser”. Cf., também, o problema da “falácia naturalista”, termo introduzido por G. E. Moore (2004), em seu *Principia Ethica*.

²⁰ À ideia, não contestada, de que o povo da cabinda é traidor, Milagre prescreve que sejam maltratados, a fim de castigá-los, ao passo que o Comissário prescreve que se lhes trate com dignidade, a fim de mostrar-lhes os ideais de respeito do MPLA. (Pepetela, 2013a, p. 58-64).

não? Ou são os homens que devem aceitar o talvez?”. Ainda que sejam perguntas retóricas, suas formulações sobre o aberto terreno das hipóteses são menos categóricas do que aquilo que declara acerca do estado atual das coisas: “[...] o Mundo é geralmente maniqueísta.”²¹ A princípio, trata-se apenas de conteúdo abstrato: a conduta ideal do homem, o maniqueísmo do mundo. Mas em suas duas manifestações narrativas seguintes²², Teoria repete a ênfase mais na descrição, desta vez, de suas experiências, as passadas, que, de certa forma, o levaram até a guerra, e as presentes.

Não convém percorrer a totalidade da amostra — ocorrem quinze intervenções narrativas ao longo do romance²³ —, bastarão alguns exemplos específicos, já suficientemente reveladores. Com Milagre, o segundo narrador²⁴, meu argumento ganha mais clareza. Tome-se, como exemplo, as sentenças descritivas:

O MPLA expulsa os melhores, / só porque eles se não deixam dominar
pelos kikongos / que o invadiram.

Há, em apenas uma frase, um rico conjunto de *declarações sobre o estado atual das coisas*. Podemos, à primeira vista, identificar três ou até mesmo quatro sentenças: “O MPLA expulsa os melhores” (1); em seguida, a oração explicativa “só porque eles se não deixam dominar pelos kikongos” pode ser destrinchada em duas, “porque eles se não deixam dominar pelos kikongos” (2), que explicita a razão dos desligamentos; e, ainda, o rigoroso “só” (3), que a inicia, e com o qual Milagre exclui qualquer outra possibilidade de justificativa; e, afinal, “que o invadiram” (4). Mas há mais. As afirmações têm objetos distintos: referem-se a fatos, a valores ou a conceitos. Nos dois últimos casos, o mero uso já estabelece outras dependências descritivas e, assim, o emprego do valorativo “melhores” e dos conceituais limítrofes “domínio” e “invasão” lançam, à órbita das duas linhas em que cabe a frase, um novo e riquíssimo conjunto de afirmações. Nos importam mais sua parcialidade e divergência, quando cotejada com as demais narrativas, do que um pormenorizado inventário.

²¹ Pepetela, 2013a, p. 14.

²² Pepetela, 2013a, p. 18-22.

²³ As interferências narrativas das personagens, na edição de referência, encontram-se na seguinte ordem e respectivas páginas: Teoria (p. 14, 18, 21-22); Milagre (p. 34, 47, 63-64); Mundo Novo (p. 78-79, 101-102); Muatiãnvua (p. 119-121); André (p. 168-171); Chefe do depósito (p. 184-185); Chefe de operações (p. 209-210, 220-221); Lutamos (p. 225-226); e Comissário Político (p. 247-248).

²⁴ Pepetela, 2013a, p. 34.

O relato de Milagre, tomado isoladamente, é um trecho de poucas exuberâncias literárias. No conjunto, revela uma obra em que as personagens compartilham a guerra no ambiente mitológico da floresta, que lhes permite acessar o inviolável reduto de sua privacidade. Os monólogos adquirem, conforme se sucedem, a força e o vigor que dão a Pepetela um lugar ao sol na literatura contemporânea. Seu efeito não mobilizaria a mesma força e precisão se, em vez de revelar-se como solilóquio narrativo, surgisse nas altercações de um diálogo, ocasião em que *os efeitos pretendidos sobre a consciência do interlocutor* ou mesmo *idiosincrasias psicológicas comprometem a semelhança entre o que se pensa e o que se diz*. Ao expor as ideias das personagens tanto em falas quanto em suas deixas narrativas, Pepetela permite ao leitor apreciar de maneira mais direta, embora, repita-se, sempre parcial, a constituição de cada uma das distintas visões de mundo de suas personagens.

Mas é precisamente a parcialidade com que as interpretações que cada narrador faz dos eventos de que compartilham que resulta em uma obra relevante, na qual o discurso “se converte em palco de luta” entre vozes distintas²⁵. No diálogo, na interlocução, no discurso dirigido, a necessidade ou a vontade do convencimento pesa sobre as palavras, pode adulterar as afirmações, esconder, torcer, descrever um estado das coisas que mais seduza ou mais assuste. Sem Medo, embora protagonize a obra, é única personagem central que jamais assume função narrativa, porque é menos permeável às distorções que a ameaça de um interlocutor ou, melhor dizendo, que a ameaça de se revelar abertamente ao mundo, aos juízos alheios, impõe. Sem Medo não teme as divergências, nem teme perder seguidores. Sem Medo prescinde de uma narrativa íntima, porque fala aos demais sem glosas de sua liberdade. Despoja-se de méritos quando alega ser, antes de um virtuoso, um mero incompetente para a função de ludibriar. A forma, carregada de generosidades ou modéstias, serve para contrapor Mundo Novo sem julgá-lo e, ainda, expressa sua constante dúvida sobre a guerra que lutam. Sem Medo diz: “Tu serves-te dos homens, neste momento é necessário. Eu não posso manipular os homens, respeito-os demasiado como indivíduos”²⁶. O “é necessário” ganha ares de indulgência, se consideramos o seguinte trecho de uma de suas falas:

— Evidentemente! Comissário, compreende-me bem. *O que estamos a fazer é a única coisa que devemos fazer*. Tentar tornar o país independente, completamente independente, é a única via possível e humana. Para isso, têm de se

²⁵ Bakhtin, M., 1981, p. 168.

²⁶ Pepetela, 2013a, p. 228-229.

criar estruturas socialistas, estou de acordo. Nacionalização das minas, reforma agrária, nacionalização dos bancos, do comércio exterior etc., etc. Sei disso, é a única solução. E ao fim de certo tempo, logo que não haja muitos erros nem muitos desvios de fundos, o nível de vida subirá, também não é preciso muito para que ele suba. É sem dúvida um progresso, até aí estamos de acordo, não vale a pena discutir. Mas não chamemos socialismo a isso, porque não é forçosamente. Não chamemos Estado proletário, porque não é. Desmistifiquemos os nomes. Acabemos com o feiticismo dos rótulos. Democracia nada, porque não haverá democracia, haverá necessariamente, fatalmente, uma ditadura sobre o povo. Ela pode ser necessária, não sei. Outra via não encontro, mas não é ideal, é tudo que sei. Sejam sinceros conosco próprios. Não vamos chegar aos cem por cento, vamos ficar nos cinquenta. Por que então dizer ao povo que vamos até os cem por cento?²⁷

Em resposta, o Comissário admite que ludibria e engana, ainda que se justifique com presunções de honradez da causa e dignidade dos fins:

— Como é que vais dizer que só ficaremos pelos cinquenta por cento? Isso desmobiliza...

— Aí está onde queria chegar! Como todos os do teu grupo, pensas que se não pode dizer a verdade ao povo, senão ele desmobiliza-se. Tem de se aumentar, tem de se exagerar, para aquecer as esperanças que farão as pessoas aguentar os primeiros tempos duros. Eu, se estivesse à morte, preferia que mo dissessem, detesto as mentiras piedosas. Ora, é o que vocês querem fazer. Para que o moribundo não desanime, não se suicide, prometem-lhe a cura; os padres prometem a salvação no outro mundo. O vosso Paraíso, aquele Paraíso que agitam diante dos olhos das massas, é o futuro, um futuro tão abstrato quanto o Paraíso cristão.

— Não há dúvida que ainda tens problemas metafísicos. O vocabulário trai-te, Comandante!²⁸

Manifestar-se para os outros e manifestar-se a si mesmo, portanto, são coisas distintas, que esbarram em dificuldades próprias. Sem Medo, que não necessita de reflexões solitárias para expor-se, em dados momentos se esgueira no terreno do contraditório. Declara haver necessidade de manipulações, até certo resquício de uma nobreza que os fins talvez

²⁷ Pepetela, 2013a, p. 113-114.

²⁸ Pepetela, loc. cit.

emprestem aos meios, mas protesta com veemência, e afirma que se não tem condições de enganar é porque respeita demais os homens e suas individualidades. Manifesta sua dúvida, compreensão corajosa de que nem sempre as alternativas postas pela vida poderão ser escolhidas no conforto de uma moralidade ou de um arcabouço teórico contínuos, que o certo e o errado não se revelam fazendo sempre dissipar as penas da escolha que indicam.

Embora apenas tangenciem o que pretendo desenvolver com este trabalho, vale apontar certos aspectos da postura de Sem Medo. O Comandante é, volta e meia, acusado de individualismos e liberalismos inconvenientes ao ideário marxista. Na conclusão do trecho transcrito acima, há ainda uma outra acusação, também bastante desafortada, que lhe dirige o Comissário: “Não há dúvida que ainda tens problemas metafísicos. O vocabulário trai-te, Comandante!”²⁹

Ironicamente, a acusação de perder-se com problemas metafísicos destina-se a uma postura que parece muito mais atrelada à materialidade do presente, que se revela com certezas e seguranças, do que a um futuro de projeções, vontades, medos e ambição. A verdade que Sem Medo recusa-se a omitir de seus companheiros de luta apega-se à certeza do presente. Sua interação com os demais não pode valer-se de um futuro no qual admite não se ver: “Não me vejo. Simplesmente, e em toda a sinceridade, não me vejo. É isso que vos choca?”³⁰

Em *A geração da utopia*, Pepetela apresentará esta mesma personagem. Sem Medo e o Sábio diferem pouco um do outro. Ambos trazem em si a audácia e a nobreza da luta sincera por um futuro melhor, ambos são constituídos de histórias pregressas que lhes confrontam a tranquilidade do espírito e lhes marcam, talvez não com remorsos e arrependimentos, mas certamente com boas medidas de vergonha. Ainda assim, sendo as personagens que, em cada uma das obras, mais claramente encaram o próprio passado e com mais vigor e coragem constroem o futuro, isolam-se dos demais por delimitarem suas obrigações para com o mundo a um presente em que, sob nenhuma hipótese, deixam interferir as indulgências do passado irremediavelmente privado ou de um futuro irremediavelmente incerto.

Procurei demonstrar que, em *Mayombe*, a estrutura narrativa opera separações importantes. Distingue *descrições* (afirmações sobre o *estado atual* das coisas) e *prescrições* (afirmações sobre o *estado ideal* das coisas); e distingue *sentenças públicas* (manifestações de ideias e opiniões em diálogos e discursos dirigidos) e *privadas* (intervenções narrativas).

²⁹ Pepetela, 2013a, p. 113-114.

³⁰ Pepetela, 2013a, p. 115.

O senso-comum talvez atribua às afirmações prescritivas uma maior aptidão para divergências. Não sem sentido, ainda que com indébita facilidade. No impasse em que Sem Medo é chamado a decidir se Teoria pode seguir a marcha, os argumentos desenvolvidos pelas personagens o registram com clareza. Teoria desloca o problema sobre *dever* ou *não dever* participar da ação, em torno do qual se debatem seus superiores, para um conjunto de afirmações descritivas: primeiro, que *está, sim, em condições físicas de prosseguir* e, diante da controvérsia, que *uma pessoa sabe mais sobre si mesma do que os outros*. Sem Medo assente: “Sei que se for necessário bater o xangui, Teoria parecerá um campeão.”³¹

Construir um romance em torno do caráter fugidio das descrições é a maneira precisa com que Pepetela apresenta o papel das apreciações individuais do mundo nos mais variados dissensos. Dizer “individuais” é estabelecer que elas resultam de algo mais ínfimo do que os estratos de classe em que algumas filosofias pretendem ter segmentado, ao mais essencialmente relevante, os fenômenos históricos da vida social. *Mayombe* tem seu próprio contraponto ao princípio filosófico, expresso com bastante clareza por Mundo Novo, em meio às muitas frivolidades ressentidas que surgem em suas deixas narrativas: “A Revolução é feita pelas massas populares, única entidade com capacidade para a dirigir, não por indivíduos como Sem Medo.”³²

Disso não se segue que as mais variadas visões de mundo não possam se expressar, por proximidade ou conveniência prática, pelo senso de pertencimento ou por qualquer outro princípio cuja identificação e os funcionamentos cabem, em recortes abrangentes, mais às ciências do comportamento do que à filosofia e à crítica literária. O tribalismo e a ideologia cumprem o papel de organizar disposições sobre as quais adquirem certa ascendência, mas que não podem traduzir com perfeição ou dar justificativa cabal. Sem Medo recusa os rótulos porque os vê como reduções. Já Mundo Novo não pode, ao *descrever* seu Comandante, evitá-los: “O Comandante não passa, no fundo, dum diletante-pequeno burguês, com rasgos anarquistas. Formado na escola marxista, guardou da sua classe de origem uma boa dose de anticomunismo, o qual se revela pela recusa da igualdade proletária”.³³

Para Sem Medo, um rótulo reduz porque o mundo é maior do que suas reduções interpretativas, sempre parciais. Não dispensa suas experiências que parecem escapar à pregação ideológica. Vez ou outra, não consegue evitar a sensação de que, mesmo estando onde está e lutando por aquilo que luta, o que pode, naquele instante, é ser “um liberalista”.

³¹ Pepetela, 2013a, p. 15.

³² Pepetela, 2013a, p. 102.

³³ Pepetela, 2013a, p. 101.

Extrapolar o alcance do papel organizador das ideologias — um dos tópicos do capítulo seguinte — no século XXI, decorre de uma entrega extemporânea a princípios filosóficos de uma época em que ainda parecia possível abarcar a totalidade dos fenômenos do mundo sob as regras de um único e abrangente sistema, que, para além de suas próprias inconsistências, firma-se e legitima-se como ciência ao custo de numerosas e severas abstrações.

Em *Mayombe*, assim como no chão real do mundo, que não se dobra às arbitrarias rezas sem chance de verificabilidade, a classe, embora sua relevância, é interpretação ideológica, recorte intelectual. Para que esta afirmação não pese sobre a intervenção, nada sutil, em que Mundo Novo expressa o princípio segundo o qual a história é obra das massas, sem espaço para indivíduos, ao lado de declarações claramente estabanas, vale conferir o peso psicológico de um evento narrado por Milagre. Para além de sua forma de apresentação, o conteúdo interpretativo que compõe a trama do romance se beneficia, em alguns aspectos, de uma escolha precisa de imagens. Observe-se a seguinte reminiscência em seu primeiro solilóquio:

Era miúdo na altura de 1961. Mas lembro-me ainda das cenas de crianças atiradas contra as árvores, de homens enterrados até o pescoço, cabeça de fora, e o trator passando, cortando as cabeças com a lâmina feita para abrir terra, para dar riqueza aos homens. Com que prazer destruí há bocado o buldózer! Era parecido com aquele que arrancou a cabeça de meu pai. O buldózer não tem culpa, depende de quem o guia, é como a arma que se empunha. Mas eu não posso deixar de odiar os tratores, desculpem-me.³⁴

Que curiosa força a imagem evocada por Milagre exerce, capaz de afetar-lhe o espírito com prazeres de vingança e com o ódio que o raciocínio mais óbvio não consegue dissipar. Ao dizer que “o buldózer não tem culpa”, exime-se dos artificios do verbo “saber” e de seu caráter cogente. Quem acredita saber não pode pensar diferente daquilo que crê. Pode mudar de ideia, pode constatar o engano, mas a crença, em sua vigência, é sempre coercitiva. Pode-se, à força de outros interesses que não a crença, cumprir uma ordem sem esperar que a ação resulte de acordo com seu propósito. Pode-se, ainda, desprezar as evidências mais precisas. E, claro, pode-se omitir uma crença, pelo seu descrédito social. Em todo caso, a crença, como estado de espírito, é mandatária. E a despeito da consideração um tanto alheia, de que o trator

³⁴ Pepetela, 2013a, p. 34.

não tem culpa, Milagre assume um reticente, talvez envergonhado, *eu*: “Mas *eu* não posso deixar de odiar os tratores, desculpem-me”³⁵, como se dissesse: “*para mim* os tratores têm, sim, culpa”.

Não se trata de parecer com aquele trator que arrancou tantas outras cabeças de pessoas da mesma classe. Tampouco da mesma tribo. Trata-se, afinal, do trator que arrancou a cabeça de seu pai. Na narração do passado remoto, a cabeça do pai é mais uma entre tantas outras “[cortadas] com a lâmina feita para abrir terra”³⁶, mas na justificativa do prazer recente, da vingança contínua contra o equipamento desprovido de vontade própria, trata-se da semelhança “com aquele que arrancou a cabeça de meu pai”.^{37,38}

As crenças de Milagre chocam-se constantemente com o que se apresenta de Sem Medo — “O Comandante não liga”; “O Comandante [...] não sofreu nada”³⁹ —, e, também, aderem-se aos preconceitos tribais que a narrativa escancara: “Há o tribalismo justo, porque se defende *a tribo que merece*. E há o tribalismo injusto, quando se quer impor a *tribo que não merece* ter direitos”; [...] *as mais avançadas* devem dirigir as outras e fazer com que estas avancem, até se poderem governar”; “São *os mais atrasados* que querem mandar”.⁴⁰

Sua contraparte temática é dada por Muatiânvua, filho de pai bailundo da Diamang e mãe kibundo do Songo e que, como que em um “portanto”, rejeita o tribalismo. Recorre a muito mais do que o sangue misturado dos pais. Das viagens de norte a sul, relata ter amado mulheres que “eram de todas as tribos [...]. Todas eram belas e todas sabiam fazer amor”,⁴¹ e ter encontrado divergências em cada porto. Recorre às palavras com que se expressa: “Qual é a minha língua, eu, que não dizia uma frase sem empregar palavras de línguas diferentes?”.⁴² Finalmente, a uma trajetória que reivindica, em uma espécie de arroubo redentor, ter, *ele e por si*, escolhido:

Eu, Muatiânvua, de nome de rei, eu que escolhi a minha rota no meio dos caminhos do Mundo, eu, ladrão, marinheiro, contrabandista, guerrilheiro, sempre à margem de tudo (mas não é a praia uma margem?), eu não preciso de me apoiar

³⁵ Pepetela, 2013a, p. 34, grifo meu.

³⁶ Pepetela, loc. cit.

³⁷ Pepetela, loc. cit.

³⁸ Cf., sobre o recrudescimento nas tensões raciais e a deterioração das condições econômicas da população local, decorrentes do grande afluxo de brancos em Angola, *Luanda 1945-1961: colonisés, société coloniale et engagement nationaliste*, de Christine Messiant (1989, p. 125-199).

³⁹ Pepetela, 2013a, p. 34.

⁴⁰ Pepetela, 2013a, p. 47, grifos meus.

⁴¹ Pepetela, 2013a, p. 120-121.

⁴² Pepetela, loc. cit.

numa tribo para sentir a minha força. A minha força vem da terra que chupou a força de outros homens, a minha força vem do esforço de puxar cabos e dar à manivela e de dar murros na mesa duma taberna situada algures no Mundo, à margem da rota dos grandes transatlânticos que passam, indiferentes, sem nada compreenderem do que é o brilho-diamante da areia duma praia.⁴³

Pepetela faz parte da geração de angolanos para quem o problema da identidade nacional se recoloca sob nova forma e em caráter de urgência. A geração literária de Agostinho Neto — intelectual que se tornaria o primeiro presidente angolano — desempenhou um importante papel, com a revista “Mensagem” e o movimento “Vamos descobrir Angola”. Mas a iminência da fratura definitiva, com o fim do domínio português, torna premente um novo arranjo, capaz de conceber a ideia de um país que se projete no futuro e definir os caminhos a serem trilhados.

No MPLA, pelo qual lutou Pepetela e pelo qual lutam as personagens de *Mayombe*, as escolhas fundamentais estão feitas. O ideal marxista (desde uma abstração teórica mais rigorosa até sua manifestação mais distorcida e rudimentar, talhada para o convencimento e a sedução) está na gênese intelectual do movimento que desafiou as não menos abstratas e também rudimentares justificativas e promessas que, apoiadas em arma e violência, se impunham com a dominação portuguesa. Encarar a obra de Pepetela como seu panfleto ou, inversamente, mera censura, é uma redução que favorece a necessidade de produzir artigos em escala, mas pouco diz sobre seu vigor persistente, sua relevância contínua. A narrativa bem estruturada de *Mayombe* leva os problemas reais do contexto histórico que registra ao encontro de uma profusa e reveladora construção de sentidos.

1.3 UM PROMETEU AFRICANO

A capacidade humana de fabricar continuamente novos significados para nossas experiências do mundo tem encontrado, nas artes, o seu exercício de aprimoramento. Em *Mayombe*, a mata homônima não é apenas cenário nem, o que já seria bastante mais, apenas floresta. A constituição robusta e profunda da metáfora, profusa em nuances e camadas, é o atributo que faz deste livro a mais inteligente contribuição de Pepetela à literatura. Note-se as curiosas ousadias que compõem o seguinte trecho: “Em breve acordaria com a chuva

⁴³ Pepetela, 2013a, p. 120-121.

miudinha que primeiro só molharia a copa das árvores e começaria a cair das folhas quando já tivesse parado de chover. Tal é o Mayombe, que pode retardar a vontade da natureza”.⁴⁴

Tomado como *expressão ou instância da natureza*, o Mayombe deveria ser um meio para sua vontade, não um óbice. Mais eis que, na prosopopeia de Pepetela, a mata, em uma descrição que lhe resguarda o mistério, contrapõe-se ao mundo natural, adiando seus desígnios. Se a natureza se revela em sua volição, a mata, por sua vez, surge, sem adjetivos nem atividade, substantiva — “tal é o Mayombe” —, com a anatomia de suas árvores impondo ao mundo natural uma derrota, ainda que momentânea.

O trecho não é o único, nem o primeiro, a construir o espírito dominante do cenário, que se aparta da natureza e do mundo.

Terminaram a refeição às seis da tarde, quando já o Sol desaparecera e a noite cobrira o Mayombe. As árvores enormes, das quais pendiam cipós grossos como cabos, dançavam em sombras com os movimentos das chamas. Só o fumo podia libertar-se do Mayombe e subir, por entre as folhas e as lianas, dispersando-se rapidamente no alto, como água precipitada por cascata estreita que se espalha num lago.⁴⁵

Ao longo do romance, o mistério do Mayombe não se esvai. Sua força não arrefece porque a maneira lacônica com que se manifesta tem, como função, afirmar uma presença constante, mas indecifrável. Na floresta, só o que pode ser revelado é o mundo do qual se destaca, que a penetra apenas fragmentariamente, nas histórias, nas teorias e modelos políticos, nas ambições, preconceitos e angústias de quem nela se abriga.

À decisão dos angolanos de tornarem seu país independente opõe-se a força militar de um império, anacrônico e combalido, que conta com o apoio de suas instituições, e de sua economia, ainda que ineficiente, e, também da população local — “fazemos uma guerra sem povo”⁴⁶. Em Angola, os portugueses que reivindicam a posse e o direito sobre o país não são sempre forasteiros. Cada parte em guerra luta, com as armas e as vantagens de que dispõe, num país que chama de seu. É na densidade do Mayombe, que retarda as chuvas e “[não deixa] penetrar a aurora” que todos são estrangeiros, ou, como diz Teoria, “exilados”.⁴⁷ A mata é o espaço ameaçador que ninguém reivindica. Assim como a chuva e a aurora, as

⁴⁴ Pepetela, 2013a, p. 16.

⁴⁵ Pepetela, 2013a, p. 17.

⁴⁶ Pepetela, 2013a, p. 20.

⁴⁷ Pepetela, 2013a, p. 17-18.

nacionalidades e abstrações congêneres não constituem volume capaz de penetrá-la com estardalhaços. Precisam ser levadas pelos homens, que se esgueiram nas lianas tentando encontrar, entre um tronco e outro, em torno do fogo, um abrigo temporário.

A floresta cobra, de cada indivíduo, seu próprio olhar sobre o mundo. Impondo, a guerreiros extenuados pela luta, a dor e o cansaço de suas distâncias e obstáculos, o abandono dos pesos dispensáveis. É assim que o Mayombe revela os homens. Ao fazê-lo, trazendo à tona as mais significativas minudências, compõe um conjunto humano marcado pelas diferenças. Milagre carrega consigo, até o fim, além da cabeça decepada de seu pai, a tribo. Muatiânvua, por sua vez, a dispensa. Teoria, a pretexto de lutar por um universo menos maniqueísta, assume que é foragido de um amor que não soube suportar, e, encasquetado, renuncia às alternativas postas pela vida para construir um caminho próprio.

Das personagens alheias à floresta, apenas André⁴⁸ e o Chefe do depósito⁴⁹ integram as ramificações narrativas que os eventos da trama fazem tomar forma. Ambas, no entanto, resultam de certa presença da floresta, manifestada nos mistérios de Ondina e na coragem de Sem Medo.

André narra seus revezes com distorcidas humildades, revela-se brandindo um oportunismo traiçoeiro e vil e um profundo descaso com quaisquer princípios políticos. É logo após o confronto causado pelo romance com Ondina, mulher de olhar “discretamente jubiloso [...] [que] mantinha o porte indiferente do gigante do Mayombe”⁵⁰, que André se manifesta. É à própria indiferença de uma Ondina que é comparável ao Mayombe que André tenta se contrapor, mimetizando-a:

De qualquer modo, estou-me marimbando. O pior momento já passou. Em Brazzavile não me liquidarão. E sempre tenho os meus apoios. Não destes tipos que nem ousaram defender-me, não da plebe. Tenho apoios bem colocados, que têm influência. Farei a minha autocrítica para desarmar os adversários e isso dará possibilidades aos meus amigos para advogarem a minha causa.⁵¹

Que declare estar se marimbando, *dando pouca importância*, e, para dizê-lo, execute um extenso monólogo, no qual desfila impropérios, esboça conspirações e reivindica ter feito

⁴⁸ Pepetela, 2013a, p. 168-171.

⁴⁹ Pepetela, 2013a, p. 184-185.

⁵⁰ Pepetela, 2013a, p. 94-95.

⁵¹ Pepetela, 2013a, p. 170.

a inabalável Ondina gozar, é indício de seu fracasso no intento de superá-la. No trajeto de seus ataques, também está Sem Medo. André envaidece-se da esperteza com que vai, desapontando o comandante, livrar-se de punições mais severas para os próprios atos. Ao atribuir *razão* a Lênin parece fazer da palavra “razão” um uso tão sintomático quanto o que faz do verbo marimbar: “Lenine teve razão ao inventar a autocrítica. Que boa coisa que é a autocrítica! Há uns burros que sempre a recusam. Ainda não descobriram o furo. Quando estiveres em maus lençóis, faz a tua autocrítica. Todos os ataques pararão imediatamente”.⁵²

O Chefe do depósito, por sua vez, parece entender mais de justiça. Narra sua trajetória pessoal e seu esforço pela revolução, na qual vê, mais do que uma carreira, como a vê André, um propósito: “Entrei na guerra, sabendo que tudo o que fizesse para acabar com a exploração era correto”⁵³. Como Muatiânvua, parecer ter sido capaz de extrair do contato aberto e diverso com distintas pessoas, tribos e culturas, uma impaciência para o tribalismo: “Os traidores impediram a luta de crescer. Traidores de todos os lados. É mentira dizer que são os kikongos ou os kimbundos ou os umbundos ou os mulatos que são os traidores. Eu vi-os de todas as línguas e cores”.⁵⁴

De novo, as diferentes línguas são o símbolo da diferença que separa os homens de distintas tribos e nacionalidades, mas, também, de compreensão mútua entre as pessoas. Mas, experimentado, o Chefe do depósito não se furta à ressalva de que o uso das palavras pode enganar:

Já sou velho, já vi muita coisa. Mas aprendi que as palavras só valem quando correspondem ao que se faz na prática.

Sem Medo fala como age. É um homem sincero. Que me interessa a língua que falaram os seus antepassados?

Ele está sozinho aqui, em Dolisie. Rodeado de inimigos ou, pelo menos, pessoas que não o compreendem. Os guerrilheiros apreciam-no como Comandante, mas desconfiam dele porque é kikongo. Eu aprecio-o e não desconfio dele.

Por isso fico acordado.⁵⁵

O comandante Sem Medo exerce, em parte, o mesmo efeito que a densidade do Mayombe. Sua inabalável postura de indivíduo que, diante das complexidades do mundo e

⁵² Pepetela, 2013a, p. 170.

⁵³ Pepetela, 2013a, p. 184-185.

⁵⁴ Pepetela, loc. cit.

⁵⁵ Pepetela, loc. cit.

das pessoas, não as reduz a esquemas práticos de consolo moral ou ao pouco que seu breve contato permite apreciar. A personagem central, que não assume jamais a narrativa, talvez esteja preservada pela omissão, talvez, apenas, não tivesse nada a dizer de diferente daquilo que diz diante dos demais.

Entre as mais variadas interpretações da guerra, a de *Sem Medo* se mostra, afinal, a mais abrangente e menos convicta. Não que duvide de sua necessidade, pelo contrário, o heroísmo que adquire ao sacrificar-se pela causa é seu testemunho de fé. Uma fé, contudo, que não é a uma ou outra interpretação invariavelmente limitada pelos alcances próprios de cada intérprete, pelas suas experiências mais íntimas, da tragédia familiar ou do amor que não se sabe viver. Trata-se de uma fé e, mais do que isso, um comprometimento com uma liberdade, que encontra seu maior e mais nítido entrave na exploração colonial, mas não apenas nela. Mesmo a exploração é o fenômeno social e político de uma conduta, ou possibilidade emocional, de pouco caso com a vida humana. Enfrenta a exploração e o domínio português sem apego a tribos e talvez sequer a um nacionalismo inveterado, que valha mais do que suas finalidades práticas, que ofereça mais do que um território sobre o qual se tenha o direito de exercer a autonomia. Mas não deixa nunca de enfrentar os que desprezam a multiplicidade do mundo e das experiências que, em cada indivíduo, conformarão atitudes, crenças e vontades para, entre outras tantas coisas, lutar contra a opressão. Tampouco aquiesce às alegadas boas intenções das teorias que prometem, antes da liberdade e o respeito a todos os homens, a escolha de alguns para o exercício do poder. Não que as rejeite, mas as encara de frente e as contesta, porque a divergência e a dúvida são o que de melhor tem a oferecer. Conjuga os valores do herói clássico, dotado de força retórica e intelectual e, também, de coragem e habilidades físicas. Manifesta-se nas ideias e na luta, como observa o Chefe de Operações: “É um intelectual, o Povo só o compreende quando ele se explica pela ação. E de que maneira se explicou, sukua!”⁵⁶

O intelectual que precisa traduzir-se é figura icônica tanto em *Mayombe* quanto em *A geração da utopia*. Note-se, no entanto, que aquilo que o Chefe de Operações observa é fato levemente exógeno — “o Povo só o compreende” é uma declaração em terceira pessoa. Vale considerar que o recurso à terceira pessoa pode ser inclusivo, isto é, abarcar o próprio sujeito de enunciação, mas as distinções entre intelectual e “povo”, entre intelectual e “camponês”, entre intelectual e “quem sofreu”, são uma ênfase constante⁵⁷. No entanto, não é apenas ao povo, aos camponeses, aos que, ao contrário dos intelectuais, sabem o que é sofrer, que *Sem*

⁵⁶ Pepetela, 2013a, p. 221.

⁵⁷ Pepetela, 2013a, p. 69, 112, 221.

Medo precisa traduzir-se. É mais assíduo nas discussões com seus camaradas da “equipa dirigente” do que com o *povo*.

Para fazer parte da equipa dirigente, é preciso ter uma razoável formação política e cultural. O operário que a isso acede passou muitos anos ou na organização ou estudando. Deixa de ser proletário, é um intelectual. Mas nós todos temos medo de chamar as coisas pelos seus nomes e, sobretudo, esse nome de intelectual.⁵⁸

Como não pensar em Sócrates, a célebre personagem de Platão que contestava os virtuosos que desconhecem os parâmetros da própria virtude? Nas diatribes filosóficas com os demais dirigentes, Sem Medo é a personagem que busca restituir à apreciação intelectual uma sensibilidade humana. Será possível racionalizar, inteligir a realidade social e os dramas políticos, a fim de modificá-los, renunciando aos próprios princípios que deveriam orientar a busca por mudança? O comandante é categórico, é preciso criar estruturas socialistas, mas não deixa de criticá-las e de criticar os caminhos trilhados para alcançá-las. De certa forma, esta tensão constante, que Sem Medo expressa, torna-o um recipiente adequado da descrição que Jeanne Marie Gagnebin faz a respeito do conteúdo filosófico dos *Diálogos*:

qual seria a “verdade” que almejam os *Diálogos* de Platão? Se esquecermos a forma literária “diálogo” para procurar estabelecer um “sistema de afirmações platônicas” e, a partir delas, extrair algumas proposições essenciais que formassem a verdade procurada, encontraremos muitas contradições, muitas incoerências, poucas certezas e poucas evidências. Mas se levarmos a sério a forma *diálogo*, isto é, a renovação constante do contexto e dos interlocutores, o movimento de idas e vindas, de avanços e regressos, as resistências, o cansaço, os saltos, as aporias, os momentos de elevação, os de desânimo etc, então perceberemos que aquilo que Platão nos transmite não é nenhum sistema apodítico, nenhuma verdade proposicional, mas, antes de mais nada, uma *experiência*: a do movimento incessante do pensar, através da linguagem racional (*logos*) e para além dela — “para além do conceito através do conceito”, dirá também Adorno.⁵⁹

⁵⁸ Pepetela, 2013a, p. 112.

⁵⁹ Gagnebin, J. M., 2006. p. 202-203.

O conjunto das virtudes de Sem Medo, a descrição de sua intransigência a tudo que restrinja a liberdade da qual é soldado e sacerdote, tem a vantagem de expressar-se não nas alegações de um narrador nem nas condutas irreparáveis de um homem desinteressado e bom. Seu êxito como personagem é resultar de uma obra cujas exuberâncias estão na cuidadosa articulação entre a estrutura, seus símbolos e os temas que, entre uma ou outra sobra, consegue abordar com qualidade.

O desfecho da história encerra um caráter idealista, que talvez permita interpretar as curiosas comparações estabelecidas na dedicatória — ou epígrafe? — com a qual o autor já anuncia as feições épicas da narrativa:

Aos guerrilheiros do Mayombe,
que ousaram desafiar os deuses
abrindo um caminho na floresta obscura,
vou contar a história de Ogun,
o Prometeu africano.

Parece desnecessário frisar que a relação entre Ogum e Prometeu é de equivalência, não de subordinação. O recurso ao mito grego é resultado de uma obra que se dirige ao mundo, de um autor que, para se expressar, remete o menos ao mais conhecido. Sem as afetações integrativas dos que para rechaçar as violências praticadas por sociedades europeias precisam rechaçar todos os signos de sua cultura, Pepetela oferece sua própria contribuição a um mito cuja nacionalidade, embora não seja irrelevante, tampouco é seu distintivo de qualidade.

Ambos, Prometeu e Ogum, concedem aos homens o conhecimento, que cada cultura representou com símbolos próprios. O conhecimento que nos permite ampliar nosso domínio sobre uma natureza da qual somos um produto arredo. Os deuses que os guerrilheiros do Mayombe desafiam não diferem deles pela procedência de espírito, mas pelos direitos que reivindicam sobre o conhecimento e seus inextrincáveis poderes, sobre a técnica que, nem sempre, como indivíduos, compreendem, mas que ainda assim lhes serve.

Durante o século XX, a cultura angolana esteve às voltas com distintas manifestações que dessem à já consolidada unidade nacional, posta pelas instituições e fronteiras, uma identidade capaz de oferecer ao país algo que o distinguisse com mais autenticidade e autonomia. *Mayombe* sugere, com as audácias e ambições dos que acreditam no conhecimento, um projeto humanista, de uma crença profunda na razão.

Ao abrir “um caminho na floresta obscura”, como é, também, obscura a compleição do espírito humano, Sem Medo guia seus homens para uma jornada em que a vitória não se resume à independência do país saqueado. Reivindica uma estatura humana que os racismos, chauvinismos e as ignorâncias e preconceitos correlatos resistem a conceder. Uma estatura humana que se apresenta quando interpela, para além da situação local, das opressões mais visíveis e dos interesses contingentes, angústias e dramas humanos fundamentais.

“Para si mesmo e para o mundo”, responde, insistentemente, Sem Medo, que, como a floresta do Mayombe, expõe aos homens a contínua confrontação com o fato de que o indivíduo e a sociedade não se obliteram:

A amoreira gigante à sua frente. O tronco destaca-se do sincretismo da mata, mas se eu percorrer com os olhos o tronco para cima, a folhagem dele mistura-se à folhagem geral e é de novo o sincretismo. Só o tronco se destaca, se individualiza. Tal é o Mayombe, os gigantes só o são em parte, ao nível do tronco, o resto confunde-se na massa. Tal o homem. As impressões visuais são menos nítidas e a mancha verde predominante faz esbater progressivamente a claridade do tronco da amoreira gigante. As manchas verdes são cada vez mais sobrepostas, mas, num sobressalto, o tronco da amoreira ainda se firma, debatendo-se. Tal é a vida.⁶⁰

A homogeneização cultural pela qual passa o mundo é um fato sociológico. Atribuir-lhe intenções ou autorias pode render curiosas reflexões, mas sobre elas recaem o suspeito interesse de emprestar aos fatos as vilanias de seu suposto fim ou as insensibilidades de seus supostos autores. Pepetela, diante das profundas mudanças pelas quais passou seu país, em grande parte causadas ou precipitadas pela presença violenta do colonizador, talvez tenha voltado os olhos para o mundo e para a história e constatado que a mudança é a constante mais garantida.

Do exotismo e da indômita natureza a que se resume, há muito tempo, a África, a literatura local pode extrair nuances mais significativos. Mas a identidade, no fim das contas, ainda que se valha da geografia ou da formação cultural própria, precisa, acima de tudo, ser um projeto obstinado de autonomia, da capacidade de manusear as mais diversas ideias disponíveis para o uso humano, e, com o vigor que nenhuma nacionalidade atesta, oferecer um confronto capaz tanto de contrapor-se a elas quanto de aprimorá-las. Em *Mayombe*, o conjunto das revelações resulta de uma expressão literária capaz de abarcar, nas angústias, nos

⁶⁰ Pepetela, 2013a, p. 243.

fracassos e nos êxitos da experiência humana, interpretações abrangentes de um mundo que não se esgota em teoremas.

2 AUTÔMATOS IDEOLÓGICOS⁶¹

“Se negam, concedem ou opõem, não sabem que negam, concedem ou opõem e, portanto, têm de ser considerados autômatos totalmente desprovidos de pensamento”, Baruch Spinoza, em *Tratado sobre a reforma do entendimento*.

O problema fundamental de *Mayombe* é o da possibilidade de haver indivíduos. Uma vez que a resposta esteja, já de partida, dada, o que se impõe, como necessidade filosófica, é a formulação precisa da pergunta. Sua eficácia, portanto, depende das condições de enunciação. Audaciosa ironia do texto de Pepetela, que se vale do romance, forma artística que tem o indivíduo como necessário, para cogitar sua possibilidade.

A pergunta, para que não seja tomada como mero exercício de estilo, precisa impor-se de tal modo que faça sentido hesitar diante da resposta pronta. Não pretendo reduzir a engrenagem do texto a uma elaboração artística de duas vias em que se expressa, na perspectiva das personagens, uma performance, simulacro de um argumento cujo método é analítico — de constituição de uma resposta — e, na perspectiva do leitor, um real argumento de caráter sintético — de explicação da resposta⁶². O objetivo aqui é compreender de que modo as condições do enunciado permitem que faça sentido se perguntar pela existência do indivíduo, tomado como sujeito último de liberdade. Antecipando, em linhas gerais, o que será minha proposta, pode-se dizer que o romance de Pepetela oferta um contexto limite, em que, de um dado ponto de apreciação, assentir a autonomia do indivíduo torna-se um risco.

2.1 A GUERRA COMO METÁFORA

As oposições fundamentais que dão movimento ao mundo são uma constante histórica tanto da ação humana quanto do pensamento. Ao suprimi-las, Parmênides condena a natureza a um monismo rigoroso e estático, que não comporta qualquer mudança. Antes das concepções metafísicas que propuseram oposições mais sutis a fim de restabelecer o movimento à realidade, Heráclito já havia compreendido que tornar inteligíveis as tensões entre opostos deveria ser a estratégia de apreensão para a multiplicidade e as mudanças do

⁶¹ Uma versão reduzida deste capítulo foi publicada na revista *Estudos Avançados* e consta nas referências com a entrada Bortolotto, B., 2020.

⁶² Arnauld, A.; Nicole, P., 1992.

mundo. Sugeriu que a guerra é o pai de tudo⁶³ e que o impasse é nossa própria condição de sobrevivência.

Pois *Mayombe* é um livro *da e sobre a* guerra que está em curso. Sem Medo é a personagem que expressa a resistência do sujeito a dois condicionantes que se inserem na luta pela independência de maneira decisiva para intensificar o que se pode apresentar como uma perspectiva de obliteração do indivíduo: ideologia e tribalismo, respectivamente. A ideia de que estes condicionantes não estabelecem tal perspectiva, e sim a *intensificam*, é tributária do fato, entre outros, de que estão *contidos* na luta armada.

A metáfora, que para Heráclito surge como tentativa de conferir inteligibilidade à mudança, impõe-se como realidade ao povo angolano. Mas em *Mayombe* a guerra também é, e tem de ser, metáfora, porque, a princípio, parece não haver inimigo — a menos não onde se espera que ele esteja. O tuga, que precisa ser combatido, vencido e humilhado, ludibriado por esguelhas da astúcia quando em vantagem numérica, não adquire, no romance, existência real. Rita Chaves, em *Pepetela: romance e utopia na história de Angola*,⁶⁴ observou que o inimigo não tem “sequer estatuto de personagem”, reduzindo-se a “uma espécie de figuração” ou “sombra que corta o caminho dos guerrilheiros”. Aquele que, *prima facie*, deveria ser o inimigo não se constitui essencialmente e sequer protagoniza as ameaças aos combatentes que, mais do que com as balas do tuga, preocupam-se com a indiferença do povo angolano e sua resistência em aderir à luta pela independência, com a desorganização dos responsáveis pela logística, com o arrivismo no movimento político que articula a guerra, com a sobrevivência na floresta, com a sujeição aos de outra tribo, etc.

Diante dessa ausência, vale recorrer ao panorama oferecido por Jane Tutikian em *Velhas identidades novas*, que faz um mapeamento do papel desempenhado pela literatura no processo de constituição de uma identidade angolana, em suas dimensões histórica e cultural — do qual é partícipe o próprio Pepetela⁶⁵. Ora, com *Mayombe*⁶⁶ estamos, portanto, diante de um quadro em que a unidade do país que busca sua independência é extremamente inorgânica, ainda que, sob certo aspecto político, possa ser irrevogável.

Mas a ausência do suposto inimigo, embora suficiente para justificar a tentativa de encontrar no texto uma tensão que não se dê entre Angola e Portugal, não é suficiente para explicar a natureza não extrínseca dos opostos que, no romance, a guerra conjura. Perceber o

⁶³ Kirk, G.; Raven, J.; Schofield, M., 2010. p. 187.

⁶⁴ Chaves, R., 1999, p. 222.

⁶⁵ Tutikian, J., 2006a, p. 89.

⁶⁶ Sobre *Mayombe* especificamente, cf. “Mayombe: presença da guerra, perspectiva histórica e memória na construção do romance”, de Rejane Vecchia e Tatiane Reghini Mattos (2015).

conflito como um problema de identidade é deslocá-lo para o âmbito da consciência. Isso porque, no limite, *Angola ainda é uma ideia portuguesa* que, em tentativa de adquirir autonomia política, sequer está segura de sua autonomia identitária. Embora cada vez menos, Angola ainda é uma abstração imposta à realidade por seus exploradores, que delimitam suas configurações política e geográfica básicas. Mas se por um lado Angola é uma concepção do colonizador, por outro, a própria noção de um Império Português passou a ser dependente da submissão da colônia, que agora a integra como parte constitutiva de sua identidade — não apenas pela relação de dependência econômica, mas também por seu posicionamento numa outra relação, qual seja, a de dominador e dominado.

Tal como na elaboração das consciências e perspectivas de liberdade identificadas por Hegel na dialética do senhor e do escravo⁶⁷, o mando português é constitutivo das identidades em jogo: uma (a portuguesa)⁶⁸ que o toma como afirmação; outra (a angolana) que vai, progressivamente, se fazendo autônoma em relação a ele. Ainda: para o povo que se rebela, uma eventual derrota não modifica seu estado corrente, já para Portugal, que se pretende um Império uno e indiviso, do Minho ao Timor, a derrota determina, não apenas em termos políticos e econômicos, mas mesmo identitários, uma nova condição de existência.⁶⁹

Numa tentativa de tornar mais esquemático o argumento, podemos traçar uma linha de apropriação no intento separatista: a guerra de Angola é com Portugal, não com as demais potências europeias cujas respectivas colônias delimitam o território angolano. Ou seja, a guerra de Angola é para ser aquilo que Portugal determina geograficamente que Angola é, mas sê-lo a seu próprio modo e de acordo com seus próprios interesses. Há tanto afirmação quanto negação das *ideias* constitutivas. Um conjunto complexo definiu, com o tempo, um traço de unidade das muitas culturas que a demarcação portuguesa contingenciou. A *língua*⁷⁰ e, por antagonismo, *o colonizador*, organizam e pautam os elementos deste conjunto.

O que se tem é, enfim, um problema de *identidade* e de *autonomia* que, embora indissociáveis, não se expressam em termos de igualdades estanques. Deflagrada a guerra, municadas as armas e mobilizadas as tropas, o problema da identidade se põe ao conjunto dos guerrilheiros, fazendo perder-se, em perspectiva, sua expressão mais elementar e suas clivagens mais significativas, que remetem ao próprio indivíduo, cuja ação se desenvolve em

⁶⁷ Hegel, G. W., 2014. p. 126 et seq.

⁶⁸ Frantz Fanon (1961, p. 26), em *Os condenados da terra*, toma o problema como central e o formula assim: “O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial”.

⁶⁹ Cf. Lourenço, E., 1996.

⁷⁰ Cf. Tutikian, J., 2006a.

contextos que o forçam até os limites de sua ética, de seu conhecimento e, ainda, de seus signos.

O que temos da guerra real, portanto, é um emaranhado de filiações identitárias que, sob qualquer que seja o aspecto, eclodem e redefinem constantemente suas grandezas. O ponto fixo, cuja constância precisa absorver as rupturas institucionais e a própria fluidez dos signos,⁷¹ é a constituição de uma identidade que opere como substrato de todas essas mudanças. Ora, além de tomá-las, as mudanças, como eventos constitutivos de uma identidade em formação, é necessário, ainda, tomá-las como resultado da autonomia que a vai caracterizar. Impõe-se, assim, uma perspectiva de liberdade cuja expressão primeira reporta, em essência, ao indivíduo. Mais: na disputa entre colônia e colonizador há já um desfecho anunciado, de tal modo que os dramas que tomam corpo ao longo do texto são mais os da vitória do que os da derrota, ou seja, mais os da superação da subserviência do que os da sua continuidade.

Tentei fundamentar uma leitura do romance em que se possa definir, a partir da centralidade da guerra, uma disputa que não se dá meramente de modo externo à nação e ao indivíduo, entre colonizadores e colonizados.⁷² A engrenagem do romance permitirá identificar, na guerra real, uma ferramenta de decifração para aquilo que de fato está em disputa: a liberdade do indivíduo que ancora as ideias de desenvolvimento de um país cuja identidade, até então dada numa relação de subserviência, adquire uma autonomia que se revela com o terrível assombro de suas responsabilidades e seus limites.

2.2 O INDIVÍDUO

A primeira das personagens de Mayombe a assumir o papel de narrador, já na segunda página do texto, é Teoria. Do relato sobre seu drama no mundo, face ao problema capital que lhe dá motor à existência, segue-se a decisão que expressa uma primeira vontade individual que se sobrepõe a um consenso. Teoria diz trazer em si o inconciliável. Proscrito do sim e do não, separa as pessoas em dois grupos, “os maniqueístas e os outros”, e acrescenta: “É bom esclarecer que raros são os outros, o Mundo é geralmente maniqueísta”.⁷³ Dizê-lo é reivindicar uma condição de raridade, e é nessa condição que insiste em, mesmo ferido, seguir

⁷¹ Tutikian, J. 2006a, p. 67.

⁷² Explorei a ideia de múltiplas instanciações da representação, em que os elementos semânticos são sucessivamente substituídos de modo a preservar estruturas relacionais, em um artigo intitulado *Revolução, camarada porco*. (Bortolotto, B., 2015).

⁷³ Pepetela, 2013a, p. 14.

a marcha, contra todas indicações. Afirma estar apto a prosseguir quando, de fato, não está; afirma estar apto a bater em retirada caso necessário; e afirma, ainda, que seu retorno, amparado por outro guerrilheiro, resultaria em um desfalque significativo para o contingente já escasso — ou seja, alega, contrariamente às ponderações do Comissário, que sua permanência é do melhor interesse para o êxito da ação. Há, nisso, um movimento relevante: sua vontade — continuar a marcha com o restante do grupo — se expressa, ainda que Teoria não diga “quero ir *para* ajudá-los”, pela declaração de estar conforme ao interesse coletivo. Há, para se valer do jargão kantiano, uma opacidade motivacional naquilo que, estando conforme ao interesse dos demais, talvez não se dê pelo interesse dos demais.

Observemos, no entanto, que a insolubilidade entre agir conforme ao interesse coletivo e agir pelo interesse coletivo é artilhosamente realocada a outra distinção: aquela entre a conveniente declaração dos fins e a garantia dos meios. Ora, dada a natureza do evento, os riscos envolvidos e a responsabilidade com a vida dos outros, as condições físicas de Teoria não são, de forma alguma, secundárias em relação a seu desejo de ajudar. Como apontado pelo Comissário, um soldado combalido pode ser mais prejudicial ao destacamento do que dois soldados faltantes. Mas este é precisamente um dos pontos de refração com que a personagem conta para fazer valer sua vontade. Sua insistência parece sustentar-se em pelo menos duas posições distintas que Teoria não delimita — deixando-as em aberto para ver por onde poderá obter mais êxito: a primeira, de que, ao contrário do que dá a entender o Comissário, um soldado combalido vale mais do que dois soldados faltantes (negar a validade desta asserção é colocar seu mérito em disputa); a segunda, de que o sujeito sabe mais de suas condições físicas do que qualquer outra pessoa.

Tanto por aquilo que fala quanto por aquilo que ouve sem assentir, Teoria parece ter uma estratégia: dar ares de certeza quanto ao fim, forçar um impasse no que concerne aos meios, e, deste modo, submeter o *supostamente* incerto ao *supostamente* certo. O absurdo da tentativa de tomar como critério para subordinação dos meios aos fins não a própria natureza da ação mas sim a subjetiva e enviesada aferição das garantias de propósito é expressamente refutada: “Num passeio, um tipo pode agir contra toda a razão, só porque lhe apetece ir pela esquerda em vez de ir pela direita. Na guerra não tem esse direito, arrisca a vida dos outros”.⁷⁴

A resistência de Teoria em acatar a posição do Comissário e de Sem Medo carece de um endosso. O que a personagem obtém não é apenas a autorização para prosseguir mas, mais do que isso, um reconhecimento de validade. Este reconhecimento vem de Sem Medo, para

⁷⁴ Pepetela, 2013a, p. 15-16.

quem “é evidente que a razão objetiva está do lado do Comissário”.⁷⁵ O que se assinala por “razão objetiva” é que o grau de certeza não pode ser o critério para estabelecer, no caso específico, o papel desempenhado pelas partes numa estrutura de subordinação entre o que é finalidade e o que é meio. Ainda assim, *Sem Medo* assente. Sua justificativa, no entanto, não parece, e nem pretende parecer, em nada mais objetiva do que aquela que Teoria oferecera: “Se foi por teimosia ou não, só ele sabe. [...] Se quer partir a cabeça, se escolheu partir a cabeça, devemos dar-lhe a liberdade de partir a cabeça”.⁷⁶ Repousa, assim, sua decisão, sob o abrigo de uma autoridade que faltava ao postulante.

O que o romance vai mostrar, com êxito e relevância, é que existe um princípio para a decisão de *Sem Medo*, e este princípio não é mera arbitrariedade. Não se trata, com isso, de um transbordo da literatura para uma prescrição ética de natureza particularista, tampouco de um subjetivismo militante ou de um individualismo libertário. O que pretendo mostrar é que esta possibilidade é dada, essencialmente, pela resistência ao que chamei de perspectiva de obliteração do indivíduo.

No início do romance, é Teoria a primeira personagem a assumir a condição de narrador, é ele quem, após reivindicar o lugar especial que atribui aos não maniqueístas, põe-se diante de seus superiores, informando sua decisão em tom de descabida confiança e simulando uma autoridade que se desmente na exata medida em que se expressa, apesar de certa empáfia, na condição de um pedido ou uma súplica. Diz eu vou para a missão, mas ir ou não ir depende, mais do que de sua vontade obstinada, da anuência daqueles que enfrenta com postura algo esotérica e pleno de suas convicções. Faz algo típico do herói de aventuras — que, diante de uma necessidade pessoal, posta pela consciência, precisa transgredir formalidades. Mas fazê-lo não lhe garante o protagonismo do texto. É porque, configurada a situação, surge um drama cuja abordagem detalhada é peculiaridade de *Mayombe*: o critério do endosso.

A resposta de *Sem Medo*, em si, parece ter pouco a oferecer: “eu compreendo o camarada Teoria... Por mim, se ele acha que pode continuar, não me oponho. Mas objetivamente o Comissário tem razão”.⁷⁷ O trecho ainda revela uma cumplicidade lacônica entre quem pede e quem consente. *Sem Medo* reconhece que Teoria tem seus motivos para ir e que este os conhece (“Teoria sabe e pode explicar. Mas não quer, e acho que nisso ele tem razão”), e, uma vez pressionado pelos oficiais mais próximos a ser menos subjetivo, escapa,

⁷⁵ Pepetela, p. 15-16.

⁷⁶ Pepetela, loc. cit.

⁷⁷ Pepetela, loc. cit.

também ele, de se justificar, esvaziando a “razão objetiva” que há pouco reconheceu na posição do Comissário: “Neste caso? Não, aqui só arrisca a sua [vida], e mesmo isso... Sei que se for necessário bater o xangui, Teoria parecerá um campeão”.

O que se segue, no argumento deste estudo, é a iluminação que o restante do livro pode conceder a esse primeiro diálogo, no qual há ainda uma formulação, da perspectiva de Teoria, que se mostra central: “o Comandante também tinha um segredo. Como cada um dos outros. E era esse segredo de cada um que os fazia combater, frequentemente por razões longínquas das afirmadas”.⁷⁸ A cartografia é retórica, mas marca um ponto: a diferença. Qualquer que seja sua intensidade ou a relação de distância que estabelece, há algo de distinto entre o conjunto do alegado e o conjunto do vivido e, para os autômatos, o que quer que estabeleça a disjunção precisa ser negado.

Não para Sem Medo, solitário convicto para quem a verde clausura do Mayombe acabará por se tornar seu lugar definitivo no mundo. A tragédia da guerra, que se constitui num denominador comum da experiência de todos os homens da base, é, a partir da obstinada solidão de Sem Medo, contraposta às individualidades de cada combatente. Mas, vale reiterar, o texto não é, de forma alguma, um manifesto individualista.

Para o recorte deste estudo, a solução estrutural da narrativa que se faz relevante é o revezamento dos narradores. Em forma de pequenos monólogos, cada declaração é resultado subjetivo da experiência comum da guerra. O primeiro deles, “*Eu, o narrador, sou Teoria*”, já define o tom quase arquetípico que essas intervenções terão ao longo do texto. Não apenas pelos significados comuns dos nomes de guerra dos combatentes (Eu, o narrador, sou Teoria; Eu, o narrador, sou Mundo Novo, etc.), que proporcionam ao leitor um acesso já carregado por sentidos ao monólogo, mas, principalmente, porque esses trechos revelam uma determinada estrutura mental de percepção do mundo:⁷⁹ “o mundo é geralmente maniqueísta”; “um intelectual, que nada conhece da vida, que não sofreu”; “não tem razão em estar ao lado do Comandante, que é kikongo”. As sentenças, note-se, são afirmações peremptórias que, num registro íntimo e solitário, revelam nuances de uma perspectiva de apreensão essencial do mundo a sua volta. Mas os essencialismos, mesmo os que possam ser considerados mais lúcidos e precisos, ou ainda os triviais, se desfazem, ora na alteridade das narrativas, ora na conduta de Sem Medo, que força um acesso ao que é propriamente subjetivo em seus interlocutores não no refúgio de um monólogo solipsista, mas numa estrutura dialógica em que as subjetividades se expressam diante de uma razão e uma subjetividade alheias. É a

⁷⁸ Pepetela, 2013a, p. 17.

⁷⁹ Pepetela, 2013a, p. 14, 64, 209.

constante do livro: Sem Medo, frente a algum de seus companheiros de Movimento, pergunta pela razão que o leva a lutar, não as razões comuns, mas as mais íntimas e verdadeiras.

A busca pelo indivíduo não se dá na tentativa de isolá-lo do contexto social. Ao contrário, o objetivo é inseri-lo numa relação cujos parâmetros de endosso estão condicionados, sobretudo, pela luta armada, que define um sentido comum de apreensão do mundo, pela ideologia e pelo tribalismo. Como quer que se dê essa inserção, ela estabelece, forçosamente, uma estrutura relacional que se perde na totalização a que tende toda ideologia.

Convém ressaltar que a afirmação do indivíduo só adquire sentido num contexto não individualista (que seria, em seus aspectos normativos, mais uma forma de ideologia) — ou seja, levando em consideração que o indivíduo não é e nem deve ser o parâmetro único de toda ação ou conduta humana —, já que sua afirmação se dá tomando-o como elemento fundamental de uma estrutura maior. Os monólogos demarcam a posição do indivíduo, mas a narrativa em terceira pessoa e a postura política de Sem Medo o inserem em relações com os demais em que o associativo e o dissociativo precisam, como no modelo de Heráclito, coexistir sem que se anulem. O comandante, aliás, o manifesta expressamente em conversa com Mundo Novo,⁸⁰ ao dizer que seus guerrilheiros “não são um conjunto de homens manejados para destruir o inimigo, mas um conjunto de seres diferentes, individuais” e, reiterando a percepção de Teoria, acrescenta: “cada um com as suas razões subjetivas de lutar”.

Sem Medo, então, insiste em trazer à luz um aspecto da ação política — a luta armada — que, ao mesmo tempo em que estabelece um drama comum a todos os membros do grupo, ainda se adere diretamente a algo de subjetivo. Sua insistência é uma batalha pessoal contra a negação que se impõe ao que é próprio do indivíduo. Antes de retornar à necessidade de negação, vale observar que o que constitui a diferença entre o alegado e o vivido é justamente a dimensão subjetiva do indivíduo que, ao compartilhar com os demais a luta pela sobrevivência, a ideologia política e, em alguns casos, a tribo, ainda tem em si algo de profunda e inexoravelmente seu, que não ganha sentido para além da própria experiência.

Não convém, aqui, definir com maior rigor a constituição ideológica, no caso específico, da necessidade de negar o que é subjetivo, isto é, aquilo que é a marca do indivíduo. É porque o caso específico remonta ao modelo socialista que pauta a ação política do Movimento Popular de Libertação de Angola, o que, como cabe à personagem de Sem Medo deixar claro, é contingente. A apreciação política de Pepetela é mais ampla que o

⁸⁰ Pepetela, 2013a, p. 227-228.

momento histórico preciso, que não lhe serve como matriz, mas apenas como ilustração exemplar. O problema está calcado na demarcação sempre insuficiente de padrões prescritivos. Seu limite, embora fundamental para a composição de qualquer modelo político, é invariavelmente deficitário diante do imenso conjunto da experiência humana possível. Noutras palavras: em qualquer que seja o modelo político, a pressão ou a omissão da sociedade e suas limitações operacionais são forças que vão, a seus turnos, incidir sobre a vontade individual, marcando a diferença essencial e fazendo pressão em sua liberdade. O ponto parece ser que, diante de uma limitação natural, negar esta limitação é promover ilusões que de nada servem para a erradicação do limite, que deixa de ser um impasse para o indivíduo, diante daquilo em que acredita, e adquire feições revulsivas ou expiatórias. O impasse entre indivíduo e ideologia, visto de fora, não resulta de uma oposição inconciliável entre termos que sequer são análogos, mas, ainda assim, o impasse força, necessariamente, um recuo, ou seja, o efeito esperado do que seria uma contradição *stricto sensu*. Cabe à precipitação irrefletida engendrar, de improviso, uma causa (o indivíduo) que possa ser limada.

2.3 A MORTE, A IDEOLOGIA, A TRIBO

A fim de entender de que modo a ideologia acaba por obliterar o indivíduo é preciso antes considerar as maneiras pelas quais uma opção política desempenha, na distribuição dos signos e dos valores, um papel semelhante ao da própria guerra, que se torna o campo de significação em que a sobrevivência e a luta de cada um adquirem contornos comuns. Propriedade da alma humana a de converter, por confluências mais ou menos naturais, particularidades que, sob certos aspectos, se misturam e confundem. As situações extremas proporcionam uma sensação de pertencimento que acolhe as peculiaridades subjetivas e as organiza, não sem impacto psicológico.

Mas observe-se que, se por um lado a situação limite organiza as condições, primeiro de sobrevivência e depois de significação, os limites políticos da sociedade, artifício que para conferir liberdade precisa cerceá-la, também estabelecem parâmetros de convergência. Ideologia, tomada aqui com um sentido amplo, que abarca o ideal de modelo político, surge como um elemento aglutinador de indivíduos que convergem em suas representações de uma liberdade efetiva na vida em grupo. Mas à representação ideal (de finalidade) aderem-se ainda representações laterais (de condições práticas e de mobilização). “Tu serves-te dos homens,

neste momento é necessário. Eu não posso manipular os homens, respeito-os demasiado como indivíduos”, diz Sem Medo,⁸¹ apontando o ideal prático de Mundo Novo.

Entre as dificuldades de realização do projeto ideológico de liberdade social, está a divergência na própria noção que o conceito de liberdade adquire no curso interno de desenvolvimento de uma ideia. Contorná-la, seja pela sincera tentativa de elucidação de quem tem absoluta firmeza de suas posições, seja pela mobilização panfletária⁸², é um dos desafios sobre os quais se pode teorizar; sobreposição constante de noções intelectuais, que, tendo início na definição de um conceito aceitável de liberdade, precisa agora de novas elucubrações conceituais para organizá-lo em contextos específicos e depois para realizá-los, a princípio de modo inerente à sua própria natureza e, em seguida, de modo a fazer frente às adversidades e assim sucessivamente.

A superestrutura ideológica, então, se compõe de maneira a dar conta de um amplo conjunto de divergências, intrínsecas e extrínsecas. O limite — isto é, quando não há, sob todas as diferenças em disputa, um substrato comum, interessa menos do que os distanciamentos parciais, as adesões que a vasta diversidade da experiência humana impede de totalizarem-se. “Posso ser liberalista de vez em quando, pois tenho-te sempre como anjo-da-guarda para me guiar”, diz Sem Medo ao Comissário Político⁸³, lembrando-o de seu papel de orientação política, mas reservando-se o direito de resguardar uma dimensão de sua vida para agir conforme a própria consciência. O “posso” do comandante é, para que siga existindo, um “devo”.

Em nome da perspectiva de certa noção de liberdade realizada pelo modelo social pretendido, o discurso pode tolher a liberdade individual de escolha, de aderência ou não, uma vez que lhe sonegue ou adultere informações. Uma variação precisa dessa fórmula é cuidadosamente explorada no romance, cuja sintaxe estrutural define um drama basilar do discurso da formação nacional. A proximidade indébita com o proletariado é um remorso que distorce a realidade: “Para fazer parte da equipa dirigente, é preciso ter uma razoável formação política e cultural. O operário que a isso acede passou muitos anos ou na organização ou estudando. Deixa de ser proletário, é um intelectual. Mas nós todos temos medo de chamar as coisas pelos seus nomes e, sobretudo, esse nome de intelectual”, diz Sem Medo, e completa: “Tu, Comissário, és um camponês? Porque o teu pai foi camponês, tu és camponês? Estudaste um pouco, leste muito, há anos que faz trabalho político, és um

⁸¹ Pepetela, 2013a, p. 228-229.

⁸² Pepetela, 2013a, p. 114.

⁸³ Pepetela, 2013a, p. 160.

camponês? Não, és um intelectual. Negá-lo é demagogia, é populismo”.⁸⁴ A *maka* com relação aos intelectuais, que se expressa de diferentes formas ao longo do texto, é concêntrica a problemas de pelo menos duas ordens: primeiro, a legitimidade do próprio discurso de formação, que se constitui teoricamente na experiência literária adquirida nos estudos na Europa e por meio do conhecimento acadêmico — ou seja, a definição de um propósito de liberdade que se organiza conceitualmente de acordo com as ideias produzidas por aqueles que lhes confiscam a autonomia; segundo, a analogia difusa com o próprio drama da liberdade do indivíduo que é sufocada pelas sobreposições teóricas da superestrutura ideológica, uma vez que os intelectuais, ao organizarem sua percepção dos dramas sociais, o fazem conceitual e cientificamente — ou seja, por meio de universais e abstrações —, ao passo que o “homem comum” lida com a apreensão individual e particular.

Quanto à legitimidade, não será necessário explorar a falácia da formulação que, sendo compreensível que surja, não sobrevive a uma análise minimamente cuidadosa. A legitimidade do conhecimento ou, para ser mais preciso, de uma ideia, não é dada por sua nacionalidade, mas por sua fundamentação. De tal modo que expressar aqui uma formulação possível do atrito com os intelectuais não é um endosso de argumento. É importante, de todo modo, notar que, se a própria noção de Angola é dolorosamente tributária do jugo português, os meios de conquista da autonomia reivindicada, em certo sentido, também o são. Como última ressalva a esse problema, vale recorrer à epígrafe do romance, que se utiliza da figura de Prometeu, herança da cultura grega, que rouba dos deuses um conhecimento eficiente também aos humanos.⁸⁵

Está identificada, então, a primeira de duas maneiras relevantes de subjugar o indivíduo à ideologia. É a relação exterior em que se precipita uma aderência enganadora. Há ainda uma relação interior que guarda algumas semelhanças, em características e efeitos, com o elemento tribalista que abordarei adiante. Com o adiamento de alguns de seus aspectos, cabe a formulação sucinta: trata-se do jugo que a estrutura ideológica impõe ao indivíduo que a toma de maneira monolítica, em sua totalidade e sem clareza de seus aspectos constitutivos, como parâmetro de apreensão do mundo e juízo de ações. A totalidade do *corpus* ideológico adquire um sentido que é imposto a suas partes; um conjunto de ideias cuja formação nem sempre está clara, mas que adquire, mesmo que na falta de clareza, a capacidade de *representar o ideal de formação social, a medida do certo ou do errado, a posição do indivíduo diante dos demais* — amigo ou inimigo —, etc. É nesse sentido que a ideologia

⁸⁴ Pepetela, 2013a, p. 112.

⁸⁵ Pepetela, 2013a, p. 9, 248.

tende a uma totalização violenta, já que serve, em termos práticos, ao indivíduo, em muitas esferas distintas: determina o modo de apreensão do mundo, o modo de atuação, os parâmetros éticos do juízo e o situa diante dos demais indivíduos. Drama individual o de quem, para não prescindir do ideológico, abrirá mão de si mesmo. Drama político e cultural o que, na irrefletida negação do indivíduo, inviabiliza o refinamento do corpus ideológico.

Se antes da ideologia como campo de significação comum observamos que, de forma mais ampla, é a guerra, como situação limite, que desempenha esse papel, é necessário ter em mente que os contextos agudos, os momentos extremos das crises são, por definição, transitórios. A configuração crítica que perdura não é mais crise, mas um novo estado de coisas. No horizonte, portanto, aparece o retorno às diferenças e ao alcançá-lo se faz necessário saber como agir diante delas. Como prospecto do impasse diante da diferença, *Sem Medo* tem, mais do que suas crenças e intuições, o vislumbre imediato do tribalismo, origem de boa parte dos atritos internos do grupo.

É porque a noção de pertencimento do tribalismo monopoliza a empatia e oferece um critério de legitimação de indivíduos. Um conjunto cultural retém travas tocantes à moralidade, ao epistema e aos costumes que são reproduzidas de modo a forçar uma convergência identitária que se assenta em um critério específico de reconhecimento. O sangue é ora seu signo, ora seu avalista — tradução ou fundamento. Toda similitude humana que transcende a fronteira delimitada pela tribo passa a ser ilegítima. A engrenagem negativa é tal qual a operada pela ideologia e não é o propósito delinear suas peculiaridades genéticas, mas há uma complexidade orgânica e fluida que o romance revela com precisão: tribalismo e ideologia, ao compartilharem certos aspectos funcionais, contribuem para uma mútua intensificação de seus respectivos discursos ao custo de, eventualmente, fragilizarem-se diante dos atritos entre pressupostos e formulações constituídas em percursos socioculturais específicos.

Sem Medo é a personagem solitária de Pepetela em *Mayombe* que, a seu modo, cumprirá a mesma função que Aníbal desempenha em *A geração da utopia*. Os preconceitos do tribalismo não podem afetá-lo porque o vínculo tribal não tem muito a oferecer. O sangue que traduz e oferece mediação é menos preciso e autêntico que o juízo de quem aprendeu a identificar de maneira menos mediada aquilo que discursos tribais e ideológicos pretendem sintetizar. Os ranços da “ideologia estreita”,⁸⁶ que não relativiza, não se convertem em modelo de apreensão do mundo ou fórmula para julgar os homens porque a ideologia é

⁸⁶ Pepetela, 2013a, p. 233.

segunda em relação a um propósito de liberdade do qual a personagem não abre mão; tampouco acredita que possa ser liberdade se repete, com seus homens, por ascendência de qualquer natureza, a relação de dependência identitária entre dominador e dominado. Sua noção de liberdade, portanto, não pode se realizar às custas da liberdade alheia.

A inquietação humana de *Sem Medo* engendra seu isolamento e lhe permite a visão crítica, a consciência dos limites de sua ação e, com a consciência, os seus riscos. A coragem a que faz referência o nome de guerra não é, portanto, apenas a do guerreiro bravo,⁸⁷ mas uma coragem para assumir a dura responsabilidade de julgar por si mesmo.⁸⁸ Sua obstinação na busca pela liberdade não o tolhe de uma visão política específica, mas não a toma como parâmetro último. Sabe que abstrair as responsabilidades de uma opção ideológica — qualquer que seja ela — e negar seus limites significa, necessariamente, negar-se a si mesmo ao deparar com a divergência entre o preceito político e a própria liberdade.

A fórmula de *Mayombe* consiste em inserir o indivíduo em cada circunstância de afirmação ideológica, sem revogá-la, mas numa tentativa de introduzi-lo de tal modo que a conduta política seja pautada pela consciência, sua condição de liberdade. A narrativa em terceira pessoa, ao descrever os fatos narrados e referir suas justificativas como proferidas por seus atores nem substitui nem pode ser substituída pela narração solipsista dos monólogos, mesmo quando não parecem divergir factualmente. Sobretudo porque a imprecisão representativa do que é narrado só se revela nos narradores momentâneos, condicionados, por algo alheio a suas consciências, a negar a distinção entre o narrado e o vivido.

Com *Sem Medo*, ideologia e indivíduo convergem sem a alienação das divergências que força uma ruptura entre discurso e realidade ou, como efeito, entre discurso e ação. O drama individual vai do mais básico (a sobrevivência diante da fome e do inimigo de morte), ao mais abstrato e intelectualizado (a constituição política de uma sociedade), passando pelo amor e o afeto. No cerne dessas inquietações propriamente humanas, está uma personagem que busca nos demais algo de profundamente particular, que seja capaz de mostrar que, no final das contas, tanto sobreviver quanto amar ou construir uma sociedade livre diz respeito àquilo que motiva cada um a lutar e a correr riscos. O pensamento distópico que Pepetela retratou em *A geração da utopia* já se insinua como ameaça em *Mayombe*. É o paroxismo da “ideologia estreita” que, como se verá n’*A geração da utopia*, terá levado o discurso político revolucionário a assumir o papel autoritário que antes era do desempenhado pelo colonizador.

⁸⁷ Pepetela, 2013a, p. 45.

⁸⁸ Cf. Kant, I., 1985.

A inquietação humana sobre sua própria natureza adquire, com a sofisticação teórica e o avanço tecnológico e cultural, camadas e camadas que se sobrepõem, incorporando complexidade a ideias cuja envergadura se perde nas limitações do olhar mais breve. Disputas ideológicas dividiram o mundo no século XX e, de certo modo, com oscilação de intensidade, dividem, internamente, as sociedades cada vez menos autóctones do século XXI. O que se deixa escapar é que para qualquer que seja a posição ideológica defendida há, em sua gênese, uma determinada noção do que seja uma pessoa e uma determinada concepção de liberdade que a ancoram. Mais do que oferecer julgamentos ou formulações parciais, *Mayombe* traz essas concepções ao primeiro plano para que sejam capazes de iluminar aquilo que se perde entre as trivialidades e pressupostos de teorias esvaziadas que, partindo de um ideal de liberdade, tantas vezes se tornam os apreciados e confortáveis calabouços de nossa consciência.

3 OUTRA INSCRIÇÃO DO TEMPO

“Não foi por um acaso que o polvo saiu do ninho quarenta anos atrás”, Pepetela, em A geração da utopia.

*“Matei-te apenas. Foi a morte que te fez mirrar, ou foram estes trinta ou quarenta anos que levei para te matar? Hoje não és um monstro, mas sim o cadáver dum polvinho, certamente o maior destas águas. Não deixas de ser um polvinho. Tantos anos, tantos anos...”,
Pepetela, em A geração da utopia.*

Em *A geração da utopia*, os temas centrais de *Mayombe* adquirem outro tratamento. O resultado literário carece, portanto, além da coesão estrutural e da unidade estética que o romance de 1979 oferece, de uma descoberta. A contrapartida se dá por certa abordagem que, não sendo de todo nova, tampouco é inteiramente repetida. Preservam-se o sentido e a distribuição relacional, mudam-se os componentes: em contraponto ao indivíduo, onde antes figurava a *guerra*, como campo comum de significação, agora se faz ver o passado.

Para este recorte, assinalarei apenas lateralmente as semelhanças entre os dois romances. Não pretendo, por isso, reconstruir o argumento que apresentei em *Autômatos ideológicos*, operando a substituição assinalada, a guerra pelo passado, mas, tomando-o como pressuposto, proponho-me a estendê-lo.

3.1 A PRINCÍPIO, O COROLÁRIO

“Portanto, só os ciclos eram eternos”⁸⁹, escreve Pepetela, que, sob o pretexto de uma desforra, faz com que os quatro longos capítulos que se seguem estejam sob a vigência de seu categórico corolário. Assim tem início o romance:

Portanto, só os ciclos eram eternos.

(Na prova oral de Aptidão à Faculdade de Letras, em Lisboa, o examinador fez uma pergunta ao futuro escritor. Este respondeu hesitantemente, iniciando com um portanto. De onde é o senhor?, perguntou o professor, ao que o escritor respondeu de Angola. Logo vi que não sabia falar português; então desconhece que

⁸⁹ Pepetela, 2013b, p. 9.

a palavra portanto só se utiliza como conclusão dum raciocínio? Assim mesmo, para pôr o examinado à vontade. Daí a raiva do autor que jurou um dia havia de escrever um livro iniciando por essa palavra. Promessa cumprida. E depois deste parêntesis, revelador de saudável rancor de trinta anos, esconde-se definitiva e prudentemente o autor.)

Rita Chaves, em “Pepetela: romance e utopia na história de Angola”⁹⁰, aceita a fugidia declaração do autor que “quando nada, conquistou [...] o direito de empregar na dimensão mais sagrada da escrita a expressão rejeitada no plano da oralidade”. Acatando a justificativa de Pepetela para a abertura inusitada do livro, a pesquisadora destrincha sua ironia intrínseca, opondo o professor anônimo — cuja existência reduz-se ao objetivo de figurar como “um representante da prepotência colonial” — ao autor dos êxitos que lhe possibilitaram, “no palco glorificado da criação literária”, alçar sua “deficiência” ao “estatuto de estilo”.

Conjeturar hipóteses sobre a que disposições de espírito atende a promessa enfim cumprida pelo autor importa menos do que vislumbrar os possíveis efeitos literários da declaração, confessional e redentora. Chaves a toma como uma espécie de vingança, cujos aspectos simbólicos mais importantes são os que revelam (a) uma inversão de autoridade e (b) uma distinção de caráter entre a autoridade de outrora e a agora prevalente (a da literatura ascende sobre a da instituição colonial). Note-se, no entanto, que o comentário do prepotente professor e a vingança do raivoso examinado são dois eventos cuja relação, quando estabelecida, não é, *stricto sensu*, vindicativa. A primeira razão para afirmá-lo diz respeito ao caso narrado, em si mesmo, e ao próprio sentido do que seja uma vingança: não há castigo ou punição, uma vez que o ofensor original não participa, exceto como memória ou referência, do segundo evento. Assim, sem ato propriamente lesivo, a alteração reparadora volta-se não contra o professor, mas contra seu equívoco. A segunda razão pela qual é possível afirmar que o “parêntesis”, não se revela de imediato, pois advém da constatação de que a promessa feita sobre a omissão definitiva do narrador não é cumprida, o que, por si só, lança dúvidas sobre sua confiabilidade. Mas a dúvida, por sua vez, para que não seja, de modo espúrio, extrapolada e convertida em certeza, depende dos sentidos que a frase de abertura do romance pode conferir ao texto, quando tomada como aquilo que, sem os desvios de sua

⁹⁰ Chaves, R., 1999, p. 226.

personalíssima e ludibriante justificativa, deveria significar — exatamente o que o professor lhe proíbe: uma conclusão⁹¹.

Tomada como vingança, a insistência do autor em iniciar com o proibido “portanto” contrapõe-se à violência da censura e registra o ocaso do domínio da metrópole, enfim desobedecida, mas pouco impõe ao desvario das ilegítimas pretensões de superioridade cultural do professor. Proponho considerar que essa insistência, mais do que uma autoindulgente licenciosidade, é sua forma de demonstrar o uso adequado da expressão censurada, contrapondo-se, assim, mais do que à violência, ao erro do examinador, tão equivocadamente convicto. O “portanto” inicial, que ganha nova ênfase no epílogo do texto, não é condescendência de estilo a que se permite um autor que ocupa “o palco glorificado da criação literária”; é, antes, um reparo assertivo à imperícia intelectual de quem confunde um *raciocínio* com a *expressão de seu resultado*, que desconhece a possibilidade de enunciar um argumento em ordem sintética.

Identificar um reparo à imperícia do examinador nos permite vislumbrar o movimento a partir do qual o aluno humilhado anula as ferramentas da humilhação cometida, ao reivindicar seu uso e ao demonstrar sua capacidade de articular a cultura letrada de forma a realizá-la em seu propósito libertador de compreensão e interpretação do mundo, e não em sua eficácia marginal para restringir e cercear. Não se trata, aqui, de recorrer a um romantismo que extirpe dos jovens revolucionários a instrumentalização política do conhecimento adquirido, elaborado e produzido a partir da formação acadêmica na metrópole — tanto *Mayombe* quanto *A geração da utopia* a reconhecem e registram⁹². Trata-se, antes, de identificar no texto ficcional a analogia intrínseca entre o indivíduo e a razão, que só se realizam completamente quando tomados como fins em si mesmos, e não como instrumentos, pois assim se tornam, tanto um quanto o outro, limitados em sua própria essência, diminuídos e mutilados.

Mas o efeito desconcertante, sobre o leitor, da frase inicial, não se limita ao inusitado “portanto”, que declara a breve síntese que se segue e que contrasta com o grosso volume que haverá de fundamentá-la. O predicado “eram eternos”, referindo-se aos ciclos, também levanta estranheza e suspeições, por seu emprego no plural e pelo tempo do verbo *ser*, porque para que não se constitua um paradoxo, “os ciclos”, assim no plural, o que quer que isso

⁹¹ Em *Amada*, de Toni Morrison (2011, p. 266), há uma situação análoga, em que estar certo em um raciocínio não se confunde com ter razão, esta é uma propriedade excludente: “Esperto, mas o Professor bateu nele mesmo assim para mostrar que as definições pertencem aos definidores — não aos definidos”.

⁹² “Tu serves-te dos homens, neste momento é necessário. Eu não posso manipular os homens, respeito-os demasiado como indivíduos” (Pepetela, 2013a, p. 228-229).

signifique, precisam ser concomitantes e não sucessivos. Por sua vez, a restrição “só”, ao destituir de eternidade quaisquer outras coisas ou fenômenos do mundo, reforça o emprego da eternidade em sentido muito específico, a ponto de não descrever mais nada. Ainda no predicado, o emprego de “eram” em vez de “são”, embora cumpra com o propósito de permitir o exame analítico do tempo⁹³, não se desvencilha de seu efeito estético, somando-se às tensões semânticas que permitem à abertura do romance, embora taxativa e categórica, manter-se misteriosa e sugestiva.

Com essa curiosa sequência de antecipada síntese, superlativa restrição e quase contraditório predicado, Pepetela demarca o propósito reflexivo de um romance em que a crônica dos acontecimentos está, mais do que a serviço do registro histórico, comprometida com o exercício e a expressão de ideias e sentimentos sobre o destino seu país.

A geração da utopia estrutura-se em quatro longos capítulos — A casa (1961); A chana (1972); O polvo (1982); O templo (1991). Cada um deles trata de um aspecto constitutivo daquilo que pode ser vulgarmente identificado como a mentalidade de uma geração, ou, de modo mais específico, como característica relevante no reconhecimento da utopia como atributo definidor de um conjunto que repele outras homogeneidades. Assim, a interpretação que procuro oferecer é a de que, nesse romance, Pepetela produz dois registros distintos da história: um primeiro, que, com algum rigor descritivo, trata dos eventos centrais dos quatro capítulos, que estão datados e cuja relação de causa e consequência é operada pela passagem do tempo; um outro, que não é alternativo nem subordinado ao primeiro, mas, antes, sua contrapartida. Este segundo registro, de vivacidade literária mais interessante, ainda que, também, mais precária, trata de certas constantes que não se sucedem e nem se substituem no tempo, permanecendo simultaneamente eternas, de tal modo que impedem as utopias de concretizarem-se, mas garantem seus contínuos reaparecimentos.

Os dois romances que abordo neste estudo têm, subjacente às questões de identidade cultural e de autonomia política, uma ideia bastante específica de razão e que, no entanto, jamais é abordada de maneira direta. Trata-se de uma razão tomada não como artigo passível de posse — tal qual reivindica a ideologia civilizatória do colonialismo —, mas como um comportamento que rechaça o cinismo e a concupiscência.

Em *Mayombe*, essa indissociabilidade entre razão e atitude é anunciada pela epígrafe e desenvolvida pela conduta de Sem Medo. Em *A geração da utopia*, suas manifestações são mais erráticas. No primeiro capítulo, “A casa”, as personagens centrais, estudantes africanos

⁹³ Ricœur, P., 1997, p. 147.

na metrópole, são apresentados por um variável conjunto de atributos, entre os quais se destaca, continuamente, o grau de comprometimento de cada um com sua formação acadêmica, que é inextrincável do grau de comprometimento com a causa independentista. Ou seja, o interesse pelos estudos e pela cultura — inclui-se aqui a redescoberta e a valorização da cultura africana⁹⁴ — identifica-se com a qualidade moral das personagens.

Cabe observar que a formação acadêmica e o acesso à instrução formal não servem como condicionantes, quer necessários, quer suficientes, da ideia que pretendo identificar na obra de Pepetela, a da razão como atitude, e que tem, como modelos, as personagens Sem Medo, em *Mayombe*, e Aníbal, o Sábio, em *A geração da utopia*. Assim, “cultura letrada”, “educação formal”, “teoria” e “conhecimento” são usadas aqui de forma intercambiável, porque não se referem a conceitos claramente delimitados, mas ao conjunto de ferramentas que, tendo sido politicamente instrumentalizado para, em sua dimensão técnica e material, subjugar a colônia⁹⁵ e, em sua dimensão ideológica, justificar o domínio e a exploração, torna-se agora, à revelia dos interesses coloniais, disponível aos jovens africanos que foram estudar na metrópole e que poderão utilizá-lo de acordo com seus próprios interesses.

Note-se que não há dispensa do acervo cultural africano⁹⁶: a esse respeito, aliás, cumpre lembrar que o movimento de retomada da ancestralidade é um dos resultados desse acesso disruptivo, porque revela que, para “se poder construir a Angola do futuro, onde o angolano” se reconheça “como tal”, é imprescindível que “o passado espiritual e cultural dos angolanos tivesse cabimento” em um projeto “de progresso técnico e civilizacional”^{97, 98}.

Mas a afirmação da cultura africana, por si só, mantém intocável o núcleo do problema: a distinção de natureza entre africanos e europeus, que está inculcada na sociedade colonial. É porque a contestação do desprezo português pela história e pela cultura africanas serve apenas para reafirmar as inúmeras diferenças das quais a ideologia civilizatória extrai suas justificativas. Mais útil para revelar a ilegitimidade com que se recorreu à razão para justificar as violências do domínio colonial e, como resultado, produzir uma distinção de

⁹⁴ Pepetela, 2013a, p. 89.

⁹⁵ Kandjimbo, L., 1995, p. 69.

⁹⁶ Sobre a “reencenação” das tradições, cf. *O local da cultura*, de Homi Bhabha (1998).

⁹⁷ Paráfrase de Salvato Trigo (1979, p. 49): “que o passado espiritual e cultural dos angolanos tivesse cabimento num presente de progresso técnico e civilizacional, procurando-se, pois, a fusão, o equilíbrio destas duas realidades para, estribando-se nelas, se poder construir a Angola do futuro, onde o angolano se reconhecesse como tal, sem xenofobias, sem ‘vertigens absorventes’”.

⁹⁸ Cf., sobre uma confusão entre modernização e ocidentalização, *Nationalism and New States in Africa*, de Ali Mazrui e Michael Tidy (1984, p. 283); o texto foi referido por Valentin-Yves Mudimbe (1988) em seu *The Invention of Africa*, que também endereça e amplia o problema.

natureza entre colonizadores e colonizados⁹⁹, é trazer à luz certas semelhanças insistentemente negadas pela ideologia civilizatória, semelhanças cuja existência destitui a empreitada colonial de suas frágeis e torpes justificativas.

Ao manejar com precisão as artes retóricas sobre as quais o examinador reivindica soberania, o examinado explicita a universalidade de um acervo utilizado para promover a ideia de uma distinção natural. Apresenta-se a racionalidade não como um bem intrínseco aos europeus, que, instrumentalizando-a para seus propósitos de dominação, a deturpam e atrofiam. Este conjunto de ferramentas, tomados pelo colonizador como patognomônico de uma racionalidade exclusiva, determinada cultural ou racialmente, pode ser manuseado, sem prejuízos de eficácia, por indivíduos de outras culturas e raças. Ou seja, a alegada exclusividade de convergência entre a razão e a cultura ou a razão e o sangue, desmente-se.

3.2 A CONSCIÊNCIA

Instituição do Estado Novo, a Casa dos Estudantes do Império foi criada em 1944, como forma de integrar as casas de estudantes que passam a surgir no início da década de 1940¹⁰⁰ para abrigar os jovens vindos dos diferentes territórios, dentre as quais a Casa dos Estudantes de Angola. O objetivo da integração, sob o patrocínio do Ministério das Colônias¹⁰¹, era fortalecer uma “formação colonial da juventude” ideologicamente condicionada e que cultivasse o princípio da unidade do Império, reforçando o controle das atividades desenvolvidas pelos estudantes e dissipando as distinções nacionais que fragilizavam “o espírito português”¹⁰².

Na década e meia que se passa desde o surgimento da Casa até a conflagração da luta armada pela independência de Angola, em 1961, observa-se o distanciamento progressivo que se dá entre os propósitos subjugantes do governo português e o espírito independentista que surge entre os estudantes¹⁰³. Essa trajetória, que parte da aquiescência dos primeiros administradores da Casa (partícipes de sua constituição e beneficiários de seus privilégios) e

⁹⁹ Cf. capítulo 1, seção 3: “Ambos, Prometeu e Ogum, concedem aos homens o conhecimento, que cada cultura representou com símbolos próprios. O conhecimento que nos permite ampliar nosso domínio sobre uma natureza da qual somos um produto arredo. Os deuses que os guerrilheiros do Mayombe desafiam não se diferem deles pela procedência de espírito, mas pelos direitos que reivindicam sobre o conhecimento e seus inextricáveis poderes, sobre a técnica que, nem sempre, como indivíduos, compreendem, mas que ainda assim lhes serve.”

¹⁰⁰ A primeira delas foi a Casa de Moçambique, fundada em Coimbra em 1941.

¹⁰¹ Cf. Mata, I., 2018.

¹⁰² Cf. Castelo, C., 2010.

¹⁰³ Cf. Mata, I. 2018.

deságua numa contundente resistência à assimilação cultural, resulta do próprio acesso a uma formação intelectual que rechaça os propósitos daqueles que subvertem e limitam o conhecimento, ao empregá-lo como ferramenta de domínio.

No primeiro capítulo de *A geração da utopia*, intitulado “A casa (1961)”, a tomada de consciência sobre a situação colonial não chega a se constituir em um evento: nenhuma cena disruptiva a promove ou revela. Antes, confunde-se com o cenário; é, como a casa que dá nome ao capítulo, habitável. Por ela passam as personagens; algumas, sufocam-se, outras sentem-se abrigadas. O ano de 1961 é o ano em que os desdobramentos políticos da consciência crítica adquirem tal enlevo que, para muitos dos jovens da Casa, a partida para a guerra é eminente. Tanto Sara quanto o Sábio, cujo respeito mútuo perdurará ao longo do romance, vivem a angústia de uma guerra necessária. Impõe-se a essas personagens e a outras de seu entorno o sacrifício ao qual se lançam em prol da liberdade de seu povo e da sua própria — mesmo que aceites nas universidades, seguem tolhidos do direito de saber o que se passa no mundo:

As notícias enchiam páginas dos jornais, mas as informações eram poucas. A censura estava a trabalhar a triplo vapor, as tesouras nunca funcionaram tanto como agora. Os jornais enchiam-se de discursos patrioteiros, Portugal é uno e indivisível, de declarações de apoio ao regime, mas pouco de concreto sobre os acontecimentos.¹⁰⁴

O sentimento, contudo, não é homogêneo. Para Malongo, alheio aos interesses políticos dos amigos, o futuro é demasiado incerto e potencialmente frustrante para que ele comprometa seus prazeres imediatos:

Sentiu alguns remorsos que logo varreu. Denise tinha vinte anos e era um bijou, possas, não podia perder a oportunidade de comer uma francesa. Sara compreenderia. Não as suas pretensões em relação a Denise, mas o facto de não ter aparecido. Ela iria procurá-lo e ele arranjava uma desculpa.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Pepetela, 2013b, p. 13.

¹⁰⁵ Pepetela, 2013b, p. 28.

Do caráter de cada personagem são inextrincáveis as suas angústias diante da situação das colônias. Mesmo para Malongo, as frustrações com a carreira no futebol derivam de sua própria conduta descrente. O jogador festeiro, que, apesar do potencial, não consegue dedicar-se com o comprometimento solicitado, produz sua própria frustração; os apetites que não pode tardar a atender estão, afinal, naquilo que Malongo tem como o ápice de suas possibilidades, instância das possibilidades de seu povo, de forma que não faz sentido sacrificar o que está garantido para buscar algo que julga inalcançável.

Já Sara almeja outras mais, tem ambições que justificam seus sacrifícios; conhece, tanto quanto Malongo, os limites estabelecidos pelos portugueses em sua relação com as colônias, mas a futura médica se sente compelida a confrontá-los, enquanto seu amante pretende driblar as adversidades, saciando, voraz, seus apetites, orgulhoso de sua liberdade, que não passa pelo confronto, mas pela adaptação.

A escolha pelo ano do início da luta armada dá ao início do livro um dinamismo profuso: a efervescência cultural na Casa¹⁰⁶, a vida da juventude na metrópole, a formação filosófica e científica dos estudantes, a iminência da guerra, tudo concorre para produzir o depoimento de Pepetela acerca de sua geração. Mas há algo de estático, que se cristaliza ao longo do capítulo, e que permanecerá como seu traço distintivo: Sábio, Malongo e Sara são indivíduos de um mesmo país e de uma mesma época, mas suas atitudes, as de confronto e as de adaptação, são reações distintas a um mesmo problema.

Em “A casa (1961)”, o mais importante registro é o de que a utopia não se confunde com os fenômenos da vida social que possibilitam seu surgimento. Situados no tempo, esses fenômenos, historicamente encadeados pelo curso econômico e político das relações entre Angola e Portugal, são aqueles que dizem respeito às novas experiências de mundo que se apresentam a uma sociedade em formação (o advento das primeiras fortunas angolanas, o declínio financeiro de Portugal, os movimentos literários e de valorização das culturas locais etc.). É possível, pelo exercício de vaidade historicista, dispô-los numa linha de causa e consequência e dizer que se realizam ou que se esgotam, de acordo com seus desdobramentos. Assim, as excelentes formulações de Kandjimbo sobre a situação colonial são uma descrição perfeita, total e conclusiva do fenômeno que toma como objeto de estudo, e que pode, pelas habilidades retóricas do intelectual, ser apreendida em seu máximo alcance. O sentimento utópico, por sua vez, é incompatível com os manuais de história por ser arredo às generalizações, porque não se expressa como um objeto, um fenômeno ou um ato específicos,

¹⁰⁶ Cf. p. ex., Pepetela, 2013b, p. 10, 21, 30.

mas como intensidade ou gradação de algo que é exógeno à consciência da situação colonial: um *propósito*.

Os propósitos só podem ser encontrados no reduto privado e subjetivo das paixões: o propósito de Sara é libertar Angola do domínio português; o de Malongo é permanecer usufrutuário das concessões da Metrópole, ainda que à custa das agruras alheias. Seus propósitos são inspirados por aquilo que apreendem do mundo, mas resultam da sempre particular — ainda que repetível — interação entre o fato social objetivo e as compleições próprias de cada indivíduo que o apreende. Daí o papel desempenhado pela arte no registro da utopia. Sem as paixões que a consciência da situação colonial suscita, o fenômeno é plano e, ainda que abrangente, raso. Falta-lhe o propósito que, como um ponto de fuga, permite dar, ao que se descreve, a profundidade na qual será possível vislumbrar o alcance das violências simbólicas perpetradas pelo colonialismo.

Não há conhecimento que traga, em si mesmo, uma intenção. Saber algo a respeito de um objeto não é o mesmo que desejá-lo. A consciência da situação colonial e a utopia daquela geração separam-se, ao menos, por um distintivo de intencionalidade. A incompletude inescapável da tomada da consciência reside nessa interação, sempre particular, entre o fato social e o espírito que o percebe. Tomá-la como distintivo de uma época talvez pressuponha uma generalização e uma intensidade homogênea que, de fato, não existem e sequer poderiam existir. Em *A casa*, a vida das personagens encarrega-se de compor o cenário em que se pode distinguir tanto a consciência da situação colonial e a utopia, quanto as diferentes intensidades do sentimento de propósito. Essa gradação, que se revela já no primeiro capítulo e se desenvolve no segundo, será fundamental para permitir outro importante sentido do texto: o de que as distintas gradações implicam, também, distintas durações.

3.3 O CANSAÇO

“A areia é um pormenor, não a alma do deserto”, lê-se na primeira página do segundo capítulo, que reproduz o texto “duma página arrancada pelo vento ao caderno de apontamentos do Sábio”¹⁰⁷. Na tentativa de definir a chana, o guerrilheiro Aníbal, personagem que melhor a compreende, declara a ineficiência e a arbitrariedade do procedimento.

¹⁰⁷ Pepetela, 2013b, p. 143.

A chana são vários mundos fechados, atravessados uns pelos outros. A complexidade da chana está na sua própria definição. Para uns, os otimistas talvez, a chana é um terreno coberto de capim rodeado por uma floresta; para os outros, os pessimistas, a chana é um terreno sem árvores que cerca uma floresta. No fundo, por que distinguir otimistas e pessimistas? Não será a floresta, no segundo caso, uma simples ilha, talvez um Mussulo onde coqueiros nascendo da areia procuram com seus penachos acariciar as nuvens? Ou será a chana, prosaicamente, apenas um terreno sem árvores que é preciso atravessar para chegar à floresta ansiada.¹⁰⁸

A areia e o capim, como quaisquer elementos que possam servir para solucionar o problema, são supérfluos. Privar de definição a chana é um esforço para resguardar seu mistério. O trecho repete, com menos elegância e impacto, a abertura de *Mayombe*. Há o cenário (antes a floresta, agora a chana), que adquire um espírito próprio e que é metáfora de um mundo intangível; há, sobressaindo ao texto, a voz da personagem (antes Teoria, agora o Sábio), que declara uma tensão insolúvel, cujo objeto em disputa, por maior que seja, é posterior à divisão estabelecida. “No fundo, por que distinguir otimistas e pessimistas?”, pergunta o Sábio, apresentando, em seguida, as insuficiências de ambas as teses.

O segundo capítulo, “A chana (1972)”, se passa 11 anos após os eventos os narrados em “A casa (1961)”. Como os capítulos seguintes, “O polvo (1982)” e “O templo (1991)”, é mais exíguo, e, também, reitera certas disposições de espírito das personagens, revelando a paralisia dos que permanecem idênticos diante de tantas mudanças de contexto e cenário. O texto do Sábio, embora extraviado pelo vento, não está perdido, condensa-se em suas atitudes como condensa, também, a disposição geral do capítulo.

A carnificina da guerra, por mais intensa e brutal, não resume a história da geração. Há, simultaneamente, outros eventos, com óbvias distinções de escala, que resultam da mesma experiência geracional retratada em *A casa*. Na Europa, a dinâmica entre Sara e Malongo continuou idêntica, com reiterados adultérios e persistente leniência. A médica sustentou a família por algum tempo, enquanto esperava receber um chamado para a luta. Malongo, por fim, as abandonou, Sara e a filha, Judite, e foi morar em Amsterdã, para onde partira atrás de uma mulher e onde ganhava a vida tocando e cantando em cabarés. Os mundos, embora “atravessados uns pelos outros”, não se misturam e permanecem fechados. Que haja cantoria em cabarés na Europa, simultaneamente às mortandades perpetradas algures, é a ilustração contundente que o destino de Malongo produz.

¹⁰⁸ Pepetela, 2013b, p. 143.

A comparação com mundos fechados, mas que se atravessam, é, no texto do Sábio, o que mais se aproxima de uma definição da chana. A ela não há contraponto, exceto pela antinomia interna entre serem fechados e se atravessarem. Há outras duas, que, distintas, contrapõem-se: “a chana é um terreno coberto de capim rodeado por uma floresta” e “a chana é um terreno sem árvores que cerca uma floresta”, e às quais o Sábio atribui as limitações da simplicidade e do prosaísmo, mas, ainda mais, certa complementariedade oculta: a floresta serve como caminho entre a areia e o céu, e a chana, por sua vez, uma etapa a ser vencida para que se chegue à floresta. Com isso, declara que a disputa entre otimistas e pessimistas os condena a não compreender a chana.

É a partir dessa metáfora que a fórmula utilizada em *Mayombe* ressurge, revelando, agora com mais ênfase, as distintas intensidades do sentimento utópico. Que alguns se mantenham comprometidos com a causa que os lançou à situação limite da guerra, enquanto outros esmoreçam, é o registro de que as gradações — que em *A casa* impediam que se visse o sentimento utópico como algo homogêneo e generalizado — agora impedem as mesmas homogeneidade e generalização de sua contraparte, a distopia. De tal forma que os dois sentimentos não se sucedem peremptoriamente no tempo, não se fixam às efemérides nem resultam, como ficará claro em *O polvo*, de percepções convergentes sobre o estado das coisas.

Entre as qualidades que dão ao romance de Pepetela sua longevidade, está a sutil dissonância entre a ideia que o texto, em seu aspecto reflexivo, projeta, e a ideia que o alter ego de seu autor exprime. Tomados como satisfatórios os meus argumentos que separam a consciência da situação colonial do sentimento utópico, a reflexão do Sábio, perdido na Chana, parece apresentar um arrazoado divergente:

Tudo uma aldrabice. Aqui estou eu, perdido, a sofrer de fome e do frio, sabendo apenas que a salvação está no Leste. Para quê? Uns tantos no exterior utilizam o meu sacrifício e o de tantos outros para chegarem aos países amigos e receberem dinheiro. Desse dinheiro, metade vai para os seus bolsos e dos parentes e amigos. A outra metade serve para aguentar a guerra. Esta parte destinada à guerra é o capital investido para apresentarem êxitos aos amigos e receberem mais, não é por estarem interessados em libertar o país. Já fui parvo, já acreditei na boa fé de toda a gente. Agora já não me levam. Foi a última vez que vim combater.¹⁰⁹

¹⁰⁹ Pepetela, 2013b, p. 164.

O desabafo faz convergir a consciência da corrupção no Movimento e o sentimento de desânimo. A convergência é real, mas, como se pode rapidamente constatar, relacionam-se — a consciência da corrupção e o cansaço — não como causa e consequência, respectivamente, mas como substitutos temporários. Não são, o desânimo com a guerra, um efeito, e os atos dos corruptos, sua substância. Afinal, a consciência da corrupção não foi descoberta ali, em meio à chana, por intuição reveladora do que se passa algures. Dessa forma, o que está sendo apresentado é um sentimento próprio, de cansaço e consternação. Assim, o anátema distópico do Sábio resulta não de determinadas informações, com as quais pode até justificá-las, mas de suas disposições de espírito. O elemento novo não é o desvio de recursos, fato objetivo, ainda que conjectural, mas o cansaço diante de mais um desafio que, superado, terá mais relevância para o sôfrego sobrevivente do que para a guerra em curso.

O desencanto de alguns soldados, em oposição à obstinada persistência de outros, revela as distintas intensidades que projetam, no transcurso da história angolana, os sentimentos de outras épocas. Sara permanece à espera de uma oportunidade de resgatar Angola. O Sábio fatiga-se. Esse descompasso reitera a diferença entre a consciência e a utopia, mas também lhe acrescenta novo aspecto: se a postura cínica pode persistir mesmo entre os que constatarem os abusos da colônia, se é possível saber das violências da exploração econômica e da tutela política e manter-se alheio ao propósito utópico, noutra via, a esperança também pode sobreviver às desilusões com o movimento político que dela surge e que dela se sustenta.

Pepetela é obstinado no jogo de separação dos semelhantes e de aproximação dos distintos. Em *A chana*, o tribalismo, que dinamiza as principais tensões dos diálogos do capítulo, confunde-se com o colonialismo, à medida que suas justificativas se esboçam no texto para serem contundentemente refutadas. Definitivamente distintos, aproximam-se como demonstração de que o mesmo princípio de superioridade racial pode ser, simultaneamente, combatido e defendido; de que compreender um caso específico nem sempre revela o alcance e a extensão da regra a que este se submete; enfim, de que a guerra se dá pelo particular, não pelo universal¹¹⁰.

3.4 A SOLIDÃO

¹¹⁰ Cf. capítulo 2.

No terceiro capítulo, a incursão mais adensada nos pensamentos, nos amores, nas culpas, nas mágoas e nas expectativas do Sábio dão ao texto uma ambivalência contínua, porque a narrativa precisa revelar o íntimo de um homem que pretende se manter misterioso. Havia deixado o exército e partido para o isolamento nas imediações da praia da Caota, em Benguela, preferindo uma vida frugal aos luxos e posições que teria obtido, caso abdicasse de seu senso crítico e empregasse sua reputação a serviço do governo estabelecido.

— Fazes-me lembrar a Marta. Depois de tu saíres de Portugal a Marta disse-me que tu só tinhas dois caminhos, ou morrer na guerra, o que seria o melhor para ti, ou desencantares-te. Adivinhou. Porque perseguias um sonho utópico de revolução. Afinal desiludiste-te mesmo.

[...]

— Enganou-se numa coisa, colocou a questão numa alternativa. Eu morri e desencantei-me. Os dois caminhos num só.¹¹¹

Em seu autoimposto exílio, o Sábio leva uma vida solitária; o trecho constitui-se literariamente, pelo que evoca de passado, como um libelo determinista cujo propósito talvez seja expurgar excessos de heroísmo pueril. O sucesso é parcial, porque a atitude heroica que os aspectos moralizantes do texto prescreveram é continuamente reiterada; note-se a conduta altruísta do homem que se priva de luxos para que, tendo perdido a confiança e abandonado a luta, não viva, como vivia Malongo, um mutualismo pernicioso com o governo que explora o povo. O Sábio busca desvencilhar-se da devoção alheia, insistindo na motivação privada:

— Podias procurar a tua independência, tudo bem. Outros o fizeram. Mas ficaram a trabalhar no sistema [...]. É mais isso que as pessoas não entendem, que te tenhas metido aqui, isolado do mundo. Significa um corte radical com o sistema, um exílio voluntário, e isso incomoda.

— Eu sei, oh, sei tão bem! Diz-me, Sara, não posso ter razões particulares para me meter aqui? Terão de ser fatalmente razões políticas.

— As pessoas não as conhecem.

— Nem têm nada de conhecer. O problema é esse, o Estado comporta-se como pai e o filho tem de lhe contar tudo, já não tem direito à privacidade.¹¹²

¹¹¹ Pepetela, 2013b, p. 245.

O trecho que se segue no diálogo é daquelas desnecessárias reiteraões, em tom ensaístico, que buscam desenvolver, na linguagem dos tratados e dos ensaios jornalísticos, algo que a metáfora já dera, com mais competência, conta de revelar. Essas ênfases distraem, tergiversam e confundem. Prolongam-se de tal modo que dão demasiada sutileza àquilo que o Sábio revela, com sua pergunta: “Diz-me, Sara, não posso ter razões particulares para me meter aqui?”.

A solidão será heroica se for o preço que o Sábio paga pela honestidade corajosa. Talvez seja suficiente, então, para eximir sua personagem do indesejado caráter, submetê-la a certo determinismo psicológico. Abstraídas as longas declarações opinativas do Sábio sobre os pensamentos e os humores das demais personagens, resta evidente, por seus próprios pensamentos e humores, um traço distintivo de persistente solidão. A solidão do homem que, ainda jovem, em Portugal, não fora capaz de viver o amor com Sara, que, ainda estudante, declarara que “pouco interessa o que as pessoas pensem de mim”¹¹³; que no retorno à Caotinha vive uma relação lacônica, sexualmente intensa, mas afetivamente distante, com a “moça de Benguela que engraçou[-se]” por ele e que, quando “lhe dá na gana” vai visitá-lo e passar a noite¹¹⁴; que divide a vida com uma árvore e o espírito da mulher ausente que a habita; tudo concorre para destacar o caráter solitário do Sábio, que se desenvolve desde muito antes de ir para a luta armada e de desapontar-se com o movimento político.

Não haveria, assim, heroísmo real no autoexílio que, só pelo sacrifício, o glorificaria. A vida solitária do Sábio não é o preço que paga por sua conduta contestatória, mas a condição que a permite. O limite do desagravo é bastante óbvio: a condição de herói não é, de forma alguma, incompatível com o determinismo. Subtrair de sua solidão o martírio não muda o fato de que, apartado do mundo, torna-se irremediavelmente especial, de que, apartado do mundo, compreende-o como nenhuma outra personagem.

O elemento que destaquei dos capítulos anteriores, o modo como Pepetela mantém, entre a consciência e a utopia, um vínculo que, relacionando-os, os preserva distintos, manifesta-se no terceiro capítulo, de forma mais evidente, na relação entre o Sábio e Sara. Suas atitudes diante do governo são distintas, não porque discordem sobre o arrivismo político e a corrupção, que tomam, ambos, como fato dado. Sara abandona os cargos de direção, mas preserva os vínculos, o trabalho como médica e certa esperança que, embora inespecífica, a mantém naquilo a que chama de “Sistema”. Assim, a ruptura definitiva e

¹¹² Pepetela, 2013b, p. 254.

¹¹³ Pepetela, 2013b, p. 24.

¹¹⁴ Pepetela, 2013b, p. 250.

estridente do velho guerrilheiro que se exila — quaisquer que sejam suas mais ocultas e inacessíveis motivações — é, ou melhor, acaba sendo, uma declaração política:

— [...] Já me consideram uma espécie de profeta, só que do Apocalipse. O louco de Deus! Vou uma vez por mês à logística militar, em Benguela [...]. E os soldados mais novos riem-se, sinto-os a rirem-se nas minhas costas, lá vai o maluco. No entanto, se lhes falo, ficam com muita atenção, bebendo cada uma das minhas palavras. Não é a atitude que se tem perante um profeta?¹¹⁵

A solidão do Sábio antecipa a distopia. Apartado dos demais, percebe que as palavras de ordem e as metas da antiga revolução já não fazem sentido diante de uma realidade distinta. Em seu jogo de aproximações e afastamentos, Pepetela traz à luz a óbvia descontinuidade entre, de um lado, a sociedade justa e igualitária que sua geração buscava e, de outro, a independência política que a permitiria.

O que se estabelece não é uma relação simples entre meio e finalidade, respectivamente. É preciso atentar para o fato de que superar a condição política de colônia portuguesa é um evento histórico que padece da mesma ausência de propósito que atribuí à tomada de consciência. O exame empírico das experiências históricas pode dar ou não conta de atestar que a independência política das colônias é etapa necessária na superação das desigualdades sociais e das opressões, separando-as, com exercício reflexivo, em meio e fim. Para aqueles que a vivem, no entanto, o para quê da revolução e a própria revolução confundem-se, e de tal forma que o fim inalcançado torne possível crer que, tampouco o meio, realizou-se.

As revoluções são para libertar, e libertam quando têm sucesso. Mas por um instante apenas. No instante a seguir se esgotam. E tornam-se cadáveres putrefatos que os ditos revolucionários carregam às costas toda a vida.¹¹⁶

Descobre-se tardiamente que não bastava se livrar do colonizador, seria preciso livrar-se, ainda, dos vestígios do colonialismo; não bastava suplantar o sistema político vigente, seria preciso suplantar o sistema econômico, não apenas o do país, mas o do entorno, e tudo

¹¹⁵ Pepetela, 2013b, p. 249.

¹¹⁶ Pepetela, 2013b, p. 131.

isso ainda é o colonialismo. Todos os problemas que ainda existirem precisam derivar-se, invariavelmente, do mesmo princípio, para que, afinal, a luta ainda seja a mesma, e com isso, seus líderes ainda sejam os mesmos. Assim, tanto o fracasso da revolução quanto seu êxito são indesejáveis porque encaminham para o inadmissível desfecho.

Por isso, das metáforas em *A geração da utopia*, nenhuma será tão simples e eficaz quanto a caça ao polvo. O tempo do reencontro — as quase quatro décadas¹¹⁷ — é incompatível com a duração de qualquer indivíduo da espécie, cujo tempo de vida é de cinco anos. A ânsia pelo reencontro¹¹⁸, a mitificação do animal monstruoso que varria, “com os mil tentáculos”¹¹⁹ o chão, preparando a arena para o encontro fatal que, não por acaso, preparara quando “saiu do ninho quarenta anos atrás” representa esta luta contínua contra um inimigo cuja identidade está determinada para servir ao propósito de quem o enfrenta. Destinado a matar o polvo que o aterrorizou na infância, o Sábio elegeu, pela semelhança e pela necessidade, sua nêmesis. Mas, com coragem, optou, após muito adiar, por levar a termo seu confronto. Disposto a morrer no embate, venceu-o para finalmente envelhecer, para descobrir que nunca “mais nada seria como antes, ia faltar sempre o polvo”.

3.5 O PASSADO

O último capítulo do livro está marcado por quatro metáforas que oscilam entre a precisão estética e a repetição caricatural. “O templo (A partir de julho de 1991)” tem início no período seguinte aos Acordos de Bicesse. Frágil e instável¹²⁰, o armistício inaugurou novas possibilidades de negócios em Angola. Malongo retorna à terra natal, onde se torna um bem-sucedido facilitador, para empresas europeias, junto ao alto escalão político. O ex-futebolista, cujo caráter sintetiza boa parte das críticas endereçadas à situação política angolana, tanto interna quanto externamente, adquire centralidade na narrativa.

Coisas pequenas, até porque as firmas não confiavam na sua capacidade. Com os primeiros sucessos, a sua aceitação cresceu. Passou a vir mais frequentemente e para tratar de negócios cada vez mais importantes. Nunca se metera em política, era amigo de todos, as casas estavam abertas. Foi só entrar na

¹¹⁷ Pepetela, 2013b, p. 305.

¹¹⁸ “Tantos anos a sonhar com este momento, a desejá-lo e a temê-lo” (Pepetela, 2013b, p. 301).

¹¹⁹ Pepetela, 2013b, p. 300.

¹²⁰ O armistício durou da assinatura do Acordo de Bicesse, em maio de 1991, até as eleições nacionais, em setembro de 1992.

primeira, a do Vítor, depois entrava na que quisesse. Falando muito de futebol e música, tocando umas violadas por vezes para descontraír. No meio da conversa, já tudo muito animado, eh pá, meu, amanhã vou te falar num assunto que tenho aí, hoje não, trabalho é trabalho, uísque é uísque, uma coisita pequena mas que me interessava resolver, sabes como é, um gajo tem de viver e aquilo na Europa é fogo, tudo caro, vê se me podes conceder uma audiência amanhã, não, agora não, é chato, estás aqui todo descontraído, com a família e os amigos, não te vou pôr assuntos de trabalho em casa, mas, já que insistes, é sobre aquele caso que te falei há tempos, estamos à espera duma decisão tua, claro que sabemos que houve concurso público e outras propostas, mas é evidente que a nossa foi a melhor, dá mais vantagens ao país, aliás a única coisa que nos interessa é o progresso do país, e tudo depende agora da tua decisão, basta dizeres que preferes a nossa firma e acabou, o resto nós resolvemos, mas claro que ainda não está resolvido, o teu diretor de gabinete disse ontem que o assunto está nas tuas mãos, então amanhã decides, está fixe, meu, assim é que é, vou tocar-te aquele sambinha que a malta dançava em Lisboa, lembras-te de certeza, tu a namorares a Ermelinda e eu atrás da Joana, aquela mesma do baile dos bombeiros que acabaste por comer, grande sacana, nunca nenhuma saloia te escapou, debes ter inundado aquele país de mulatinhos. Os amigos acabam assim por resolver os assuntos a favor das firmas que representava.¹²¹

O que se revela das relações que o último capítulo apresenta é uma desconfiança que o carácter de Malongo — os já bem delineados traços de irresponsabilidade, oportunismo e falta de escrúpulos — suscita nas empresas europeias que representa; são, no entanto, esses mesmos atributos que garantem sua eficácia nas transações das quais se encarrega e o seu conseqüente sucesso. Põem-se assim em cena uma Europa, pretensamente séria, que reconhece e, em parte, resiste, à malandragem do africano; uma África que recompensa o comportamento moralmente desprezível, em que a falta de seriedade, os conchavos e os interesses pessoais sobrepõem-se aos interesses públicos e aos procedimentos republicanos; e, afinal, uma Europa hipócrita que, tendo seus interesses atendidos, associa-se aos procedimentos condenáveis.

Essa separação que o texto preserva pelo viés de duas moralidades a princípio antagônicas, uma, a europeia, que repreende o comportamento de Malongo, outra, a africana, que o recompensa, dissipa-se com a ascensão profissional do facilitador oportunista. Os conchavos retratados no romance revelam uma Angola que permanece aberta à exploração externa enquanto, internamente, preserva estruturas políticas excludentes. Mas as duas

¹²¹ Pepetela, 2013b, p. 316.

moralidades que, na trajetória de Malongo, separam-se para, enfim convergir, mantêm-se distintas em ao menos um aspecto fundamental e preservam uma distinção intransponível e reveladora.

A Europa, da racionalidade das instituições e da tradição republicana, entrega-se ao procedimento que despreza: disposta a fazer negócios com africanos, não poderá deixar de fazê-lo nos termos daquilo que considera próprio do caráter do interlocutor. Reserva-se, como reservara-se no período colonial, um pressuposto de dignidade, uma ressalva indulgente ao próprio comportamento, guardando aos africanos a responsabilidade completa por tudo que houver de abjeto naquilo de que é partícipe e beneficiária. Assim, a ascensão profissional de Malongo sintetiza a convergência de duas moralidades que, apenas na aparência, se opõem, mas também registra o fato de que há algo íntimo e intocável que, desmentidas as diferenças civilizacionais da razão e da ética, os manterá irremediavelmente distintos.

Malongo respirou com deleite o ar fresco da manhã de cacimbo. Vivera demasiados anos na Europa e o frio passara a agradar-lhe. Até tinha muita dificuldade em suportar o calor de Luanda na época da chuva. Corria se refugiar em qualquer canto que tivesse ar-condicionado, o que, felizmente, abundava nos meios que frequentava. Agora estava-se no cacimbo. No entanto, durante as horas de sol, tinha de ligar o sistema de arrefecimento do Volvo. É, virei branco, mas só o noto aqui na terra. O criado estava a servir o mata-bicho na mesa da varanda, onde ele gostava de o tomar, olhando o movimento da rua e as plantas do jardim.¹²²

Os dois trechos que assinalei são representativos da qualidade literária que Pepetela atinge ao deixar que suas considerações sociológicas se expressem na trama e no destino de suas bem construídas personagens. Há mais precisão e impacto nas frases ditas por Malongo a Vitor, cujas réplicas se tornam prescindíveis pelo desenrolar, em fluxo contínuo, de emendas e alterações, do que nas elaborações ensaísticas que, fazendo às vezes de tratado, interrompem uma narrativa para a qual não prestam qualquer contribuição.

Em “O templo”, o retorno de Malongo à Angola, contrapõe-se ao passado relatado pelo Sábio, no capítulo anterior, quando diz à Sara que eram “puros” e queriam “fazer uma coisa diferente”, que juntos construiriam “uma sociedade justa, sem diferenças, sem privilégios, sem perseguições, uma comunidade de interesses e pensamentos”, acrescentando um acento de ilusão dogmática ao resumir o projeto como “o paraíso dos cristãos, em

¹²² Pepetela, 2013b, p. 354.

suma”¹²³. A descrição que o já desesperançado Aníbal oferece de seus companheiros relativiza-se diante do retorno dessa personagem que antes, em “A casa”, já lhe servira de antípoda.

As interações escusas de Malongo assentam-se em suas relações com as mesmas pessoas a quem o Sábio atribuiu purezas de caráter. O passado em comum, que compartilharam na Casa dos Estudantes, revela-se menos absoluto que o passado histórico; com isso, o problema político central, a busca pela independência, que pautou os interesses da juventude angolana em Lisboa, também adquire nova e mais limitada envergadura.

No retorno à Angola, a intimidade de Malongo com seus antigos companheiros não se cria a partir, exclusivamente, dos interesses em comum; ativa-se por eles, mas remonta às experiências compartilhadas — como aquele sambinha, o baile dos bombeiros, e a Joana, que os dois haviam comido. Sempre alheio ao comprometimento com a causa política de sua geração, o futebolista dado às farras e aos prazeres imediatos ressurgiu demonstrando que, para além da luta pela independência, pela concepção teórica e idealizada de um país livre, havia mais coisas acontecendo na vida, havia outros combustíveis alimentando a fogueira das paixões. O passado em que o Sábio vislumbra um comprometimento irrestrito com a causa política mostra-se, a partir do retorno de Malongo, mais abrangente.

3.6 O FUTURO

Essas interações encaminham o romance para um desfecho ambíguo, em que o sentimento distópico ganha a cumplicidade do leitor, mas fragiliza-se quanto mais se expande. O que se deve ao fato de que quanto menos se tem a perder, menos risco se corre ao lutar. Não é, então, propriamente extraordinário que o “corpo em putrefação” da utopia morta, que “hoje cheira mal” e da qual “só resta um discurso vazio”¹²⁴, sirva como uma espécie de preparação de um novo nascimento¹²⁵.

É, aliás, a nova juventude que encarna a possibilidade de uma nova utopia. Sem os vínculos afetivos com o passado que nutre, nas mentes e nos corações da geração que governa o país, o comprometimento (ou, como no caso do Sábio, o desgosto) com o resultado de sua revolução, resta-lhes o passado histórico, o passado de um registro mais frio e para o qual

¹²³ Pepetela, 2013b, p. 245.

¹²⁴ Pepetela, 2013b, p. 246.

¹²⁵ Cf., sobre realismo grotesco, Bakhtin, M., 1993, p. 325.

podem olhar com os olhos e os sentimentos do presente, que não os abrange e que tampouco se molda ao império das memórias, com sua trama de traumas e esperanças.

A diferença constitutiva que Malongo sente, quando percebe que só pode ser branco em Angola, jamais na Europa, é, para si, mais forte do que as semelhanças acidentais. Que diga “você não aprende, não é, seu negro burro? [...] filho duma puta velha” ao serviçal que se esquece de pôr sal em seu ovo, que enfie a cara do criado no prato, mandando “prova, cabrão, prova para aprenderes”¹²⁶, antes de atirá-lo ao chão da varanda, não é o bastante para fazê-lo sentir-se igual ao colonizador, ainda que João, o serviçal, o acuse:

— Você julga que isto aqui ainda é terra de colono?

Malongo avançou para ele, ameaçador. Mas parou a dois metros, notando que a cena estava a ser observada da rua por uma mulher que se juntara aos dois miúdos. Que chatice, esse muro não era suficientemente alto para garantir a privacidade da casa. E a sebe que o encimava tinha sido maltratada pelo anterior inquilino, apresentando espaços vazios que só aos poucos se recompunham.

— Cala a boca senão te dou mais.

— Somos independentes, ouviu? Ninguém tem o direito de me bater.

— Vai arrumar as tuas coisas e desaparece-me da vista. Senão rebento-te à porrada. Gente como tu é o que não falta para trabalhar aqui em casa. Dei-te uma chapada para aprenderes, pois os negros burros como tu só aprendem à porrada. Não queres aprender? O problema é teu, desaparece.

— Você não é negro também? Parece colono. Pior que colono.¹²⁷

Por mais que Malongo repita as velhas práticas da dominação colonial, está incrustada, em si, a diferença intransponível, produto de uma vida inteira assentada sobre a verdade incontestada da ideologia colonial de que colonizados e colonizadores são essencialmente distintos¹²⁸. Agir como branco poderá permitir a Malongo,

¹²⁶ Pepetela, 2013b, p. 355.

¹²⁷ Pepetela, 2013b, p. 355-356.

¹²⁸ Vale cf. também, a esse respeito, *Notas de um filho nativo*, de James Baldwin (2020, p. 46): “É um curioso triunfo da sociedade — e também uma deficiência dela — sua capacidade de convencer as pessoas a quem ela atribui um status inferior de que essa inferioridade é real; ela tem a força e as armas que lhe permitem transformar suas afirmações em fatos, de modo que os supostos inferiores se tornam inferiores de fato, no que diz respeito às realidades sociais. O fenômeno hoje é mais disfarçado do que no tempo da escravidão, mas não é menos implacável. Agora, tal como antes, nos vemos acorrentados, fisicamente de início, e depois interiormente, pela natureza de nossa categorização. E não é clamando contra essa armadilha que escapamos dela: é como se a própria tentativa de fuga fosse o único movimento necessário para acionar o mecanismo da arapuca. Sem dúvida,

circunstancialmente, sentir-se branco, “mas só aqui na terra”, porque lhe basta a presença esclarecedora do europeu para devolver-lhe a sua condição de africano. Que aja tal e qual o opressor de outrora, que se alie a ele para perpetrar novas formas de exploração econômica da pobreza alheia, nada será suficiente para transpor aquilo que, para si, fora um traço incontornável de sua identidade.

Menos presos a esse constructo que, a um só tempo, buscava dar legitimidade e sustentação ao domínio europeu, os jovens estão mais aptos a compará-los, os opressores locais de agora com os opressores estrangeiros de antes. Há semelhança evidente em seus atos, na forma como se manifestam, e já não tem tanta força, a ponto de se fazer nota, a essência presumida. Vítor, encurralado pela argumentação ferina do jovem Orlando e pelo respeito genuíno que Judite declara sentir por Aníbal, rechaça “estes jovens de agora”¹²⁹:

— [...] O gajo estava a gozar-me. Eu fingi que não percebia para não arranjar maka. O sacanita com ironias... Subversivo! Se não fosse teu genro, amanhã estava preso por ofensas a dirigente.

Malongo deu-lhe uma palmadita no joelho e serviu mais uísque. Claro que a Luiza estendeu logo o copo e não o deixou parar até ficar quase cheio. Nem esperou que o uísque assentasse no fundo do copo para o virar. Esta gaja vai apanhar uma bebedeira, mas talvez seja melhor assim. Se adormecer, ainda podemos ir ao cabaré de Viana, que ela nem reparar na nossa ausência.

— Esse tempo já passou, Vítor, em que podias meter um gajo Kazuo por ofensa real ou imaginária.

— Essa é a merda, essa é a merda.

— Agora há democracia. Cada um pode falar.

— Democracia... — disse Luiza. — Encha mais é o copo, vou brindar à democracia, urra!¹³⁰

O papel desempenhado pelos jovens é o de perceber os resultados da independência tendo o passado colonial como referência mais histórica do que afetiva. Assemelham-se à geração da utopia que, na Casa dos Estudantes, não se conformavam com o domínio inescrupuloso dos que, apropriando-se do trabalho alheio, sonegam-lhes os meios para uma vida digna e até mesmo o direito de saber o que se passa. Anos antes, na Europa, o governo

é dentro dessa gaiola de realidade em que nascemos, e debatendo-nos contra ela, que adquirimos nossa forma; e no entanto é justamente por dependermos dessa realidade que somos traídos o tempo todo”.

¹²⁹ Pepetela, 2013b, p. 331.

¹³⁰ Pepetela, 2013b, p. 331.

português omitia o que se passava em Angola¹³¹, agora, sob o governo de seus compatriotas, os jovens angolanos revivem a desconfiança:

— [...] O problema é que quando se cria um regime de secretismo, a resposta da sociedade só pode ser pelo mujimbo. E pode haver injustiças, pagam os justos pelos pecadores. Mas que há pecadores, isso é inegável. Não é pelo facto de não se poder provar... As provas até devem existir, mas são retidas pelos acusados, os que detêm o poder. Muda o poder, aparecem as provas. E também muitas que são provas falsas, inventadas pelo novo poder só para queimar os adversários que antes o detinham. Já se viram coisas dessas, não será a primeira vez.¹³²

O apelo à juventude para trazer luz certas repetições de comportamento, certa estagnação do processo emancipatório do povo angolano, serve tanto para anunciar o futuro da utopia quanto para referendar o modo como o Sábio vê o mundo. O embate retórico entre os jovens Judite e Orlando e o dirigente Vítor culmina com a defesa laudatória à postura e à honestidade do ex-combatente que se autoexilou em Benguela. Não só por “exibicionismo”, para parecer “mais puro [...], mais desinteressado”, como sugere o político emparedado, até porque ninguém “vive treze ou catorze anos assim só para parecer”, como contesta Judite, que conclui: “ele é mais puro que os outros, é tudo. E é isso mesmo que certas pessoas não lhe perdoam”¹³³.

Esse é o modo pelo qual a nova geração conecta-se com o passado por uma via de reconhecimento da luta pela independência, do ímpeto revolucionário dos que trouxeram o país a uma nova realidade. As semelhanças apontadas em certas condutas não igualam os dois momentos históricos, tampouco estabelecem uma relação comparativa capaz de determinar se melhor ou pior, apenas registram a persistente diferença entre a realidade nacional vivida e o sonho de um país mais livre e uma sociedade mais justa.

“O templo” encerra-se com uma clivagem importante para o futuro da utopia. As mudanças que o governo rechaça e que buscou ao máximo adiar trazem o Sábio de volta à cena política, mas apenas brevemente, para que possa declarar uma última vez sua própria

¹³¹ “As notícias enchiam páginas dos jornais, mas as informações eram poucas. A censura estava a trabalhar a triplo vapor, as tesouras nunca funcionaram tanto como agora. Os jornais enchiam-se de discursos patrioteiros, Portugal é uno e indivisível, de declarações de apoio ao regime, mas pouco de concreto sobre os acontecimentos.” (Pepetela, 2013b, p. 13)

¹³² Pepetela, 2013b, p. 326.

¹³³ Pepetela, 2013b, p. 330.

obsolescência e, finalmente, recusar seu lugar no futuro político da nação. Vítor, por sua vez, precisa manter-se relevante em um cenário menos favorável, mas buscará conectar-se, a seu próprio modo, com o futuro incerto.

A igreja eletrônica das promessas vazias surge no livro guardando semelhanças gritantes com o projeto político dos que vendiam a salvação. Vítor resiste momentaneamente a ela, não por pudores da fé, mas pelas precauções de quem examina o que tem a ganhar. Venderá, como financiador do profeta Elias, um mundo tão deslumbrante quanto irreal, tal qual fizera no governo.

Que finório este Elias! Um artista, sem dúvida. Estava nas trombas, o tipo nunca se tinha lembrado dos OVNI, o Vítor prega-lhe a rasteira, uma finta daquelas de político, o tipo fica em desequilíbrio, apanhado no contrapé, sabe que nos apercebemos do seu enrascanço, já não pode responder com uma certeza em voz de ultratumba, safa-se às maravilhas dando uma de sincero e deixando em aberto a possibilidade de utilizar a sugestão do Vítor. Assim se constrói uma religião, que, claro, vai integrar os extraterrestres, está nas trombas.

— Tu mereces um apoio, és um malabarista de primeira. Mas arranja maneira de meter todos os OVNI que puderes no espetáculo, já estou mesmo a ver, luzes de todas as cores sobre o palco e tua subires nos céus sem balão nem nada. *Show* de primeira, os patrícios vão pagar a bué para ver. Vão te chamar de maior feiticeiro do século.

Elias não modificou a atitude humilde da última fala. Virou-se totalmente para Malongo e perguntou:

— Verdade que nos vais apoiar? Era importante para a Igreja o apoio de alguém tão bem prestigiado nos meios económicos como tu. Claro que insistirei muitas vezes para não veres coisas sérias apenas como *show*, mas só com o tempo a graça de Dominus entrará em ti.¹³⁴

Os excessos com que a manipulação religiosa é representada dão ao último capítulo um carácter caricatural, mais pelo que tem de maniqueísta do que pelo que estrambótico da fé que o profeta Elias vai moldando para deixar ao gosto de seus financiadores.

Já o Sábio repetirá o destino de Sem Medo. Em *Mayombe*, o porta-voz de Pepetela despede-se do futuro e entrega-se à mata em um último ato de heroísmo¹³⁵; n'A *geração da utopia*, seu anúncio se dá pela constatação de que o futuro não lhe reserva outra coisa senão o

¹³⁴ Pepetela, 2013b, p. 348-349.

¹³⁵ Pepetela, 2013a, p. 243-244.

desgosto, que sua contribuição está dada. Esquiva-se do que virá para evitar o destino de Vítor, que se prende a uma realidade que já não compreende.

A fala de Aníbal tinha o relento descrente do conformismo. Evocava a sucessão monótona dos morros áridos eternamente à espera de chuva, a infinita dimensão das chanas, o repetitivo apelo do sol morrendo no mar da Caotinha. Sara sentiu nele a renúncia fatal do guerreiro, baixando a arma, o gesto impotente de revolta cedendo à fatalidade. Teve uma visão de Aníbal nadando para o mar alto, sempre a direito, caminho do Brasil, sem forças nem vontade de lutar contra a corrente que o sugava. Com desespero e compaixão, abraçou o corpo magro, procurando dar-lhe calor.¹³⁶

A rendição do Sábio se dá no ambiente familiar de Sara, com apreço e uma tímida esperança com o frescor que cumpre aos jovens emanar. Esquiva-se do futuro com certa generosidade: seu desgosto, seu exílio distópico, sua pregação pessimista, compõem uma personagem que, ainda que distante, assumindo os trejeitos de um profeta ou lunático, desempenhava um papel preparando o terreno da utopia vindoura, que nasce da insatisfação. O solitário Aníbal é a personagem capaz de reconhecer que sua geração deixou uma obra incompleta, incumbiu-se de alertar o mundo a seu modo. E como um profeta do passado, retira-se, finalmente, para que possa haver um futuro, não para si, mas para uma outra utopia.

3.7 AO FIM, UM NOVO PRINCÍPIO

Os capítulos estão demarcados sucessivamente no tempo, seus limites são os eventos narrados, mas o ciclo da utopia não se limita aos fatos que o ilustram. A tomada de consciência da situação colonial não se esgota. Sua totalidade impossível resguarda o efeito poderoso das descobertas, a partir das quais novos propósitos podem surgir.

Diante dos resquícios que o passado colonial lega a um presente de conflitos contínuos, as dificuldades que o país enfrenta podem parecer, todas elas, advir da exploração criminosa do colonizador. O Sábio, no entanto, percebe que a liberdade, como a consciência, é o nome que se dá a um absoluto impossível a partir do qual se pode reconhecer suas gradações; que aquilo que puderam conquistar de liberdade, embora não seja absoluto,

¹³⁶ Pepetela, 2013b, p. 375.

tampouco é desprezível. E que assim, portanto, um novo estado de coisas se configura, para o qual as velhas respostas de nada servem e no qual a antiga luta tornou-se um teatro tedioso.

“Como é óbvio, não pode existir epílogo nem ponto final para uma estória que começa com portanto”, conclui Pepetela, depois de haver mostrado que nenhuma alegria ou tristeza se cristaliza, que a glória e a desgraça são tanto passageiras quanto complementares. Esperançoso, não reserva a eternidade para nada além desse movimento contínuo de opostos que se complementam, e anuncia, aos sucessivos fracassos dos que lutam, que a eternidade dos ciclos garantirá a vontade e o vigor para novas lutas.

4 ROMANCE E REFLEXÃO

“Se a alma foi afetada, uma vez, simultaneamente, por duas afecções, sempre que, a seguir, for afetada por uma delas, será também afetada pela outra”, Baruch Spinoza, em *Ética*, livro III.

A obra literária de Pepetela é uma obra reflexiva. A categoria, para que cumpra o caráter distintivo a que tenciona, exige que se explicita o exato emprego do termo, de tal modo que se possa atribuí-la a um ou outro livro, em particular, e não a toda a boa literatura de modo geral. Trata-se da reflexão tomada não como efeito de um texto, mas como seu objeto. É em seu benefício que, nas duas obras a que dedico este estudo, estabelece-se a trama, e é pelo seu melhor proveito que se organiza, nesses romances, o tempo.¹³⁷

Em *Mayombe*, a reflexão ancora-se nas sucessivas negativas de Sem Medo, mas não se prende a uma única personagem. As questões postas aos guerrilheiros, sejam de natureza ética, sejam de natureza política, suscitam manifestações profusas que esbarram no ceticismo benevolente — uma quase indiferença — com que o comandante Sem Medo as absorve. O conjunto das ideias e juízos, suas semelhanças e diferenças, e, sobretudo, a tensão constante entre as certezas que os determinam e as dúvidas com que deparam é a própria estrutura do romance. Assim, embora haja trechos em que o discurso dissertativo se avolume ao ponto de interromper desnecessariamente o fluxo da narração,¹³⁸ as inúmeras altercações acabam por ser, de modo geral, pertinentes; enriquecem os significados das ações e pensamentos das personagens, aprofundando o enredo.

A polifonia do texto é resultado de um elemento unificador de sentido (a guerra), e da sustentação contínua, a seu respeito, de uma única pergunta, “Por que lutar?”, que se impõe às diferentes personagens,¹³⁹ revelando, em torno do fato comum, uma miríade de interpretações e de significados.¹⁴⁰ A repetição da pergunta é um recurso de ênfase. Afirma os aspectos compartilhados da experiência comum das personagens à medida em que os separa daqueles que a distinguem e individualizam. Repetem-se, invariáveis, a pergunta (por que lutar?) e o fato a que se refere (a guerra), fazendo com que as respostas, essas sim variáveis, tenham poder de revelar o dissenso, afirmar a existência e a complexidade dos indivíduos, e, assim,

¹³⁷ Cf. Ricœur, P., 1997.

¹³⁸ Cf. capítulo 1.

¹³⁹ Cf. capítulo 2.

¹⁴⁰ Cf. Bakhtin, M., 1981; Brait, B., 2009.

inculcar, no projeto nacional, as dificuldades de abarcar uma sociedade mais abrangente do que aquelas vislumbradas esquematicamente por ideólogos de qualquer estirpe.

A polifonia, no romance de 1979, não é um recurso de isenção crítica: as distintas *visões de mundo* não desfrutam de nenhuma igualdade, nem narrativa, nem qualitativa; isto é, não ganham o mesmo espaço no texto, tampouco surgem imunes a refutações e desagravos. Ora são as negativas de *Sem Medo* que as tolhem, ora são as condutas das próprias personagens que as emitem. Seu conjunto, mais do que revelar uma igual-valia das diferentes *visões de mundo*, tem como objetivo registrar suas existências e concomitâncias. Com elas, o desafio ao intento revolucionário das elites para mobilizar sentimentos tão distintos em torno da construção de um único país.

Ideias, desejos, preconceitos e anseios adquirem no texto a pureza alegórica¹⁴¹ que permite ao leitor reconhecê-los, em sua trama, como um óbice de diversidade à proposta de um país unificado e livre. A utopia foi a solução mobilizadora, sobre a qual forjou-se o ânimo para a luta, o engajamento para a causa e, também, as justificativas para as transgressões do ideário de liberdade. Sobre ela, forjou-se, também, uma esperança compartilhada, fundamental para, a um só tempo, substituir e confrontar o colonizador.

Para substituí-lo porque o inimigo comum que, por antagonismo, oferece convergência, é temporário¹⁴². A exploração é a mais gritante e dramática afinidade entre os distintos povos que a selvajaria colonial unificou. A luta pela independência, ao superá-la, enfrentará os assombros do tribalismo subjacente e das profundas diferenças e tensões internas, revelando ambivalências e atritos em relação aos termos da própria unidade nacional, de modo que encontrar ou produzir outras afinidades será determinante para preservar a coesão do país liberto do domínio português¹⁴³. Para confrontá-lo porque inverte, de maneira radical, a polaridade do sentimento compartilhado: o medo e a capitulação cedem lugar à esperança e à luta.

Assim, em *A geração da utopia*, os fundamentos e as ilusões da esperança adquirem centralidade. A estrutura do romance não está a serviço de estabelecer uma teia de opiniões distintas, capazes de dar luz ao que chamei, no primeiro capítulo deste estudo, de *visões de mundo*. Daí as sobras mais frequentes nas dissertações morais, nos relatos memorialísticos e nas ilustrações políticas. Esses detalhes servem mais ao desígnio autoral de inventariar o

¹⁴¹ Em *Mayombe*, a apresentação que cada personagem, ao assumir a narrativa, faz de si mesma, antecipa, pela menção ao significativo nome de guerra, seu próprio caráter, que o monólogo subsequente corrobora e aprofunda. Cf. capítulo 2.

¹⁴² Chaves, R., 1999, p. 222.

¹⁴³ Bortolotto, B., 2015.

acervo das ideias de seu tempo do que à boa e clara constituição das personagens. Mas, embora extravasem no cumprimento de suas funções, integram a narrativa dando as nuances de espírito do eterno ciclo¹⁴⁴ a que Pepetela recorre para apresentar, mais do que sua geração da utopia, a obra inconclusa dessa geração: o país a que se dirige.

No romance de 1992, o recurso literário não é o de repetir a mesma pergunta para diferentes pessoas, mas o identificar, em diferentes tempos — ou épocas —, uma mesma e viciada resposta a questões que se modificaram. Confrontar, de modo crítico, a utopia de uma geração e a sua obra inacabada consiste em fazer um rigoroso inventário das perguntas que ainda se mantém relevantes e das que já não adquirem mais sentido. Em cada ciclo revela-se um conjunto novo de problemas, nem sempre devidamente identificados por aqueles a quem coube a condução do país.

A eternidade é o atributo cristalizador de respostas que se preservam mesmo quando a pergunta se modificou. E que permite separar, de um lado, as ambivalências e antagonismos solúveis, e, do outro, as insolúveis contradições. O texto escora-se, como tentei demonstrar em *Outra inscrição do tempo*, na relação entre as constâncias e as mutações que, através dos eternos ciclos a que se refere Pepetela, escancaram um contínuo descompasso entre as necessidades nacionais e os propósitos de seus líderes.

4.1 O MUNDO CINDIDO

Para avaliar o desenvolvimento literário da reflexão nos dois romances convém, antes, identificar os propósitos da literatura sociologicamente orientada de Pepetela: há ao menos dois que devem ser destacados, um primeiro, externo ao texto, e um segundo, intrínseco à temática recorrente: a identidade do povo angolano.

Sobre o primeiro há vasta produção bibliográfica, de modo que será suficiente apontá-lo: trata-se de uma resposta à demanda resultante do déficit instrucional. Carente de instituições formais de ensino e de uma historiografia própria, que não bata o ponto nas fábricas de propaganda ideológica do poder colonizador, o país contará com a literatura¹⁴⁵ para endereçar reflexões e críticas aos assuntos políticos que, as mais das vezes, a própria literatura suscitou¹⁴⁶. A obra literária se torna um recurso com o qual é possível, a partir dos fatos da vida social, articular o pensamento crítico; articular a constituição de sentidos

¹⁴⁴ Cf. capítulo 3.

¹⁴⁵ Cf. Agazzi, G. L., 2012; Tutikian, J., 2006a.

¹⁴⁶ Cf. Margarido, A., 1980.

próprios para os objetos e os eventos do mundo, à revelia do que determina o conjunto de símbolos e significados estabelecido pelo colonizador.

O segundo propósito, intrínseco ao tema, refere-se ao fato de que a identidade angolana é um constructo da razão¹⁴⁷. É ao desenvolvimento dessa ideia que pretendo me ater, porque, acredito, é em seu testemunho e afirmação que a obra de Pepetela adquire maior importância. É possível abordá-la, a ideia, por diferentes caminhos críticos; alternativas para compreender a complexidade daquilo a que Luís Kandjimbo se referiu como *situação colonial*. Minha tentativa será oferecer algumas contribuições sobre certos aspectos ontológicos¹⁴⁸ que, acredito, tenham ficado à margem dos interesses da crítica especializada.

A *situação colonial*, destaca Kandjimbo, tem como característica marcante o domínio de uma minoria estrangeira que, a pretexto de certa “superioridade racial [...] afirmada de modo dogmático” impõem-se sobre “uma maioria autóctone materialmente inferior [...] [e] sem técnicas complexas”. Destacou, ainda, no bojo desse domínio,

o carácter antagónico das relações entre duas sociedades que se explica pelo papel de instrumento a que está condenada a sociedade dominada, a necessidade, para manter a dominação, de recorrer não só à “força” mas igualmente a um conjunto de pseudojustificações e de comportamentos estereotipados.¹⁴⁹

O desenvolvimento das colônias portuguesas, durante três séculos, conferiu feições complexas às desigualdades constitutivas registradas por Kandjimbo. Para além da exploração das riquezas locais, a exploração da mão-de-obra conformou, na sociedade angolana, um modo de vida cindido em que o trabalhador e o produto de seu trabalho participam de mundos distintos. Nas mãos do colonizador, o diamante é mercadoria valiosa que o integra a uma comunidade de comércio internacional. Nas mãos do colonizado, o diamante é mero resto da sua bem menos prestigiada mercadoria: a própria força de trabalho. Ocorre, no entanto, que não há característica natural ou propriedade física que confira a um objeto qualquer o estatuto de mercadoria¹⁵⁰. Nas mãos de um e de outro, a matéria inalterada do diamante revela o peso do mundo social na determinação do sentido mesmo das coisas. Mediadores da vida prática, os elementos simbólicos e de significado que tomam forma com a economia portuguesa, ao se

¹⁴⁷ Cf. Mata, I., 2016, p. 81-93.

¹⁴⁸ Cf. Thompson, M. J., 2019.

¹⁴⁹ Kandjimbo, L., 1995, p. 69.

¹⁵⁰ Cf. Marx, K., 1976, p. 125-137.

instalar na colônia, reafirmam, a cada instante de interação, os devidos lugares a que pertencem colonizadores e colonizados:

De muitas formas, a colonização foi uma *co-invenção*. Ela tanto foi o resultado da violência ocidental, quanto do trabalho de seus auxiliares africanos em busca de lucro. Onde havia falta de colonos brancos para ocupar o território, os poderes coloniais geralmente recrutavam os negros para colonizarem seus próprios conterrâneos (*congénères*) em nome da nação metropolitana. Mais decisivamente, por mais “doentio” que possa parecer, o colonialismo como fenômeno mental e material exerceu uma forte sedução sobre os africanos. Esta atração foi tanto material como moral e intelectual. Possibilidades ostensivas de mobilidade ascendente foram prometidas pelo sistema colonial. Se tais promessas realmente foram cumpridas, é algo que não está em questão. Como uma fábrica de ficções refratada e infinitamente reconstituída, o colonialismo gerou mútuas utopias e alucinações partilhadas pelos colonizadores e pelos colonizados.¹⁵¹

Mas se, internamente, na colônia, é o jugo português que determina os termos de funcionamento da sociedade angolana, externamente, Portugal vive seu lento e irremediável declínio. Na esteira da Revolução Industrial e do surgimento das democracias liberais, novos rumos econômicos relegam ao decadente império um papel reativo, de mero intermediário no fornecimento daquilo que produzem suas colônias. O diminuto país, conformado pelo exercício da exploração, converte-se em centro burocrático, atado econômica e simbolicamente pela dependência progressiva das insustentáveis vastidões de que se declara, além de legítimo proprietário, tutor político e provedor cultural e civilizatório.

Aquém do passado formidável das grandes navegações e do protagonismo na expansão do mundo tal qual a Europa o concebia, esse papel de intermediador entre suas colônias e o mundo civilizado, do qual, obviamente, considerava-se parte integrante, foi a inadvertida sina nacional¹⁵². Manter-se na posição, necessidade diante da dependência econômica das colônias, demandava preservar o monopólio burocrático sobre essas interações.

É em meados do século XX que a metrópole perde, de modo mais sensível, o controle sobre o contato entre seus territórios dependentes e o mundo do qual procurou mantê-los

¹⁵¹ Cf. Mbembe, A., 2001, p. 190.

¹⁵² Cf. Lourenço, E., 1996; Castelo, C., 1998.

afastados. As circunstâncias que fragilizam o papel de intermediador, desempenhado por Portugal, revelarão sua relativa insignificância no arranjo dos rumos políticos e culturais das nações do Ocidente, e as fragilidades do controle absoluto que pretendia ter sobre a vida nas colônias.

A demanda comercial pelo diamante e pela borracha, até então consolidada, havia pautado, nas últimas décadas, o interesse português em Angola. O desenvolvimento da economia e das instituições locais se deu de forma a garantir aos colonizadores a propriedade sobre a produção dos bens de valor. O extrativismo foi a atividade econômica no cerne do surgimento, em território angolano, de uma sociedade cuja estrutura organizacional, moldada pelas instituições ocidentais, não tencionava a segurança de seus indivíduos, a autonomia política, o aprimoramento das liberdades e o desenvolvimento próprio, pressupostos conceituais do que seja uma sociedade; mas, sim, regravava, como instrumento de dominação e controle, o convívio entre dominadores e dominados.

No ambiente hostil do pós-guerra, a queda abrupta na demanda por diamante fez o valor do principal produto da exploração colonial em Angola despencar, provocando uma crise profunda na economia portuguesa. Indiferente aos produtos agrícolas, pouco valorizados e com solicitações inconvenientes de investimento local, tanto de recursos quanto de tempo, a administração portuguesa deixara a atividade, comercialmente desprezível, em mãos angolanas. Nos anos 1940, a escalada dos preços do café faz com que, de modo abrupto, a entrada de dinheiro em Angola se dê pelo comércio direto com a população autóctone. O descomprometimento patriótico do capital, insubordinado às pretensões políticas do projeto português, permite que se inverta, ao menos momentaneamente, o quadro econômico esquadrinhado para que se mantivesse o domínio da metrópole sobre a colônia.

Outros eventos e interesses concorreram para corroer o poder de Portugal; seus efeitos e impactos não são historicamente desprezíveis, mas participam com menos ênfase do percurso literário dos que, assim como Pepetela, dedicaram-se, por meio da literatura, ao desafio de compreender a identidade e a formação nacional de Angola¹⁵³. Isso se deve ao fato incontornável de que substituídos, no decorrer do tempo, os meios, as formas e os agentes da violência física, substituídas as gerações, as tecnologias e os produtos do interesse português, preservava-se, como substrato contínuo, a cisão no mundo social que mantinha, essencialmente distintos, colonizadores e colonizados.

¹⁵³ Cf., sobre o desenvolvimento da imprensa em Angola, Lopo, J. C., 1964.

Um reordenamento tão profundo dos modos de trabalho e produção não poderia suceder distribuindo, exclusivamente, ganhos ou perdas. Por um lado, as primeiras fortunas permitem que se desenvolvessem instituições locais de ensino formal e, também, que angolanos mais abastados tenham acesso à universidade na metrópole¹⁵⁴. Por outro, as promessas econômicas causam uma migração massiva de “gentes [...] em busca realização dos sonhos de ventura”¹⁵⁵, e, com a nova investida colonizadora, agora sobre as terras cultiváveis, recrudescem a violência racial e a opressão física. No rastro da viravolta econômica, há uma concomitância de benesses e desgraças que convergem para os desdobramentos da história ulterior, que se desenrola, como escreveu Arlindo Barbeitos, “por entre as margens da esperança e da morte”¹⁵⁶. Tais concomitâncias e tensões fazem parte da gênese da sociedade angolana e dão vasto material às teorias literárias contemporâneas mais obcecadas com a ideia de contradição.

Por ora, a fim de concluir estas observações, convém retornar a ideia de um *mundo cindido*, em referência ao fato de que a exploração colonial se deu de tal forma a alijar o homem que produz daquilo que é o produto de seu trabalho. Trata-se de um fato social determinante do próprio significado das coisas¹⁵⁷, e, portanto, das identidades em jogo. Sua contínua reiteração, através dos séculos e das crises, reforçou o sentido produzido, incutindo sua validade de tal modo a que se pudesse prescindir da coerção física, ou, retomando o trecho citado de Kandjimbo, “manter a dominação [...] não só à força”, mas recorrendo, também “a um conjunto de pseudojustificações e de comportamentos estereotipados”¹⁵⁸.

O rearranjo inesperado nos mercados mundiais, que faz colapsar a economia portuguesa, revelou a arbitrariedade e a consistência delicada dessa clivagem constitutiva da sociedade colonial angolana. O resultado não foi a libertação imediata, mas a descoberta de que era possível uma existência nacional autônoma, diante do resto do mundo, e de uma existência humana mais completa, livre da cisão imposta pelos interesses econômicos da metrópole. A natureza reflexiva — e crítica — da identidade angolana, é a manifestação mais tópica dessa descoberta.

4.2 LITERATURA, IDEOLOGIA E CRÍTICA

¹⁵⁴ Cf. Tutikian, J., 2006a.

¹⁵⁵ Ervedosa, C., 1972 p. 65.

¹⁵⁶ Barbeitos, A., 1992, p. 26.

¹⁵⁷ Cf. Giannotti, J. A., 2000; Schwarz, R., 2012.

¹⁵⁸ Kandjimbo, L., 1995, p. 69.

Nas colônias portuguesas na África, o processo de superposição cultural suplantou as inúmeras e distintas culturas locais, sufocando-as ao limite. As fronteiras políticas africanas, arbitrariedade das potências coloniais europeias, desmantelaram o arranjo geográfico das tribos, separando amigos e juntando inimigos históricos. A ideia de uma nação angolana, portanto, não pode emergir como mero desdobramento de uma cultura autóctone¹⁵⁹, é preciso fabricá-la, em um processo que exigiu arranjos conceituais, perspectivas políticas e escolhas críticas.

Em “As literaturas africanas de língua portuguesa: identidade e autonomia”, Pires Laranjeira oferece uma síntese do que foram esses *arranjos conceituais*: dizem respeito à afirmação de “uma especificidade autonômica face” à Europa, manifesta no conceito de *africanidade*, que se estende a suas instâncias nacionais (p. ex., a angolanidade, a caboverdianidade, etc). Se o mote da ideia era reivindicar autonomia identitária, seu meio foi o da “orgulhosa afirmação das qualidades [...] do homem africano”, e, assim, de sua cultura, que começa a ser resgatada pela “pesquisa folclórica e ‘recolha’ do manancial popular”¹⁶⁰. Esse resgate foi uma atitude eminentemente política, de produção de registros que dessem base simbólica para a valorização da cultura africana¹⁶¹. Seus elementos, portanto, foram variados: “A africanidade, vista na perspectiva abstrata e genérica das qualidades do homem e do mundo africanos, em contraposição ao homem e mundo europeus, é uma doutrina que inclui componentes geográficas, etnológicas, históricas, míticas, linguísticas, religiosas, etc.”¹⁶².

Mas a ideia de uma identidade continentalista não esgota as urgências autonômicas nacionais. Nos países de colonização portuguesa, os periódicos literários desempenharam o papel de aglutinar, em torno do propósito comum da autonomia identitária, a nova e efervescente intelectualidade africana. Em Angola, a revista *Mensagem*, publicada pela primeira vez em 1951, propõe-se a construir a *nova cultura nacional*¹⁶³.

O termo “nova” é revelador do processo racional de produção identitária. Embora represente a busca por algo que ainda não está dado, contrasta com seus objetos simbólicos

¹⁵⁹ Cf., a esse respeito, *Literaturas africanas e formulações pós-coloniais*, de Ana Mafalda Leite (2003, p. 27-28): “As literaturas africanas emergentes (...) recorrem aos seus próprios espaços culturais, periféricos do ponto de vista do centro, em busca não de uma mítica ou pretensa “autenticidade” pré-colonial, mas do material poético nativo, passado e presente (...) que lhes garanta a “invenção” de um campo literário diferente, sujeito à recuperação, integração e eventual hibridação também de modelos outros, estrangeiros”.

¹⁶⁰ Laranjeira, P., 2000, p. 237-238.

¹⁶¹ Cf., sobre os primeiros africanos independentistas e o “negrismo”, Margarido, A., 1980, p. 91, 113.

¹⁶² Laranjeira, P., 2000, p. 242.

¹⁶³ Cf. Trigo, S., 1979.

fundamentais, recolhidos do resgate folclórico e alçados à condição de testemunho — tanto fático quanto valorativo — de uma ancestralidade a ser reivindicada. A “nova cultura”, portanto, é nova em relação à cultura oficialmente instituída, vigente sob a égide do domínio colonial e seu arcabouço ideológico; é nova, também, em relação ao arranjo de suas partes, ao significado que, em conjunto, os símbolos resgatados, adquirem, seu sentido político e o seu vínculo nacionalizante. Esse conjunto, integrado por traços culturais de origens distintas, assume o caráter definidor de uma cultura nacional e, com isso, vincula-se ao legado europeu, uma vez que é a ideia de Angola, “fundamentalmente [...] europeia”¹⁶⁴, que precisa ser ressignificada.

Mas a apropriação do legado europeu não se deve apenas ao fato de que a “nova cultura” remete a uma nacionalidade cujo território foi estabelecido pelas potências europeias: a língua que une o país é o português e a formação intelectual de seus mais influentes autores é a formação intelectual europeia. Em “Introdução a um colóquio sobre poesia angolana”, Agostinho Neto o expressou da seguinte forma:

Os jovens poetas angolanos não terão que trilhar caminhos já pisados, terão que prosseguir na consecução de um fim, o qual é o da valorização das nossas culturas, ajudados como hoje podemos ser pelos muitos meios técnicos que resultam do contacto com a Europa.¹⁶⁵

Estabelece-se assim, já na gênese do projeto literário da geração de 1950, o contínuo jogo de ambivalências que vai caracterizá-lo, uma tensão permanente entre afirmar e criticar¹⁶⁶. Tal tensão dá mote ao pensamento que expressam *Sem Medo* e *o Sábio*, é distintiva da literatura crítica de Pepetela e estará no cerne de boa parte da produção literária angolana da segunda metade do século XX e do início do século XXI.

Não há caminho intelectual seguro para estipular, entre a autonomia identitária e a autonomia política, um vínculo hierárquico, uma ascendência de qualquer natureza, ou posições fixas na teia de causas e efeitos a partir da qual lançamo-nos à empreitada de

¹⁶⁴ Cf. “Poder, língua e poética do pós-colonialismo”, de Ian Chambers (2011, p. 28): “África” e “Angola” são fundamentalmente uma invenção europeia. A sua subsequente elaboração pós-colonial ocorre neste espaço herdado, expressando um sentido de localidade histórica e cultural imprevisto, dada a proveniência europeia da linguagem histórico-cultural de representação e do Estado-nação associado. Neste desajuste entre o formalismo conceptual e a realidade histórica, a poética questiona e finalmente ultrapassa a sua herança política.

¹⁶⁵ Neto, A., 2000, p. 55.

¹⁶⁶ Cf. Bortolotto, B., 2015, p. 27.

compreender o que quer que seja. Os dois projetos compartilham personagens e eventos, mas constituem-se de complexidades próprias. Aproximá-los mostra o quão entrelaçados estiveram a tomada de consciência sobre a situação colonial e a busca por uma valorização das culturas africanas, mas impõe, de imediato, a necessidade de separá-los.

Isso porque o projeto de autonomia identitária, como projeto reflexivo, deu-se de modo bastante restrito, limitado a uma elite letrada para quem o comprometimento político com a independência — ou seja, o rechaço ao domínio português — esteve indissociável de uma espécie de adesão cultural ao arcabouço filosófico e científico adquirido com os estudos em Lisboa. Agostinho Neto faz um registro dessa dupla afecção que, entre os intelectuais, esteve no cerne do engajamento político: o mundo africano, diz ele, foi “formado fora e dentro de África por indivíduos desenraizados dos seus povos e das suas culturas, mestiços culturais portanto, vivendo marginalmente na civilização europeia, descobriu-se a si próprio”.¹⁶⁷ Manuel Jorge, por sua vez, em *Para compreender Angola*, também salienta que os elementos para a construção de uma identidade angolana são todos os “que a história legou ao povo angolano: o substracto negro-africano e os elementos da cultura dominante que através dos séculos penetram até o mais fundo do inconsciente popular”¹⁶⁸. Os trechos talvez expressem temperamentos distintos diante da herança colonial; ambos, no entanto, afirmam o legado da cultura portuguesa. N’*A geração*, o Sábio também o expressa, afirmando que Angola teve uma elite intelectual capaz de transitar “tranquilamente da cultura europeia para a africana, acasalando-as com sucesso”.¹⁶⁹

Já a autonomia política, embora estivesse em boa medida pautada pelos arranjos conceituais em torno da identidade angolana, não esteve restrita às elites letradas. Sua consequência mais extrema foi a guerra, que colocou em contato direto a minoria culta — e seu modo próprio de relacionar-se com a cultura europeia, da qual abastecia-se; e a maioria autóctone — alijada de uma interação em algum sentido proveitosa com o mundo europeu. O resultado desse contato é o surgimento de mais um ponto de tensão interna: “todos temos medo de chamar as coisas pelos seus nomes e, sobretudo, esse nome de intelectual”, diz Sem Medo, evidenciando a animosidade latente. No mesmo trecho, um elogio ao comandante registra, entre os intelectuais e o povo, uma distância a ser vencida: “É um intelectual, o Povo só o compreende quando ele se explica pela ação”.¹⁷⁰

¹⁶⁷ Neto, A., 2000, p. 143.

¹⁶⁸ Jorge, M., 1998, p. 159.

¹⁶⁹ Pepetela, 2013b, p. 370.

¹⁷⁰ Pepetela, 2013a, p. 221.

O projeto literário da autonomia identitária é, fundamentalmente, um projeto político que pretende superar aquilo que, em *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*, Alfredo Margarido chamou de “sentimento de alienação, ou de coisificação” que a literatura do século XIX não conseguira ultrapassar¹⁷¹. Mas é preciso estar atento ao fato de que a viravolta econômica não havia sucedido até meados do século XX. Seu resultado não foi apenas a possibilidade de uma formação intelectual, mas, também, a poderosa descoberta da força exercida pelo sistema econômico e pela posse dos meios de produção nas determinações mentais das classes na sociedade colonial angolana. É a partir da descoberta deste profundo vínculo entre a até então reles e prática economia e o até então profundo e dilacerado espírito, isto é, entre a alienação do produto do trabalho e a alienação de sua cultura própria, que será possível aos novos escritores elaborar um projeto literário que renove os propósitos políticos da literatura pregressa, mobilizando determinações sociais novas, e sem restringir-se à busca da “autonomia física ou cultural”¹⁷² a que Margarido referiu, nos termos de uma elaboração anterior ao desejo mais amplo e abrangente dos que buscam ser “os senhores do seu destino”.

No âmbito do Movimento Popular de Libertação de Angola, pelo qual foram combatentes inúmeros intelectuais, entre eles o poeta e presidente Agostinho Neto e, também, o próprio Pepetela, os arranjos conceituais em torno da autonomia política vinculam-se fortemente à orientação ideológica marxista. As razões para tanto são variadas e não pretendo esgotá-las, mas vale destacar aquilo que, acredito, ressoa o drama ontológico a que referi inicialmente. A possibilidade de ultrapassar o sentimento de alienação da literatura do século XIX é indissociável da viravolta econômica que, revelando o peso das determinações sociais nos limites impostos, pelo domínio colonial, ao povo angolano, revelou, também, a possibilidade de superá-los.

Se, por um lado, o vislumbre da emancipação dependeu de mecanismos nitidamente liberais; das insubordinações políticas do capital e das liberdades de mercado nos interstícios do poder do Estado; por outro, é nas teorias marxistas que a nova elite intelectual encontra as bases interpretativas para os fenômenos que moldavam a sociedade angolana, o da exploração do trabalho e o da ideologia como ferramenta de poder e domínio. É a crítica ao capital e a dialética materialista que posicionam, frente ao problema da exploração da mão-de-obra,

¹⁷¹ Pires Laranjeira (2000, p. 238) elabora o problema indicando um esboço de transição: “As literaturas africanas oitocentistas não têm um suporte teórico sobre a africanidade e fazem-se ao sabor do pitoresco local e regional, que alguma preocupação realista e social contribuiu para conferir um pendor africanístico, de uma ‘africanidade’ não marcada, que ensaia passar por ‘natural’”.

¹⁷² Margarido, A. 1980, p. 91.

reações mais contundentes e disruptivas, a partir das quais superá-lo. A prevalência, entre os intelectuais da geração de 1950, do ideário marxista, se deve, assim, a essa sua dupla face, uma, *interpretativa*, e, a outra, *resolutiva*, que oferecem soluções e promessas para seus dois projetos de autonomia, identitária e política.

Os novos intelectuais encontram, nas diferentes emanções teóricas do marxismo, em seu aspecto crítico e *interpretativo*, um molde a partir do qual abordar, ainda sob o drama humano da exploração portuguesa, o problema da identidade nacional, que precisa ser criada para que se revele¹⁷³. É com noções como as de *classe* e *alienação* que conseguem traduzir a experiência do *mundo cindido* e que identificam, nessa experiência, os inúmeros mediadores da vida social, capazes de alijar um povo de sua liberdade:

Tendo o autóctone assistido à liquidação dos seus sistemas de referência, ao desabar dos seus esquemas culturais, já não lhe resta senão reconhecer com o ocupante que “Deus não está do seu lado”. O opressor, pelo caráter global e terrível da sua autoridade, chega a impor ao autóctone novas maneiras de ver e, de uma forma singular, um juízo pejorativo acerca das suas formas originais de existir.¹⁷⁴

No marxismo, em seu aspecto prático e *resolutivo*, encontram também uma saída para o problema da autonomia política: o caminho revolucionário. Assim, a independência, embora condição necessária, situa-se no intermédio de um fim maior, que trespassa a presença portuguesa e lança o país rumo a um projeto político capaz de transcender a luta pela superação do domínio colonial. Ou seja, um projeto político que tem como fim não o inimigo instantâneo, mas uma nova sociedade angolana, devidamente curada das explorações que, até então, eram o cerne de seu desenvolvimento heteronômico.

A utopia da geração de 1950 — sua inocência, como reza o Sábio —, derivou um conjunto de crenças e pressupostos que se esgotaram nos escombros do projeto político; não o da sucedida independência, mas o de uma sociedade justa. Tome-se como exemplo a expectativa frustrada de que a promessa do novo modelo social iria, por si só, expandir às

¹⁷³ “Com efeito, uma das instâncias da instituição literária foi, durante esse tempo, marcada por um funcionamento (quase) inevitavelmente ideológico, ‘consagrando’ a produção que se realizava sob o signo de um projecto alicerçado numa escrita de afirmação de uma identidade cultural — que deve ser sempre entendida como construção intelectual e discursiva e não propriamente como representação da realidade, muitas vezes assumida como histórica” (Laranjeira, P. 2000, p. 84-85).

¹⁷⁴ Fanon, F. 1980, p. 85.

massas o interesse revolucionário das elites, dando força e tração aos intentos emancipatórios, solidificando uma unidade nacional em torno do projeto comum.

Procurei mostrar que o projeto literário da geração de 1950 e a busca por uma autonomia identitária do povo angolano são contíguos a um projeto político que, para além da independência, vislumbra um modelo específico de desenvolvimento para o país. Fundam-se em certa interpretação do mundo e da vida social possibilitada pela viravolta econômica. No titubear momentâneo dos interesses estatais da metrópole, surge uma elite autóctone, que tem acesso ao poder econômico e ao ensino formal, passando a participar de uma realidade até então inalcançável, rompendo a rígida separação que, no *mundo cindido* imposto pelo domínio português, restringe a liberdade e a autonomia e determina os devidos lugares de colonizadores e colonizados. A restrição, antes assimilada como natural e intransponível¹⁷⁵, revela-se como uma restrição social, passível de confronto e de ser superada.

Importante notar que o vínculo entre a economia e a cultura se dá por uma espécie de movimento de encontro que fazem, uma em direção a outra: esta passando a ser compreendida em seus aspectos e bases materiais; aquela, em sua dimensão histórica. Mas não se pode ignorar os exorbitantes volumes e pesos que limitam esse deslocamento. Um primeiro é o de compreender o sistema econômico como processo de forças historicamente demarcadas, e não apenas como uma interação imediata. Seus empecilhos resultam da escolha que se impõe entre, de um lado, atuar no abstrato e dilatado processo histórico, tentando interromper os mecanismos de dominação econômica, às custas, talvez, da própria subsistência; e, de outro, atuar no concreto e urgente agora, garantindo, ao menos, o suficiente — ou quase — para a vida. Fazê-lo é ceder às engrenagens do modelo produtivo que fortalece o domínio e o poder dos dominantes. Um segundo, não menos problemático, é o de compreender a cultura a partir de uma perspectiva materialista, uma vez que o processo de resgate e valorização das manifestações artísticas locais revelará o caráter mítico e a abrangência espiritual das expressões ancestrais.

A elite intelectual angolana, notadamente os jovens que partiram para estudar na Europa, sofrem em menor intensidade esses pesos. O investimento na educação formal é posterior a certas garantias de subsistência que, a seu turno, conferem mais condições de escolha diante dessa clivagem, que se apresenta noutros termos, uma vez que tenha consequências menos graves. Também dispõem, a partir da educação formal, de um acervo

¹⁷⁵ Fanon, F. 1980, p. 112.

teórico que permite valorizar, seja estética ou politicamente, as manifestações ancestrais¹⁷⁶, tomando sua espiritualidade constitutiva não como explicação do mundo, mas de modo simbólico, como expressão cultural.

Em *Mayombe* e *n'A geração* fica evidente que esses pesos, que separam o povo, com sua percepção doída das necessidades instantâneas da vida, da verdade libertadora a que a elite intelectual acreditava ter acedido, não passaram incógnitos às lideranças militares e políticas. Mas, uma vez convictos de suas ideias, a divergência não poderia adquirir qualquer legitimidade; atribui-se o dissenso à limitação cognitiva, e não a uma visão de mundo distinta. Por isso o Comissário pode, sem maiores dramas de consciência, em vez de explicar, mentir. Opta não por oferecer à razão alheia argumentos, mas entorpecê-la de paixões que a levem a uma adesão enganada; a verdade, tomada como fim, justificará as mentiras. Sem Medo recusa-se: “Como todos os do teu grupo, pensas que se não pode dizer a verdade ao povo, senão ele desmobiliza-se. Tem de se aumentar, tem de se exagerar, para aquecer as esperanças que farão as pessoas aguentar os primeiros tempos duros”.¹⁷⁷

As recusas do homem simples em aderir ao modelo de país confabulado por poetas e sociólogos, moralmente justo e conceitualmente correto, são atribuídas a uma limitação de cultura. É preciso, no entanto, observar que o dissenso ideológico não se restringiu a essa distância entre diferentes classes sociais. Há uma “elite tradicional”, a qual o Sábio contrapõe a elite urbana, formada por intelectuais, cujas resistências ideológicas podem ser postas tanto na conta da ignorância quanto do egoísmo e da ambição pessoal.

Mas é ao ideário de influência marxista que a obra se volta de maneira mais pontual, sem rejeitá-lo, mas a fim de torná-lo passível de ajuste e crítica, e não como uma irrefletida e dogmática crença. É à tendência totalitária das ideologias, com única forma legítima de apreensão da realidade social, que resiste o comandante Sem Medo, em *Mayombe*. É ao arrivismo dos que, antes inocentes e ingênuos, agora se valem, para benefício próprio, da crença maquinal que já experimentaram, mobilizada pela nobreza alegada de seus princípios, que resiste o Sábio, *n'A geração*: “Pensávamos que íamos construir uma sociedade justa, sem diferenças, sem privilégios, sem perseguições, uma comunidade de interesses e pensamentos” disserta, corroborando as nuances dogmáticas do discurso com uma analogia religiosa: “o paraíso dos cristãos, em suma”.¹⁷⁸ A comparação repete-se ao longo do texto:

¹⁷⁶ Cf. Appiah, K. A., 1994.

¹⁷⁷ Pepetela, 2013a, p. 113-114.

¹⁷⁸ Pepetela, 2013b, p. 245-246.

Nós temos o conhecimento *sagrado* [...], estudámos nas melhores universidades, como nos vamos rebaixar, perder tempo, a tentar perceber o que nos ensinam? E se as coisas correm mal, como têm de correr, arranjamos desculpas em fatores de fora, nunca vemos a nossa própria cegueira.¹⁷⁹

Nos dois textos constata-se a centralidade do modelo político que pautou a luta pela independência e a organização do país, sob o governo do MPLA. As manifestações políticas dão forma a um projeto ideológico que é incessantemente confrontado em seus limites, dessacralizado, para que não se converta em um novo instrumento de dominação e poder a controlar o destino do povo angolano:

A um momento dado, mesmo que muito breve nalguns casos, fomos puros, desinteressados, só pensando no povo e lutando por ele. E depois... tudo se adulterou, tudo apodreceu, muito antes de se chegar ao poder. [...] A utopia morreu. E hoje cheira mal, como qualquer corpo em putrefação. Dela só resta um discurso vazio.¹⁸⁰

É a pureza inocente dos intelectuais que dá forma à utopia de que trata Pepetela. Ao ignorar as diferenças constitutivas, abraçando-se à causa da verdade arrebatadora, “considerando-se superior ao resto do país”,¹⁸¹ a elite intelectual deixou-se iludir pela ideia impossível de um “país sem diferenças”, em que cada um é afirmação do todo, um país livre das explorações, em que se igualam os interesses e os pensamentos; portanto, um país convicto de sua identidade. O resultado foi o confronto interno e a guerra civil¹⁸², que, com alguns hiatos, vai de 1975 a 2002.

As duas proclamações de independência simultâneas, em 11 de novembro de 1975, não libertaram o país dos interesses externos. Havia chegado ao fim o domínio português e a intermediação da burocracia lusitana nas relações entre Angola e o resto do mundo. Mas, na vigência da Guerra Fria e seu embate entre dois modelos distintos de sociedade, as duas potências mundiais que protagonizavam e sintetizavam, econômica e culturalmente, esses dois modelos — Estados Unidos e União Soviética —, buscaram estender sua influência sobre o recém libertado país. Os conflitos internos, pelas rugas tribais, que no período

¹⁷⁹ Pepetela, 2013b, p. 266, grifo meu.

¹⁸⁰ Pepetela, 2013b, p. 245-246.

¹⁸¹ Pepetela, 2013b, p. 370.

¹⁸² Cf. capítulo 2.

colonial haviam sedimentado uma divisão bastante conveniente aos interesses da metrópole, agora ganhavam, ainda que mantendo suas raízes no tribalismo, feições de uma disputa ideológica que, às custas do povo angolano, encenava, com características muito próprias, o confronto geopolítico externo.

Diante da descoberta de que a liberdade e a autonomia nacional não tinham como único entrave a força militar e o jugo físico, mas também aqueles decorrentes de uma *cisão de mundo* que determinava os papéis a serem desempenhados na sociedade angolana, o projeto de integração total se torna ideia-fixa. Recorre-se a um modelo de pensamento em torno do qual gravitam os mais distintos aspectos psicológicos e sociais; um mote filosófico que pretende desvendar e determinar o todo da experiência humana, regando da economia ao direito, e que espelha, em sua abrangência totalizante, o próprio projeto utópico de um país aliviado de suas diferenças internas. Diferenças que tendo servido aos interesses do domínio colonial passam a ser tomadas como índice de uma fraqueza a ser superada e variação do drama identitário.

4.3 ENTRE O SIM E O NÃO

A busca por ver realizarem-se os ideais igualitários escamoteou as tensões constitutivas da sociedade angolana e as antinomias intrínsecas ao modelo social no qual acreditavam os intelectuais da geração da utopia. Com o entusiasmo por haverem encontrado uma forma de compreender, a partir de certos conceitos, o efeito mais profundo do domínio colonial, ansiaram que, a partir das mesmas ideias, também pudessem resolver todos os problemas que sufocavam o país.

A generalização que faço emerge dos próprios textos: em *Mayombe*, com Teoria, a primeira personagem a tomar para si a narrativa, declarando, de modo convicto, que “o Mundo é geralmente maniqueísta”;¹⁸³ e, n’*A geração*, já no título, com o artigo definido apresentando um todo unificado, como, queriam os jovens intelectuais, um todo unificado seria, também, Angola. É pela generalização, por escaparem a ela, que se destacam Sem Medo e o Sábio. As semelhanças entre as duas personagens — o modo como, convergindo entre si, divergem do mundo — dão evidências do problema em comum: a crença irrefletida.

Ambos intervêm nos eventos e nos discursos para restaurar a viabilidade de um dissenso sem o qual não poderá haver o país com o qual sonham. Nos dois romances, a

¹⁸³ Pepetela, 2013a, p. 14.

preservação do dissenso é que mobiliza os esforços de coragem e inteligência de seus protagonistas. Como Heráclito¹⁸⁴, as duas personagens acreditam que a viabilização dos contrários é fundamental para que haja qualquer mudança no mundo, que as suprimir é uma condenação à rigidez e à permanência. Em *Mayombe*, é Teoria quem encarna essa ideia — e é Sem Medo quem a compreende:

Eu, O Narrador, Sou Teoria. Nasci na Gabela, na terra do café. Da terra recebi a cor escura de café, vinda da mãe, misturada ao branco defunto do meu pai, comerciante português. Trago em mim o inconciliável e é este o meu motor. Num Universo de sim ou não, branco ou negro, eu represento o talvez. Talvez é não, para quem quer ouvir sim e significa sim para quem espera ouvir não. A culpa será minha se os homens exigem a pureza e recusam as combinações? Sou eu que devo tornar-me em sim ou em não? Ou são os homens que devem aceitar o talvez? Face a este problema capital, as pessoas dividem-se aos meus olhos em dois grupos: os maniqueístas e os outros. É bom esclarecer que raros são os outros, o Mundo é geralmente maniqueísta.¹⁸⁵

Sem Medo compreende que o jogo de tensões é um traço essencial dos eventos em curso: “é evidente que a razão objetiva está do lado do Comissário”, diz Sem Medo, dando uma meia anuência antes de declarar que, se “foi por teimosia ou não, só ele sabe. [...] se escolheu partir a cabeça, devemos dar-lhe a liberdade de partir a cabeça”¹⁸⁶. O veredito do comandante preserva, na disputa entre os opostos conflagrados, um resquício de validade para cada uma das posições antagônicas, ou seja: decide por uma das posições sem anular, por inteiro, a outra.

O mesmo ocorre n’*A geração*. O Sábio lança um olhar crítico sobre a classe política que governa o país, cujos membros mais destacados haviam estado a seu lado, seja nas mobilizações intelectuais pelo projeto independentista e pela afirmação da identidade angolana, seja na luta armada. Rejeita os cargos que lhe foram oferecidos¹⁸⁷ e consegue desligar-se do exército sem maiores dificuldades; deixam-no sair, já que havia se tornado um

¹⁸⁴ Cf. capítulo 2.

¹⁸⁵ Pepetela, 2013b, p. 14.

¹⁸⁶ Pepetela, 2013b, p. 15-16.

¹⁸⁷ Pepetela, 2013b, p. 243.

“incômodo”.¹⁸⁸ O teor das críticas não é brando, como se observa pela analogia empregada nesta conversa com Sara:

— Continuas a comer pouco. A encontrar energias noutro sítio, como dizia a Marta.

— Sempre comi pouco. Nunca ninguém compreendeu essa falta de apetite. Foi bom durante a guerra, em que havia fome, pois mal a notava. Ninguém me criticava então, sobrava mais para repartir. Mas hoje ninguém entende a minha falta de apetite, é curioso. E condenam-me porque mandei tudo para o ar, não quis carros, casas, ou várias mulheres, como eles têm, possuidores dum apetite voraz, insaciável. Eu incomodava, num banquete de canibais eu só tirava um pastel e contentava-me com ele. Deves reconhecer que é incômodo para quem se empanturra com tanta comida. Assim, ao menos, poupo-lhes a minha incômoda presença. E poupo-me de vomitar de enjoo vendo tanta comida a estragar-se quando o povo morre de fome. Desculpa, isto não é conversa para se ter à mesa.¹⁸⁹

Apesar da gravidade de suas afirmações, da violência que atribui ao modo como os governantes saciam seus apetites — “canibais” —, o Sábio mantém um vínculo de profundo respeito com Sara, que, por sua vez, preserva as relações afetivas, profissionais e políticas que, para ele, tornaram-se moralmente impossíveis. Também o convívio com Mussole, suas interações com a mangueira que “crescia melhor porque ele a acariciava, lhe confessava pensamentos íntimos, lhe lia passagens importantes de livros” é uma forma de conectar opostos, a racionalidade do homem letrado e o animismo do acervo mítico local, não sem o devido registro de que o faz sob o risco de parecer louco: “A mangueira tinha nome de gente, Mussole, mas só em alguns momentos ele assim a chamava. E nunca à frente de estranhos, aí sim, iam dizer pirou de vez, está todo cacimbado, coitado, até dá nomes a árvores”.¹⁹⁰

Sem Medo e o Sábio operam por negação. Protagonizam os eventos e as atitudes mais honrosas; mesmo suas falhas apresentam-se purgadas, um tanto pelo sofrimento íntimo, outro tanto pela postura taciturna dos que não fazem concessões aos próprios pecados. As falhas desses homens só surgem na narrativa muito após estarem estabelecidas as suas virtudes essenciais, a coragem e a sabedoria, respectivamente. Constitui-se, assim, sobre as personagens, a autoridade com que suas persistentes reticências se agigantam no texto,

¹⁸⁸ Pepetela, 2013b, p. 246.

¹⁸⁹ Pepetela, 2013b, p. 246.

¹⁹⁰ Pepetela, 2013b, p. 237.

oferecendo um tipo bastante peculiar de pensamento, que se firma em negativas constantes, e que resiste às certezas e convicções alheias, não por falhas do juízo nem por ignorância dos fatos, mas com a resoluta consciência de que, diante das complexidades do mundo, não estão a lhes oferecer o suficiente.

Em *Mayombe*, as negativas resistem à canga da ideologia estreita e dogmática, à subordinação irrefletida a ideias que, devendo servir de meio para a liberdade e o desenvolvimento social, convertem-se em condicionantes de nossos juízos e da própria apreensão do mundo, sobrepondo-se à vida dos indivíduos. N'A *geração*, as negativas resistem aos poderosos e a sedução das benesses que, a custa dos demais, reservam-se os dirigentes.

Tendo vivido o domínio e a violência impostos pela potência colonial, resultado da submissão de todo um povo a pessoas, mas também a ideias, os solitários Sem Medo e Sábio rejeitam a possibilidade de apenas trocá-las por outras pessoas ou outras ideias. Ambos abandonaram suas ilusões de uma totalidade possível diante dos dilemas da vida. Sabem que o conhecimento e razão podem ser objetivos, mas que a certeza é um estado de espírito, subjetiva, portanto, e não deve cancelar o domínio de homens e mulheres sobre os demais. Sabem, também, que por mais bem urdida que sejam as ideias por detrás de uma certeza, e por mais bem intencionados que sejam seus propósitos, a experiência humana é mais vasta e complexa e não cabe em estados de espíritos individuais. Das provocantes, mas nunca cínicas, negativas do comandante Sem Medo e do Sábio, resulta uma última e poderosa afirmação: a do indivíduo como último reduto da liberdade.

REFERÊNCIAS

Obra de Pepetela

PEPETELA. *A geração da utopia*. São Paulo: Leya, 2013b.

_____. *As aventuras de Ngunga*. São Paulo: Leya, 2014.

_____. *Mayombe*. São Paulo: Leya, 2013a.

Bibliografia citada

AGAZZI, Giselle Larizzatti. O Romance em Angola: ficção e história em Pepetela. *Imaginário*, São Paulo, v. 12, n. 13, 2006, p. 191-208.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa do meu pai: a África na filosofia africana*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARNAULD, Antoine; NICOLE, Pierre. *La logique ou L'art de penser*. Paris: Gallimard, 1992.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo, Brasília: Hucitec, EdUNB, 1993.

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BALDWIN, James. *Notas de um filho nativo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

BARBEITOS, Arlindo. *Fiapos de sonho*. Lisboa: Vega, 1992.

BHABBA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOGHOSSIAN, Paul. *Fear of Knowledge: Against Relativism and Constructivism*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BORTOLOTTI, Benhur. Autômatos ideológicos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 98, 2000, p. 279-291.

_____. Revolução, camarada porco. *Via Atlântica*, São Paulo, v. 1, n. 27, 2005, p. 31-44.

CASTELO, Cláudia. A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial. 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade, 2010, Lisboa. Anais. Lisboa: CEA, 2010.

_____. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

CHABAL, Patrick. What is Africa? Interpretations of post-colonialism and identity. In: ROSA, Vitor P.; CASTILLO, Susan. *Pós-colonialismo e Identidade*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 1998.

CHAMBERS, Ian. Poder, língua e poética do pós-colonialismo. **Via atlântica**, São Paulo, v. 1, n. 17, pp. 19-28, 2011.

CHAVES, Rita. Pepetela: romance e utopia na história de Angola. **Via Atlântica**, v. 1, n. 2, 1999, p. 216-233.

ERVEDOSA, Carlos. *Itinerário da literatura angolana*. Luanda: Editorial Culturand, 1972.

FANON, Frantz. *Em defesa da revolução africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

_____. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FERREIRA, Manuel. A aventura moderna do português em África. *Discursos: Estudos de Língua e Cultura Portuguesa*, [s. l.], v. 9, 1995, p. 139-153.

FERREIRA, Manuel. *No Reino de Caliban*. Amadora. Portugal: Plátano, 1988.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GIANNOTTI, José Arthur. *Certa herança marxista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HEGEL, Georg Wilhelm. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 2014.

HUME, David. *A Treatise of Human Nature*. Oxford: Clarendon Press, 2007.

HYPPOLITE, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

KANDJIMBO, Luís. Para uma introdução aos estudos literários. In: PADILHA, Laura Cavalcante (org.). *I Encontro de Professores de Literaturas de Língua Portuguesa. Repensando a africanidade*. Niterói: EDUFF, 1995.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é esclarecimento? *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 1985.

KIRK, Geoffrey; RAVEN, John Earle; SCHOFIELD, Malcom. *Os filósofos pré-socráticos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

LARANJEIRA, Pires. As literaturas africanas de língua portuguesa. *Scripta*, v. 3, n. 6, 2000, p. 237-244.

LEITE, Ana Mafalda. *Literaturas africanas e formulações pós-coloniais*. Lisboa: Colibri, 2003.

LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARGARIDO, Alfredo. Incidências sócio-económicas na poesia negra de expressão portuguesa. *Estudos sobre literaturas africanas de língua portuguesa*. Lisboa: Regra do Jogo, 1980.

MARX, Karl. *Capital: A Critique of Political Economy*. London: Penguin Books, 1976.

MAZRUI, Ali; TIDY, Michael. *Nationalism and New States in Africa*. London: Heinemann, 1984.

MESSIANT, Christine. Luanda 1945-1961: colonisés, société coloniale et engagement nationaliste. In: CAHEN, Michel. *Bourgs et villes en Afrique lusophone*. Paris: L'Harmattan, 1989. p. 125-199.

MORRISON, Toni. *Amada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MUDIMBE, Valentin-Yves. *The Invention of Africa*. Bloomington: Indiana University Press, 1988.

NETO, Agostinho. Introdução a um colóquio sobre poesia angolana. In: LARANJEIRA, P. *Negritude africana de língua portuguesa: textos de apoio (1947-1963)*. Coimbra: Angelus Novus, 2000, p. 49-55.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tradução: Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

SOUZA, Vitor de; MARTINS, Moisés de Lemos. A “portugalidade” no discurso parlamentar português: Assembleia Nacional (1935-1974) e Assembleia da República (1976-2012). In: PINTO-COELHO, Zara; FIDALGO, Joaquim. (ed.). *Comunicação e Cultura: II Jornada de Doutorandos em Ciências da Comunicação e Estudos Culturais*. Braga, Portugal: Universidade do Minho, 2013. p. 87-103.

THOMPSON, Michael J. *Georg Lukács and the Possibility of Critical Social Ontology*. Leinde: Brill, 2019.

TRIGO, Salvato. *A poética da geração da Mensagem*. Porto: Brasilia Editora, 1979.

TUTIKIAN, Jane. *Velhas identidades novas: o pós-colonialismo e a emergência das nações de língua portuguesa*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2006.

ZARKA, Yves Charles. *Hobbes y el pensamiento politico moderno*. Barcelona: Herder, 1997.